



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na pandemia de COVID-19

MARIANA DE SOUZA FONSECA

Brasília
2021

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Mariana de Souza Fonseca

*Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na
pandemia de Covid-19*

Orientadora: Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade de Brasília

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG)
Profa. Dra. Marisa von Bülow (UnB)
Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida (UnB)

Suplente:
Profa. Dra. Rebecca Abers (UnB)

Brasília,
Junho de 2021

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Mariana de Souza Fonseca

*Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na
pandemia de Covid-19*

Orientadora: Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade de Brasília

Apresentado em: __/__/2021

Aprovado em: __/__/2021

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG)

Profa. Dra. Marisa von Bülow (UnB)

Profa. Dra. Debora Rezende de Almeida (UnB)

Profa. Dra. Rebecca Abers (UnB)

Brasília,
Junho de 2021

Na pessoa da Tia Cota, em memória das inúmeras

AGRADECIMENTOS

Em tempos tão difíceis, conseguir concluir um mestrado parece uma missão quase impossível. Chegar até aqui nunca foi o caminho mais óbvio para mim, de onde eu vim eu sou a primeira a abrir essas portas. Esse percurso não teria sido possível sem uma porção de gente que me empurrou ou me estendeu a mão.

Antes de mais nada, eu agradeço a minha família. À mãe, quem me faz ficar olhando para essa tela sem encontrar palavras o suficiente para expressar o tamanho da minha gratidão, por tanto apoio, por tanta escuta, por botar todas as pedras embaixo dos meus pés para eu chegar onde quisesse e por acreditar em mim mais do que qualquer outra pessoa. Ao pai, por me mostrar que a caneta sempre vai ser mais leve que a enxada e por, mesmo no silêncio e nas incertezas, demonstrar seu orgulho e seu apoio incondicional. Ao Leo, meu companheiro e diversão dos meus dias, obrigada por despertar o melhor em mim desde o dia que você nasceu. No sorriso da pequena Valentina, eu agradeço imensamente a toda minha família pela compreensão nos momentos que estive ausente e por serem minha base e minha alegria.

Agradeço a minha orientadora Debora Rezende, que luta com minha teimosia há seis anos. Obrigada por ter aceitado entrar nessa empreitada comigo, pela paciência, pela orientação. Por saber a hora de cobrar e entender as horas que eu não tive condições de estar presente. Obrigada pela leitura atenta e cuidadosa, pelas indicações e por cada vez que leu este trabalho e me devolveu com 300 comentários. Que sorte a minha o dia em que respondi aquele e-mail do PIBIC.

Agradeço imensamente às professoras Rebecca e Marisa pelos valiosos comentários e trocas proporcionadas ao longo da construção da dissertação. Na pessoa de Hannah, eu agradeço às/aos colegas do Resocie e Resocie Docinho pelas conversas, debates, questionamentos e apoio tão necessários para concluir este trabalho.

Na pessoa de Ana Vaz, eu agradeço às/aos colegas da turma de 2019 que choraram os prazos comigo e disseram “eu também ainda não fiz” todas as vezes que achei que tudo estava perdido.

À Beatriz eu agradeço pela amizade, pela presença distante, e por ter me guiado passo a passo na grande curva de aprendizagem que foi entrar nessa vida de códigos. A Ale Gomes, Ciri e Teo, entendedores dessa vida, por facilitarem essa caminhada.

Nas pessoas de Tha, Felipe, Thams, Matheus, Luiza, Mari, Luísa, Ilane, Maíra, Larissa, Gui e The eu agradeço as minhas amigadas que aquecem meu coração e me tiram minhas

melhores risadas. Por serem presentes, compreensivas, por cada café, ligação, pizza, breja que tornou tudo isso mais leve e possível.

À Renata, eu agradeço por ter aberto as portas da sua casa quando eu mais precisei, sem isso sabe-se lá quando este trabalho estaria terminado.

À Universidade de Brasília, por ser um lugar que me desperta tanta saudade. Saudade do calor: que encontro desde no sorriso e abraço das pessoas até nas salas de aula. Saudade de toda troca e aprendizado proporcionados ao longo desses quase sete anos que tenho a satisfação de te chamar de casa. A virtualidade nunca vai superar a delícia de atravessar seus corredores correndo atrasada, com um doce da tia na mão, a barriga cheia do RU, e sair esbarrando em um e outro.

Agradeço também à CAPES e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação pela bolsa de pesquisa que me foi concedida ao longo de todo o mestrado. Em tempos que alguns desacreditam e menosprezam o poder da ciência, é preciso dizer que sem a bolsa nada disso seria possível. Obrigada, CAPES e INCT/IDDC, por permitirem que eu me dedicasse a minha pesquisa como sempre desejei fazer.

A essa força valente e vigorosa, que uns chamam de Deus, eu agradeço porque sei que há encaixes nessa vida que eu sozinha não poderia planejá-los. Obrigada por dispor meus planos e sonhos exatamente como devem ser e quando devem ser.

É por toda essa base que me sustenta que eu agora chego até aqui, e eu sei que não foi sorte. Desde antes de saber que se apaixonar por fazer pesquisa era possível, eu sempre quis tá onde eu tô.

RESUMO

A dissertação apresenta a construção dos quadros interpretativos pelos coletivos de comunicação das periferias durante a pandemia de COVID-19 – com foco na sua visão com relação ao Estado, a si próprios e à pandemia. Os coletivos foram grandes responsáveis por tentar informar as comunidades sobre os riscos do novo coronavírus e formas de prevenção, e também por arrecadar e distribuir doações nos seus territórios. Foram escolhidos oito coletivos, de quatro estados da federação, como sujeitos da pesquisa. Serão discutidos ainda a importância e os desafios de se falar em “ideias” e mudanças de quadros e enquadramentos em um contexto de crise ou choques externos. Busca-se compreender como as interpretações e visões de mundo podem se adaptar e transformar, conforme a interação com o contexto, ambiente e outros atores. O objetivo geral foi identificar as visões/narrativas/quadros dos coletivos acerca da pandemia de COVID-19. Foram elencados três objetivos específicos: a) Entender em que medida os discursos utilizados para “passar a visão” sobre a pandemia se conectam e/ou transformam enquadramentos já presentes, consolidados na visão das periferias sobre si e sobre o Estado; b) Perceber como os coletivos enquadram a pandemia, suas demandas no contexto pandêmico e possíveis conexões com questões mais estruturantes da realidade das periferias; c) Captar um panorama amplo dos quadros sobre a pandemia em diferentes territórios periféricos e observar como os quadros interpretativos sobre a pandemia são construídos por coletivos de diferentes territórios. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem multimétodos. Assim, foi realizado um balanço da literatura, o que possibilitou compreender como foram estudados os movimentos das periferias nas últimas duas décadas. Além disso, foi feita a análise de conteúdo de publicações no *Twitter* – das publicações com as *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, entre outras; e dos perfis dos coletivos – e no *Facebook* – das postagens nas páginas dos coletivos – sobre a realidade das comunidades periféricas na crise do coronavírus. A dissertação objetiva contribuir para os estudos de movimentos sociais das periferias, em especial no âmbito da Ciência Política, ao jogar luz sobre seus enquadramentos, identidades compartilhadas e diferentes repertórios. Por fim, a dissertação também contribui para o debate na literatura sobre enquadramentos interpretativos ao propor uma diferenciação entre enquadramentos, quadros e discursos.

Palavras-chave: pandemia; coletivos; enquadramentos; periferias; discurso; comunicação

ABSTRACT

The dissertation presents the construction of interpretative frames by the communication collectives of the peripheries during the COVID-19 pandemic, focusing on their vision of the State, of themselves, and of the pandemic. The collectives were huge responsible for trying to inform the communities about the risks of the new coronavirus and forms of prevention. They were also responsible for collecting and distributing donations in their territories. Eight collectives, from four Brazilian states, were chosen as research subjects. This dissertation discusses the importance and the challenges of talking about “ideas” and changes of frames and framings in a context of crisis or external shocks. It seeks to understand how interpretations can adapt or transform by interacting with the context, environment and other actors. The main objective was to identify the views/narratives/frames of the collectives about the COVID-19 pandemic in Brazil. Three specific objectives were listed: a) to understand to what extent the discourses used by the collectives about the pandemic connect or transform framings already present in the peripheries’ vision about themselves and about the State; b) to understand how collectives framed the pandemic, their demands during the pandemic and possible connections of these demands with more structural issues of their reality; c) to capture a big picture of the pandemic in different peripheral Brazilian territories and to understand how frames are built by collectives in different territories. The research was carried out through a multimethod approach. Thus, I carried out a review of the literature about Brazilian peripheries, which made it possible to understand how the movements from the peripheries were studied in the last two decades. In addition, I did a content analysis of Twitter posts (from publications with hashtags #CoronaNasPeriferias, #Covid19NasFavelas, among others, and from the profiles of the collectives) and of the Facebook posts (from the pages of the collectives), regarding the peripheral communities reality in the coronavirus crisis. The dissertation aims to contribute to the studies of social movements in the peripheries, especially in the field of Political Science, by shedding light on the framings, collective identities and different repertoires of action. Finally, the dissertation also contributes to the debates in the literature on interpretative framings by proposing a differentiation between frames, framings and discourses.

Keywords: pandemic; collectives; framings; peripheries; discourse; communication

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos enquadramentos interpretativos de ação coletiva	37
Tabela 1 – Quadros interpretativos.....	94
Gráfico 1 – Direitos e serviços	99
Gráfico 2 – Direitos e serviços ao longo do tempo.....	100
Gráfico 3 – Direitos e serviços ao longo do tempo - com quadro “Violência policial”	101
Gráfico 4 – Estado.....	103
Gráfico 5 – Estado ao longo do tempo.....	104
Figura 2 – Coocorrência Governos e Direitos e Serviços.....	105
Gráfico 6 – Coletivos e Comunidades.....	107
Figura 3 – Coocorrência Coletivos e Direitos e Serviços.....	108
Imagem 1 – Faixa informativa.....	111
Gráfico 7 – Pandemia.....	112
Gráfico 8 – Quadros mais citados (geral).....	113
Figura 4 – Gráficos dos coletivos.....	116

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Enquadramentos interpretativos de ação coletiva	19
1.1 – Aproximando o conceito.....	20
1.2 – Críticas e avanços no conceito de enquadramentos de ação coletiva.....	24
1.3 – Discursos e enquadramentos.....	31
1.4 – Outras abordagens teóricas e metodológicas em enquadramentos.....	38
1.5 – Enquadramentos, quadros, discursos, performances ... e mídias sociais.....	42
Capítulo 2 – A ação coletiva nas periferias urbanas brasileiras	47
2.1 – Novos personagens que entraram em cena.....	47
2.2 – Redemocratização: para onde foram os movimentos das periferias?.....	55
2.3 – Coletivos de comunicação: entre a luta e a arte.....	62
2.3.1 – <i>Agência Mural (SP)</i>	70
2.3.2 – <i>Periferia em Movimento (SP)</i>	70
2.3.3 – <i>Coletivo Papo Reto (RJ)</i>	71
2.3.4 – <i>Voz das Comunidades (RJ)</i>	71
2.3.5 – <i>Rede Urbana de Ações Socioculturais (DF)</i>	72
2.3.6 – <i>Coletivo Força Tururu (PE)</i>	73
2.3.7 – <i>Coletivo Tela Firme (PA)</i>	74
2.3.8 – <i>Periferia em Foco (PA)</i>	74
Capítulo 3 – Quadros interpretativos da pandemia de COVID-19	76
3.1 – A pandemia do novo coronavírus no Brasil.....	77
3.2 – Pandemia de COVID-19: um momento crítico.....	84
3.3 – Enquadrando a pandemia.....	90
3.3.1 – <i>Os quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias</i>	98
3.4 – Análises exploratórias.....	117
3.4.1 – <i>Transições dos quadros interpretativos da pandemia</i>	118
3.4.2 – <i>Discursos e performances: estratégias de comunicação</i>	124
Considerações finais	129
Referências Bibliográficas	134
Anexo 1	150
Anexo 2	158

Introdução

Ao longo da minha curta vida acadêmica, ouvi de algumas pessoas que a ciência, para se pretender como tal, pressupõe imparcialidade e distanciamento entre pesquisa e pesquisadora. Sempre tive algum incômodo com esse tipo de afirmação. A escrita deste trabalho me deu a certeza de que tentar realizar uma pesquisa científica sobre e vivendo uma pandemia torna esse pressuposto inviável. Ao leitor, que ora toma este trabalho em mãos, não espere encontrar esse dito teor científico nestas páginas. Sem medo das críticas, afirmo que, não raro, escrevi esta dissertação com lágrimas nos olhos: impactada pelo que lia, pelo que analisava, mas especialmente pelo que vivia.

A pandemia de COVID-19 chegou em solo brasileiro como um vendaval. Revirou a vida e o cotidiano das pessoas, se embaraçou com problemas estruturais já tão bem assentados, trouxe à luz questionamentos sobre todas as esferas da vida social, política e econômica. No momento em que escrevo estas palavras, ultrapassamos a marca de 4000 vidas perdidas por dia para um inimigo que não conseguimos ver e nem tocar. Em minha mente, a palavra que resume esse momento é: caos.

A doença, certamente, foi um fator inesperado, repentino e devastador. Mas também em que medida tem responsabilidade boa parte da sociedade que, certamente, se provou incapaz de compreender as dimensões da situação e necessidade de precaução, solidariedade e responsabilidade com o próximo. E, do outro lado, em que medida é culpado um governo que nega a gravidade da doença e a profundidade da crise na qual estamos; que foi incapaz de construir uma política e de se organizar para o enfrentamento à COVID-19 em solo nacional; que não implementou políticas públicas para garantir a sobrevivência da maior parte da população; mas que, sim, inverteu sua ordem de prioridades, avançando nas pautas de retrocessos em políticas e garantias sociais.

Antes do novo coronavírus chegar ao Brasil, a experiência internacional de combate à COVID-19 já comprovava seus desafios. Quando chegou neste país, ela se encontrou com anos de implementação de políticas de austeridade, as quais passaram a ser amplamente questionadas num contexto em que o apoio do Estado se fazia imprescindível. O presidente da República, Jair Bolsonaro, e boa parte do seu governo, contudo, seguiram durante todo esse período negando a gravidade da doença e a importância de executar políticas que garantissem a proteção social. A relação entre governo federal, estaduais e municipais foi, no mínimo, controversa: em alguns momentos grande parte dos governadores se uniram para tomar medidas preventivas a despeito dos posicionamentos do governo federal; em outros, impelidos pelo arrocho na

arrecadação fiscal, pressionados pelos setores econômicos contrários às políticas de distanciamento social e fechamento de comércios e indústrias, ou até mesmo pela concordância de alguns com o presidente, seguiram a linha de atuação de Bolsonaro.

Nesse ínterim de completa desorganização interfederativa (FERNANDEZ, *et al.*, 2020), ganharam destaque as ações realizadas pela sociedade para combater a pandemia e apoiar pessoas em maiores situações de vulnerabilidade. Por todo o país, surgiram inúmeras iniciativas, com diversidade no foco de atuação, no público atingido e nas estratégias. Para citar apenas alguns exemplos, várias iniciativas se dedicaram à arrecadação e distribuição de alimentos, materiais de higiene e limpeza, especialmente nas periferias urbanas. Outras realizaram apoio psicológico e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, que não tinham ou não podiam permanecer nas suas casas em segurança. Ainda, algumas focaram em públicos específicos, como artistas, profissionais da cultura, idosos, LGBTQIA+, portadores de HIV/Aids, pessoas em situação de rua.

Algumas foram organizadas de maneira espontânea pela sociedade, outras se basearam em coletivos, entidades filantrópicas, organizações e associações de bairro já previamente existentes. As periferias urbanas¹ foram locais nos quais surgiram várias dessas iniciativas em suas diferentes formas. Não é objetivo deste trabalho abarcar toda essa pluralidade de iniciativas – que demonstra a solidariedade, criatividade e capacidade organizativa da população para agir em situações de urgência. Durante a pandemia, várias outras iniciativas tentaram sistematizar ou agregar essas ações. É o caso do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil, elaborado pelo Resocie² (Ipol/UnB), no qual é possível encontrar várias delas e também outras tentativas de mapeamento, sistematização e catalogação.

Nesse momento, foi notória a ação dos coletivos de comunicação das periferias, grandes responsáveis por tentar informar as comunidades sobre os riscos do novo coronavírus e formas de prevenção, e também por arrecadar e distribuir doações nos seus territórios. Estes são os sujeitos desta pesquisa. São coletivos formados por jovens de periferias que fazem uso das novas tecnologias e mídia sociais para a produção de conteúdo a partir da sua visão de periféricos. Eles foram anteriormente mapeados, prioritariamente a partir do manifesto³

¹ Periferias aqui são entendidas não apenas numa perspectiva territorial, aqueles territórios que estão distantes do centro, mas aqueles que sob um ponto de vista político estão às margens de políticas, serviços e garantias sociais. Podem ser favelas, bairros, setores, ou, simplesmente, *quebradas*.

² Disponível em: <<https://resocie.org/inicial/projetos-e-eventos/repositorio-pandemia/>>. Acesso em: 07/04/2021

³ Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/comunicadores-perifericos-se-unem-em-coalizacao-nacional-para-enfrentar-pandemia/>>. Acesso em: 22/03/2020

lançado por vários coletivos de comunicação das periferias com o objetivo de lançar uma coalizão nacional de enfrentamento ao novo coronavírus nas periferias urbanas.

Para escolher entre os mais de 70 coletivos que assinaram o documento, priorizei a diversidade regional e escolhi entre aqueles que têm mais curtidas e aparentaram ser mais ativos nas mídias sociais, já que esta seria a fonte majoritária de dados. São eles: Periferia em Foco e Tela Firme (PA); Força Tururu (PE); Agência Mural e Periferia em Movimento (SP); Coletivo Papo Reto e Voz das Comunidades; e RUAS (DF). Desses, apenas o coletivo Força Tururu não aparece no manifesto, mas foi incluído no intuito de ampliar a regionalização e por ser expressivo no seu território.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar as visões/narrativas/quadros dos coletivos acerca da pandemia de COVID-19. Elenquei, para tanto, três objetivos específicos: a) Entender em que medida os discursos utilizados para “passar a visão” sobre a pandemia se conectam, mudam e/ou transformam enquadramentos já presentes, consolidados na visão das periferias sobre si e sobre o Estado; b) Perceber como os coletivos, em específico, e das comunidades, em geral, enquadram a pandemia, suas demandas no contexto pandêmico e possíveis conexões com questões mais estruturantes da realidade das periferias; c) Captar um panorama amplo dos quadros sobre a pandemia em diferentes territórios periféricos e observar como os quadros interpretativos sobre a pandemia são construídos por coletivos de diferentes territórios.

O estudo das ações dos coletivos nesta ocasião em que o mundo enfrenta os desafios para superar o novo coronavírus é um desafio, não só pelas limitações à pesquisa empírica, como pelo enfrentamento do desconhecido. Ao mesmo tempo, a atualidade do tema e o estudo de um momento crítico nos oferecem a oportunidade de compreender como os coletivos e comunicadores periféricos percebem o Estado e a si mesmos de maneira mais evidente. Vai ser possível compreender as demandas dessas comunidades neste momento, e a maneira como interagem com o Estado. É nesta situação problemática que as diferenças na forma de tratamento do Estado parecem ficar mais explícitas (ou minimamente são mais publicizadas), estimulando a resposta dos atores.

Olhar a interpretação de si é justificada porque a construção de identidade faz parte da conformação dos movimentos sociais. Levando em conta que há muito a Ciência Política deixou de olhar para os agentes periféricos, o retorno a eles precisa primeiro entender como eles mesmos se enxergam, antes de fazer afirmações baseadas em estudos anteriores. Por seu turno, analisar a visão dos coletivos com relação ao Estado se justifica porque parto da ideia de que a formação e formas de ação dos movimentos são sempre relacionais. E um dos principais atores com o qual os movimentos interagem é o Estado (TILLY, 2005; ABERS; SERAFIM;

TATAGIBA, 2014), em especial num contexto como o latino-americano no qual o Estado sempre foi interlocutor notável das lutas por reconhecimento e igualdade. Por fim, o olhar para a pandemia é justificado não só por ela ser elemento fulcral do contexto em análise, mas também porque ela interpela essa relação entre os coletivos e o Estado, a forma de se ver e a de ver o Estado.

A escolha pelos movimentos culturais e/ou de comunicação, e comunicadores em geral (integrantes ou não de coletivos), deve-se ao fato de que estes parecem ser coletivos novos formados nas favelas. Não só na forma como se organizam e na sua finalidade, que parece diferir daquilo que era chamado de comunicação popular no fim do século passado (DOIMO, 1995), mas também geracionalmente, por ser uma nova geração de pessoas nascidas e criadas nas favelas que se apropriam dos meios e técnicas de comunicação para “fazer do nosso jeito”. Ademais, utilizam-se de mecanismos diferentes daqueles então utilizados para sua organização e atuação, por meio do uso das novas tecnologias e mídias sociais. Estas parecem ser responsáveis inclusive por viabilizar a formação de redes nacionais de coletivos periféricos.

Além disso, a escolha por olhar para os enquadramentos interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias é porque, enquanto tais, como sua função principal é comunicar, eles já constroem enquadramentos sobre a sua realidade. Contudo, as suas ações vão além da dimensão da comunicação, como ficou bem explícito com o que realizaram durante a pandemia. Ademais, como será apresentado no trabalho, os coletivos são elemento fundamental para a constituição da identidade, cultura e da compreensão do que é ser periférico. Por serem formados nesses territórios que oferecem tantas contradições – ao mesmo tempo que têm precariedades e são negligenciados e expostos a violências cotidianamente, são também espaços de potência e de agências criativas –, os coletivos de comunicação colaboram para a construção e disseminação dos saberes e do orgulho de *ser periférico*.

O contexto pandêmico também influenciou na definição do referencial teórico e redefinição do problema de pesquisa. Embora o interesse pelo estudo dos coletivos de periferias já existisse desde o começo do mestrado, a opção inicial por estudar suas formas de ação e organização precisou ser repensada, diante da dificuldade de realização de entrevistas ou estudos *in loco*. Com o material disponível na internet, ao invés de focar em como realizam suas ações – como se organizam, sua formação, formas de interação, e até mesmo estratégias neste momento –, consegui observar suas interpretações; como enquadraram o problema; como enxergam a si e ao Estado nesse cenário; e conhecer as ações realizadas por meio dos seus próprios discursos.

A partir desse foco, a pesquisa visa contribuir para a discussão sobre enquadramentos interpretativos de ação coletiva, propondo uma maneira distinta de abordá-los teórica e metodologicamente. A dissertação argumenta que é preciso diferenciar os enquadramentos – um processo de interpretação e significação anterior, histórico e contínuo – dos quadros – enquadramentos aplicados a situações específicas – e dos discursos – expressões concretas e mensagens a partir das quais é possível acessar os quadros interpretativos, mas que também se alteram ao longo do tempo –, estes que podem ser estrategicamente alterados conforme as performances, ou seja, habilidades, dos atores, a depender do público para o qual se fala e do meio pelo qual se transmite a mensagem.

A dissertação apresenta a construção dos quadros interpretativos pelos coletivos de comunicação das periferias durante a pandemia de COVID-19 – com foco na sua visão com relação ao Estado, a si próprios e à pandemia. Serão discutidos ainda a importância e os desafios de se falar em “ideias” e mudanças de quadros e enquadramentos em um contexto de crise ou choques externos. Busca-se compreender como as interpretações e visões de mundo podem se adaptar e transformar, conforme a interação com o contexto, ambiente e outros atores.

Esta pesquisa também pretende contribuir para a literatura sobre ação coletiva nas periferias, especialmente no campo da Ciência Política. Nesta área, boa parte da literatura antes voltada para a análise dos associativismos urbanos e emergência de novos movimentos sociais, acompanhou as mudanças institucionais e seguiu os atores que se inseriram na institucionalidade e nos espaços participativos. Fato esse que contribuiu para a construção de um campo de estudos sobre participação no país, com uma produção ampla, excelentes debates, além da internacionalização de tais experiências. Contudo, criou um lapso temporal nos estudos sobre movimentos de base nas periferias que nem sequer buscaram se inserir na esfera estatal, embora mantenham direto relacionamento com seus agentes e instituições.

A COVID-19 e a maneira como ela atinge desigualmente os grupos e territórios periféricos têm contribuído para um retorno do olhar da Ciência Política para o ativismo e o associativismo local e as ações impetradas para o enfrentamento da pandemia (ABERS; VON BÜLOW, 2020a; 2020b; CASTRO, 2020; DELLA PORTA, 2020; FRANCO, *et al.*, 2020). A crise também ocorre em um momento no qual as instituições participativas estão sob ataque e tentativa de desmonte, bem ilustrado pela edição do Decreto presidencial n. 9759/2019 – que determina a exclusão de vários colegiados de composição híbrida entre atores governamentais e da sociedade civil criados por decreto, além da fragilização do funcionamento daqueles conselhos de políticas criados por lei.

A pandemia também atinge o país no momento em que outras formas de ativismo e o histórico relacionamento entre movimentos sociais e o Estado, especialmente via o Executivo, está comprometido, vide um claro direcionamento contrário ao ativismo por parte do governo federal (ALMEIDA, 2019; AVRITZER, KERCHE, MARONA, 2021). Diante dessa mudança no relacionamento entre sociedade e Estado e fechamento de canais participativos no país que poderiam servir de importantes recursos sociais para o enfrentamento da crise, e do histórico de ausência e até mesmo violência do Estado em relação à população periférica, a pesquisa contribui para mostrar as reações daqueles que sempre consideraram que “*tudo que noiz tem, é noiz*”.

O trabalho traz ainda elementos importantes para as análises futuras do ponto de vista da compreensão da ação coletiva dos atores periféricos. Se as pesquisas sobre a interação entre movimentos sociais e o Estado avançaram nos últimos anos mostrando a necessidade de ir além das ações contenciosas e enxergar colaboração e redes entre eles (ABERS; VON BÜLOW, 2011), este trabalho indica as dificuldades desta colaboração a depender da lupa que se coloca sobre determinados atores, e para formas diferentes de relação entre Estado e movimentos. Como será visto a seguir, boa parte dos movimentos das periferias não entrou nos canais participativos abertos pelo Estado, contudo, realizou outras formas de interação. Esta que sempre foi atravessada por um cenário de violência, precarização e negação dos direitos dessas comunidades. Fica evidente a presença de uma interação contenciosa – inclusive no sentido de denunciar os ilegalismos e limites das ações estatais – ao mesmo tempo em que as comunidades se articulam entre si e com empresas para realizar ações que entendem ser de competência do Estado.

A pesquisa foi feita com base em uma abordagem multimétodos. A opção por combinar a revisão teórica com uma análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados se deu em decorrência da necessidade de se apoiar nos estudos anteriores sobre periferias para compreender o que estou analisando agora, uma vez que não tenho dados primários sobre o histórico de formação e organização da ação coletiva nesses territórios. Da mesma forma, a apresentação quantitativa dos dados permite uma visualização mais ampla sobre o *corpus* de dados em análise, ao mesmo tempo que a análise qualitativa permite extrair o conteúdo da coleta, identificar os quadros interpretativos e colocá-los em perspectiva tanto com a literatura em debate quanto com o contexto.

Assim, foi realizado um balanço da literatura, o que possibilitou compreender como foram estudados os coletivos das periferias nas últimas duas décadas. Além disso, foi feita a

análise de conteúdo⁴ de publicações no *Twitter* – das publicações com as *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, entre outras; e dos perfis dos coletivos – e no *Facebook* – das postagens nas páginas dos coletivos – sobre a realidade das comunidades periféricas na crise do coronavírus. A aposta no *Facebook* teve o intuito de encorpar as análises qualitativas aqui propostas, ademais todos os coletivos estão presentes e atuantes nessa plataforma. A escolha do *Twitter* se deu por ser uma das plataformas mais utilizadas para disseminar informação, demandar objetividade e viabilizar mobilização através do uso de *hashtags*.

A coleta⁵ das publicações foi feita durante os meses de março, abril, maio, e junho de 2020, passando pelo início da pandemia, pelos meses então avaliados pelo Ministério da Saúde como os mais críticos, chegando ao momento em que a expectativa era que a curva contaminação começasse a achatar. É importante ressaltar que a própria pandemia é um fator que limita as possibilidades de pesquisa e também atrasa, já que oferece informações novas todos os dias. Como os dados coletados em mídias sociais têm sempre um volume muito grande, foi necessário limitar até o final de junho para viabilizar a análise qualitativa e quantitativa do material em tempo para consecução desta dissertação.

Após a coleta das publicações, que totalizaram em 8.273, realizei análise de conteúdo utilizando o *software* de análise qualitativa Atlas.ti versão 8.0. Nesse momento, foram criados códigos que expressam os temas que conformam os quadros dos coletivos de comunicação das periferias sobre si, sobre o Estado e sobre a pandemia da COVID-19. Posteriormente, utilizei o as ferramentas do mesmo *software* para extrair alguns dados quantitativos da amostra analisada: quantidade de citações de determinado tema, agrupamento dos temas que formam os quadros, coocorrências entre diferentes temas e quadros. Isso viabilizou a criação de gráficos que facilitam a visualização dos dados, ao mesmo tempo que suscitam importantes reflexões colocadas na análise qualitativa.

Este trabalho está dividido em três capítulos, excluindo esta introdução e as considerações finais. No capítulo um, apresento o conceito de enquadramentos interpretativos de ação coletiva e algumas críticas e propostas feitas em torno deste conceito pela própria literatura. Ofereço, ainda, uma discussão que pretende diferenciar enquadramentos interpretativos, quadros interpretativos e discursos. Tal diferenciação tem como objetivo uma

⁴ A descrição metodológica completa da análise e da coleta está no capítulo 3.

⁵ Para aspectos mais técnicos sobre a coleta, checar anexo 2: “Metodologia”. O banco de dados completo e todos os códigos utilizados nesta pesquisa podem ser encontrados em: <https://doi.org/10.7910/DVN/6IGG09>.

contribuição teórica e metodológica para o avanço das discussões sobre enquadramentos. Como os sujeitos desta pesquisa são coletivos de comunicação, apresento brevemente também a diferenciação com os enquadramentos noticiosos e a razão pela qual eles não são tratados na dissertação.

No segundo capítulo, faço uma revisão teórica acerca dos estudos de ação coletiva nas periferias urbanas. A revisão foi feita buscando enfatizar enquadramentos interpretativos das periferias já apresentados na literatura, especialmente aquela que realizou suas pesquisas com foco no discurso nativo dos atores. O capítulo está dividido em três partes: na primeira, trato da ação coletiva pré-redemocratização; na segunda, dos desafios e oportunidades para os movimentos sociais das periferias no pós-redemocratização; e na terceira parte, trago alguns estudos sobre os coletivos de comunicação das periferias e um histórico daqueles que direcionam este estudo.

No terceiro capítulo, apresento um histórico da pandemia de COVID-19 no Brasil, até março 2021. Posteriormente, discuto como ela se apresenta como uma situação problemática, no sentido da abordagem pragmatista, especialmente ao se encontrar com as crises política, econômica e social que já estavam sendo enfrentadas no Brasil. Abordo como essa ideia de crise e os tipos de interpretações que podem ser construídas nesse momento podem ser relevantes para o estudo dos enquadramentos interpretativos. Por fim, apresento a análise dos dados coletados para este trabalho, tanto com uma abordagem quantitativa quanto qualitativa. Ao final do capítulo, trago algumas ponderações exploratórias acerca dos dados e as discussões teóricas propostas sobre enquadramentos, quadros e discursos.

De modo geral, a análise dos dados evidenciou que a visão das periferias com relação à presença do Estado nesses territórios e a interação dele com atores periféricos permaneceu a mesma. Quer dizer, as mesmas críticas observadas pela literatura no fim do século XX quanto à ausência de garantias e violência estatal seguem existindo nas comunidades. O contexto pandêmico acresce seus próprios desafios a questões estruturais há muito lá vivenciadas. Por seu turno, os quadros da pandemia afirmam a centralidade dos coletivos de comunicação das periferias para o enfrentamento à COVID-19 nesses territórios. Isso reflete uma ideia de que as periferias vêm atuando na base do “noiz por noiz” há muito tempo, e que a ação delas é mais bem feita e efetiva que a ação estatal no sentido de proteger as comunidades.

Nas considerações finais, ofereço algumas reflexões sobre quais os possíveis avanços para o estudo da ação coletiva nas periferias e dos enquadramentos interpretativos podem ser extraídos desta pesquisa. Além disso, trago algumas provocações que ensejam pesquisas futuras.

Capítulo 1

Enquadramentos interpretativos de ação coletiva

Neste capítulo realizo uma revisão acerca do conceito de enquadramentos interpretativos. O objetivo é trazer um panorama da construção conceitual, sua aplicação e lacunas já apontadas pela própria literatura. Além disso, tentarei demonstrar que a maneira pela qual os estudos sobre enquadramentos tem sido feita não consegue abranger a sua complexidade, pensando em sua formação histórica, cultural, processual e contínua. Entendo que, uma vez que compreendemos aquilo a que de fato temos acesso nas pesquisas, é possível avançar em termos teóricos e metodológicos no estudo dos enquadramentos interpretativos.

À vista disso, proponho uma diferenciação entre enquadramentos – construções cognitivas históricas, processuais, interativas e contínuas –; quadros – recortes dos enquadramentos situados em momentos específicos –; e discursos – uma forma de exteriorização dos enquadramentos e quadros em um contexto específico, transformação das construções cognitivas em ação realizada, considerando as diferenças com base na forma de expressão, contexto e público alvo.

Se, por um lado, só é possível acessar os quadros e enquadramentos por meio dos discursos, por outro lado, estes não são capazes de expressá-los em sua totalidade. Isso porque os enquadramentos interpretativos são um processo mais amplo, contínuo e histórico, enquanto os discursos são agências situadas em determinado contexto. Da mesma forma, ainda que estejamos analisando os quadros (também situados em contextos específicos), analisar apenas uma forma de realização discursiva (textos em mensagens escritas nas mídias sociais, por exemplo, que é o caso desta pesquisa) não nos permite alcançar a totalidade do quadro. Além disso, os discursos podem ter um aspecto mais estratégico, ou seja, mobilizam os quadros conforme aquilo que se quer transmitir em cada situação para cada público.

Assim, uma conjuntura como a pandemia da COVID-19 propicia a criação de quadros – a partir dos enquadramentos elaborados gradativamente – que são expressos através dos discursos. Esta é uma diferenciação que se mostra fundamental para evitar incorrer em erros metodológicos na tentativa de, a partir de discursos situados, compreender os enquadramentos interpretativos dos atores. A análise dos discursos, ou a análise de conteúdo dos discursos, são métodos adequados para captar os quadros, ainda que com atenção a essa dimensão mais estratégica que manipula o quadro conforme a mensagem que se deseja disseminar. Contudo, os mesmos métodos não são capazes (e talvez nem seja desejável) de expressar a totalidade dos enquadramentos interpretativos, justamente porque, por serem contextuais, não nos permitem

captar a construção anterior, o que demandaria um *corpus* mais amplo e histórico de relatos para compô-los.

Este capítulo é dedicado a essa diferenciação para que, na análise em capítulo posterior, seja possível analisar os quadros elaborados no contexto da pandemia a partir dos tuítes e postagens de *Facebook* coletados. Vale ressaltar que tanto a literatura de enquadramentos como a de teoria dos discursos são amplas. Tais conceitos são manejados de diferentes maneiras, inclusive em áreas do conhecimento diversas. Esta dissertação, está embasada no conceito de enquadramentos interpretativos da ação coletiva, ou seja, voltada para a análise dos movimentos sociais; embora também apresente os enquadramentos noticiosos, já que trato de coletivos de comunicação, para realizar o contraponto e demonstrar porque os analiso sob aquele ponto de vista e não este. Não pretendo, portanto, esgotar esse debate, mas tão somente trazer elementos que me parecem fundamentais para as discussões aqui propostas.

1.1 – Aproximando o conceito

A ideia de enquadramentos como um conceito pertinente para a compreensão da ação social apareceu primeiramente em Goffman (1974), que o definiu como um conjunto de crenças e valores que viabilizam a significação e a organização da experiência humana. O quadro, para Goffman, é um artifício, elaborado conforme as intenções e perspectivas dos sujeitos individuais ou coletivos, para caracterizar aquilo que é percebido. Ele age como um guia para a interpretação, sendo elemento fundamental para a percepção das coisas e a experiência. É elemento chave para compreender as interações sociais, já que é construído socialmente e permite às pessoas darem sentido e significado aos eventos sociais.

A aproximação entre essa literatura e a de movimentos sociais se deu a partir da contribuição do interacionismo simbólico (BLUMER, 1969). Em meados da década de 1970, três eram as correntes principais acerca dos estudos sobre movimentos sociais: Teoria de Mobilização dos Recursos (TMR); Teoria do Processo Político (TPP); e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (ALONSO, 2009; ABERS, VON BULOW, 2011). As duas primeiras têm como base para a análise da organização das ações de movimentos sociais uma perspectiva mais racional. A TMR estuda a organização racional do movimento, destacando cálculos, benefícios e custos da ação coletiva, gestão de ativistas e dos recursos materiais. Sob essa ótica, os movimentos sociais são olhados como um comportamento coletivo organizado, priorizando o entendimento de como eles se constituem.

Por sua vez, a TPP foca nas estruturas das oportunidades políticas, ou seja, elementos que favorecem ou restringem a ação coletiva. Ela se aproxima da dimensão cultural, não visando seu aspecto explicativo e motivador, mas sim seu papel para analisar a adequação de repertórios de ação coletiva, por exemplo, em determinados contextos históricos, diante da interação contenciosa entre movimentos sociais e Estado. A TNMS, por sua vez, estava mais interessada em compreender o papel da cultura para a organização social, abrindo mais espaço para discussões epistemológicas de ordem interacionista, incluindo o debate sobre enquadramentos (ALONSO, 2009; ABERS e VON BÜLOW, 2011; NUNES 2013). O interacionismo simbólico contribuiu ao agregar uma perspectiva sobre o comportamento coletivo, segundo a qual as coisas são compreendidas pelas pessoas com base nos sentidos que aquelas têm para estas (BLUMER, 1969).

A definição da situação, que pode ser considerada um processo cognitivo e social, está associada, na teoria do comportamento coletivo de Blumer, a outros processos construtivos, de ordem psicológica, filosófica e estratégica. Dentre os primeiros, está um tipo de envolvimento na situação, atingido pelo desenvolvimento de um *esprit de corps* (espírito de equipe) e o fortalecimento do estado de ânimo (*morale*). A dimensão filosófica consiste na construção de uma ideologia de grupo, incorporada em doutrinas, crenças e mitos, que devem ser reconhecidas subjetivamente, mas também possuir um apelo popular, para ser eficaz no movimento. Blumer conclui a caracterização dos movimentos sociais específicos ressaltando o papel da tática para obter e manter a adesão, bem como atingir os objetivos. As estratégias sempre dependem da natureza da situação em que o movimento está operando e sempre têm como referência o histórico cultural do movimento (NUNES, 2013, p. 261)

A aproximação entre as teorias se deu a partir da crítica, por parte da TNMS, de visões estáticas da participação política. Por essa razão, se apoiaram no conceito de quadros (GOFFMAN, 1974) para identificar os fatores que contribuem para o sucesso dos movimentos, desde uma perspectiva cultural. Assim, a maneira pela qual os movimentos constroem os quadros sobre um determinado evento social é fundamental, não só para angariar aderentes à causa, como também para disputar ou transformar ideologias (NUNES, 2013).

Nesse sentido, Benford e Snow (2000) se destacam ao formularem os conceitos de enquadramentos interpretativos de ação coletiva (*collective action framing*) e alinhamento de enquadramentos (*frames alignment process*). Assim, os enquadramentos interpretativos de ação coletiva, tal qual os quadros de Goffman, são elaborados de maneira ativa e processual, envolvendo agência e contenciosidade. Eles são, por assim dizer, o que ajuda a dar sentido e significado a eventos ou acontecimentos, a organizar experiências e guiar a ação. Significam e

condensam as informações do mundo para voltá-lo com o recorte e narrativa específica, com o intuito de mobilizar seus apoiadores e possíveis agentes.

A definição de alinhamento de enquadramentos é central para a aproximação destes com a literatura de movimentos sociais. O processo de alinhamento é descrito, portanto, como um fator importante para entender as conexões entre as orientações interpretativas dos indivíduos e as dos movimentos. De tal forma que, para que indivíduos se envolvam em grupos e movimentos sociais, é necessário que algumas das crenças individuais sejam congruentes com os valores dos movimentos (SNOW *et al.*, 1986).

Sendo assim, a participação e envolvimento em movimentos sociais se dá não só a partir de uma decisão tomada racionalmente, mas sim mediante um processo de alinhamento desses enquadramentos entre indivíduos e movimentos sociais. Portanto, envolvendo dimensões mais afetivas e subjetivas. Essa perspectiva se alinha com o que Kunrath e Ruskowski (2016) caracterizam como as condições ou mecanismos que possibilitam o engajamento militante, defendendo também que não basta haver um problema para as pessoas se mobilizarem, é preciso um fator motivacional.

Assim, existem quatro processos que individualmente ou combinados viabilizam o engajamento: um processo disposicional, que seriam as inclinações individuais prévias; identitário, que se assemelha aos alinhamentos de enquadramentos, os autores defendem que precisa haver congruência entre a identidade individual e a do movimento; relacional, ou seja, a construção de vínculos, proximidades e afetos nas práticas sociais e interações; e retributivo, o retorno recebido pela participação, mas não somente em dimensão material, também simbólica e afetiva.

É importante notar que todos esses processos ocorrem de maneira relacional e dinâmica. Snow e Benford (1988) chegam a afirmar que a formação dos enquadramentos precisa levar em conta a aproximação com a linguagem, narrativas locais e cultura de quem se deseja atingir. Quanto maior a correspondência entre os valores do movimento e as crenças dos possíveis futuros ativistas, maior a probabilidade da mobilização dar certo. Ademais, os enquadramentos precisam ser creditados com base na realidade, ou seja, estarem relacionados com algo do cotidiano. Devem, ainda, poder ser experimentados de maneira mensurável, quer dizer, responder a perguntas e propor soluções que dialoguem com as condições e contextos nos quais estão inseridos (BENFORD; SNOW, 2000; SNOW; BENFORD, 1988).

Vale ressaltar, portanto, que a concepção de enquadramentos interpretativos vai na contramão dos estudos que imaginam os movimentos sociais como atores engessados, condicionados por contextos estruturantes. Ao contrário, a perspectiva dos enquadramentos é

concebida evidenciando a capacidade de agência dos movimentos ao ressignificarem conceitos e narrativas para mobilizar tanto apoiadores como antagonistas. Nesse prisma, movimentos e indivíduos se constituem mutuamente, recombina-se e ressignificando-se à medida que interagem um com os outros, com o ambiente e contexto ao seu redor (DEWEY, 1934). Tal qual caracterizado pelo interacionismo simbólico: o significado das coisas – ou, neste caso, os enquadramentos – é dado pela interação de uma pessoa com as outras. E, além disso, esses significados podem ser apreendidos, modificados e reinterpretados no processo de interação (BLUMER, 1969).

Com isso, o processo de dar significado é caracterizado como uma ação ativa, porque é recorrentemente realizado; processual, por ser dinâmico; que envolve agência e contenciosidade, porque difere ou desafia enquadramentos interpretativos existentes (STEINBERG, 1999). Ao construir o conceito de enquadramento de ação coletiva, Benford e Snow vão defender que ele serve para significar e condensar as informações do mundo e retorná-las sob uma narrativa específica sempre com o intuito de mobilizar possíveis agentes.

À vista disso, existem algumas estratégias mobilizadas pelos movimentos sociais para viabilizar, ou minimamente facilitar, a aproximação entre os seus enquadramentos e os dos indivíduos, que, por vezes, envolvem a reinterpretação daqueles. Para explicitar brevemente, o primeiro método trata-se de articulação de enquadramentos (*frame bridging*), isto é, a criação de vínculo entre dois ou mais enquadramentos que são ideologicamente congruentes, mas desconectados. O segundo, ampliação de enquadramento (*frame amplification*), tem a ver com ressaltar um enquadramento sobre determinada questão, mostrando de maneira mais explícita o posicionamento do movimento sobre o assunto.

Outras possibilidades são de extensão de enquadramento (*frame extension*), que parece muito próxima à anterior, contudo, refere-se à capacidade de os enquadramentos interpretativos construídos pelos movimentos terem conexão com a realidade, ou seja, aplicabilidade concreta. E, ainda, transformação de enquadramento (*frame transformation*) que diz respeito à reinterpretação e/ou ressignificação dos enquadramentos, com o intuito de garantir que eles sejam coerentes, seja com um momento, com um local específico, seja com uma perspectiva global (SNOW *et al.*, 1986).

Posteriormente, com finalidade de viabilizar a execução dessas estratégias, os movimentos sociais têm como tarefa encontrar elementos que corroborem suas visões e objetivos, portanto, seus enquadramentos (BENFORD; SNOW, 2000; SNOW; BENFORD, 1988). As tarefas são realizadas de maneira negociada entre os membros que refletem e agem sobre uma situação problemática (CEFAI, 2009; 2017a; 2017b). Elas têm caráter diagnóstico,

prognóstico e motivacional. Portanto, fazem indicações sobre quem é o culpado e apontam as causas do problema (diagnóstico), articulam alternativas ou soluções (prognóstico) e convocam outras pessoas para agir (motivacional). As duas primeiras focam em alcançar consenso com relação a uma narrativa, a última está ligada à motivação para a ação. Isso porque, como dito, nem sempre ter conhecimento sobre as causas de um problema motiva a ação, dessa forma, é necessário haver uma dimensão motivacional que engaje as pessoas na luta.

Há uma parte minoritária da literatura de enquadramentos interpretativos que se debruçou sobre os processos de criação deles. O que afirma é que os enquadramentos são criados a partir de três processos: discursivo, estratégico e contestatório. O primeiro refere-se à conversas e documentos escritos pelos membros dos movimentos ou em relação às atividades dos movimentos. Nesse sentido, os enquadramentos são criados não partindo de uma originalidade ou novidade do problema, mas sim da maneira como os fatos são recortados e realocados (BENFORD; SNOW, 2000; STEINBERG, 1999).

O processo estratégico se trata de uma deliberação voltada para objetivos. Os enquadramentos são criados para atingir um objetivo específico, portanto aqui se encaixam, de maneira mais apropriada, os quatro processos de alinhamento explicitados acima: articulação, ampliação, extensão e transformação de enquadramentos. Por fim, o processo contestatório deve-se ao fato de que a elaboração de enquadramentos de ação coletiva envolve, por si só, contestação. Todos os atores que estão na arena discursiva e se envolvem na construção da realidade são envolvidos na construção política de significados. Portanto, o processo contestatório é composto por contraenquadramentos, porque desafiam outros existentes, disputando-os com outros movimentos ou com a mídia, por exemplo (BENFORD; SNOW, 2000; STEINBERG, 1999).

1.2 – Críticas e avanços no conceito de enquadramentos de ação coletiva

Todo o trabalho desenvolvido não só por Benford e Snow, mas também por outros colegas como Gamson (1992), que se debruçaram sobre o processo de significação, é especialmente importante para compreender processos subjetivos e interativos centrais para a constituição dos movimentos sociais que por muito tempo foram sublimados pela perspectiva racional-utilitarista da ação coletiva.

Contudo, os estudos receberam críticas, avaliando que, com o tempo, as análises acerca da formação dos enquadramentos passaram a sobredimensionar o caráter estratégico deles, transformando-os em recursos acessados pelos movimentos para cativar simpatizantes. Assim,

as tarefas dos enquadramentos deixam de ser elementos importantes para corroborar interpretações já em desenvolvimento nos movimentos, e se tornam o foco da análise, misturando-se com os enquadramentos em si. As fronteiras entre o que é tarefa e o que é enquadramento ficam menos definidas.

Além disso, essa perspectiva ignora as dimensões afetivas, convicções e valores dos atores, reduzindo os simbolismos constituintes dos enquadramentos a meros meios pelos quais os ativistas alcançam objetivos estratégicos. Essa foi uma crítica reconhecida posteriormente pelo próprio Benford (1997), que defendeu a dimensão estratégica como apenas um dos processos de formação de enquadramentos, embora tenha sido a mais ressaltada. Vale notar que, nos trabalhos iniciais, os enquadramentos de ação coletiva eram apontados como uma ideologia dos movimentos sociais que deveria ser combinada com as crenças individuais (SNOW *et al.*, 1986). Contudo, à medida que o conceito é desenvolvido, tomando em conta sua centralidade para a captação de novos militantes, ele se torna cada vez mais um recurso:

[...] Enquadramentos de ação coletiva também performam essa função interpretativa simplificando e condensando aspectos do “mundo lá fora”, mas de formas que “intendem mobilizar potenciais aderentes e constituintes, para angariar apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas”⁶ [...] (BENFORD; SNOW, 2000: 614, tradução livre)

Nesse sentido, os enquadramentos se aproximam a uma caixa de ferramentas, da qual os militantes retiram meios para criar interpretações, conectando-os discursivamente com categorias disponíveis culturalmente (KAPLAN, 2008). Depois, a depender da necessidade, aplicam uma das estratégias de manuseio que envolve a criação de vínculo com outro enquadramento de interesse (articulação) e o destaque de determinados elementos mais relevantes para o público desejado (amplificação).

Outra crítica apresentada está relacionada à maneira pela qual alguns estudos sobre enquadramentos têm sido feitos, limitando-os somente a termos metodológicos sem analisá-los em profundidade. Não é para menos. Ao se transformar os enquadramentos interpretativos em ferramentas ou recursos mobilizados pelos atores, também aqueles que os analisam estão propensos a enxergá-los como mecanismos para compreender a lógica operacional e estratégica dos movimentos muito mais do que sua dimensão subjetiva e constitutiva da sua identidade. Lacuna esta que vem sendo enfrentada por outros estudos dedicados à compreensão da

⁶ No original: *Collective action frames also perform this interpretative function by simplifying and condensing aspects of the “world out there”, but in ways that are “intended to mobilize potential adherents and constituents, to garner bystander support, and to demobilize antagonists”* [...] (BENFORD; SNOW, 2000: 614)

relevância das emoções e da dimensão motivacional para os movimentos sociais (GOODWIN *et al.*, 2001; POLLETTA; JASPER, 2001; JASPER, 2004).

É importante observar que, embora os enquadramentos tenham em si uma dimensão interativa e relacional da ação, da maneira como são mobilizados, aparecem mais como um fluxo dos movimentos para os indivíduos do que um processo interativo. Isso nos leva a duas reflexões: a primeira delas é que, desse modo, os efeitos dos enquadramentos são observados apenas sob a ótica da sua relevância para constituição do próprio movimento e não o outro lado, dos indivíduos. Ao enfatizar a agência dos atores coletivos (movimentos sociais), a abordagem secundariza a capacidade reflexiva dos interlocutores (indivíduos não organizados) (KUNRATH; COTANDA; PEREIRA, 2017). Para além disso, ao definir o enquadramento como uma estratégia desenvolvida por movimentos, ignora-se o sentido goffmaniano de a significação ser um processo mais cognitivo e tácito do que consciente e tático dos atores.

A segunda reflexão é que os movimentos parecem querer interagir apenas com os indivíduos que são seus simpatizantes e com outros movimentos, quer sejam aliados quer sejam adversários. Contudo, é importante levar em conta a interação deles com o contexto como um todo e com a sociedade de modo geral. De que maneira suas narrativas e enquadramentos estão disputando com outros a arena pública, como são construídos também pela interação com esse contexto mais amplo e como as situações que os afetam os convocam a agir, interagir e unir em coletivo (CEFAL, 2017a; 2017b). Na mesma linha de argumentação, embora preocupados com o conceito de oportunidade política, Abers *et al.* (2018) chamam a atenção para a importância de se analisar a ação dos movimentos a partir de sua interação com outros movimentos e com o Estado, a saber, os agenciamentos recíprocos entre eles, que moldam a própria ação e escolha de repertórios dos movimentos.

A partir da perspectiva de Mendonça e Simões (2012), os enquadramentos interpretativos não são apenas construídos para influenciar interlocutores, mas passam a ser vistos como uma estrutura processual construída no encontro de sujeitos em uma situação. Não significa que se trata apenas de agências individuais, mas sim de reconhecer que elas são formadas em situações concretas e que podem ser transformadas e ressignificadas. Os autores levantam algumas possibilidades de operacionalização do conceito, partindo de estudos que enfocam a situação comunicativa, por exemplo, que utilizam a análise de conteúdo do discurso e que avaliam a repercussão dos enquadramentos nos discursos.

Sob a perspectiva da análise discursiva, são analisados os enunciados e os discursos, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles. Nesse sentido, a proposta é entender como os discursos estabelecem enquadramentos, partindo de situações específicas

(MENDONÇA; FREITAS; OLIVEIRA, 2014). Gamson (1982) cita três tipos de enquadramentos, que se assemelham às tarefas propostas por Benford e Snow (2000), mas que são realizados em batalhas simbólicas, a partir de discursos: de injustiça (indignação), agência (propositivos) e identidade (definição de um nós).

Steinberg (1999) também analisa a construção dos enquadramentos, a partir dos discursos. Uma de suas críticas é o recorrente entendimento de que os enquadramentos são sistemas de significados que perduram ao longo do tempo. Ademais, os enquadramentos não são ângulos estratégicos, mas uma maneira de entender as molduras partilhadas de sentido que envolvem discursos ao mesmo tempo que são atualizadas e modificadas por eles. Por isso, aparecem menos sob uma perspectiva estratégica e mais como uma significação das coisas construídas por intermédio dos discursos, promovendo uma epistemologia coerente com a ação situada e os constrangimentos e limites percebidos no contexto. A versão da verdade dos grupos é constituída a partir daquilo que eles querem se apropriar e transformar dentro dos discursos hegemônicos.

Assim, enquadramento nunca é simplesmente um processo estratégico porque ninguém está fora dos significados construídos pelos discursos dominantes, ao contrário, os questionam e os ressignificam (LINDSTEDT, 2017; STEINBERG, 1999). Neste trabalho, sigo estas análises que retomam a diferenciação entre enquadramentos e discursos, entendendo que para avançar nos estudos sobre enquadramentos é preciso antes dar um passo atrás. Recupero sua concepção como um processo de significação interativo e contínuo que não deve ser vislumbrado apenas sob o enfoque das suas possibilidades estratégicas, mas sim primeiramente como um processo de “dar sentido” às coisas, um campo amplo de significado e conhecimento dos movimentos sociais (LINDSTEDT, 2017).

Nesse sentido, me valho dos estudos que percebem a centralidade dos discursos para a expressão dos enquadramentos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012; MENDONÇA, *et al.*, 2014). Me alio aos estudos que identificam que alguns trabalhos, ao terem contato com os discursos que expressam os enquadramentos, tomam aqueles por estes e, ao final, não refletem realmente sobre os enquadramentos formulados nesse processo. A consequência disso é a limitação da compreensão de como os enquadramentos podem ser constituídos processualmente, como são expressos de maneira distinta e como podem mudar ao longo do tempo, conforme o contexto (DIAS; VON BÜLOW; GOBBI, no prelo). Com isso, espero que, ao explicitar melhor a diferença entre o que é discurso do que é enquadramento e como ambos estão relacionados, poderemos avançar no sentido de compreender os enquadramentos como a formação de epistemologias de diferentes grupos e movimentos sociais.

Os discursos são os meios pelos quais os enquadramentos são expressados, a forma pela qual eles são expostos no mundo (DIAS, 2017). Discursos aqui são entendidos como uma agência criativa dos atores, já que por meio da linguagem podemos impactar, compreender e sistematizar o mundo social e concretizar práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2010; RESENDE; REGIS, 2017). O discurso é uma agência que necessariamente está em contato com a realidade e o contexto e da mesma maneira que é afetada por eles, também os afeta. Nesse sentido, os discursos são construídos a partir da congruência entre uma ação situada e estilos linguísticos que os conectam a características de um grupo gerando identificação e facilitando a comunicação, podendo ser transmitidos por intermédio de diferentes meios.

Os enquadramentos, por sua vez, são constituídos por um processo anterior ao momento em que se dá o discurso, sendo expressos através dele. O que não quer dizer que os enquadramentos são estáticos, e sim o oposto, que alimentam e são alimentados pela prática discursiva e pelo contexto no qual estão situados os atores que os mobilizam. Desde a sua raiz etimológica, enquadramentos não podem ser imaginados como um recurso estagnado, já que *framing* se constitui no gerúndio, ou seja, uma agência no fazer e no devir. De fato, eles são fundamentais para a construção e compreensão dos quadros interpretativos elaborados mediante uma situação problemática específica. Ou seja, o quadro (como um substantivo), elemento estático, caracteriza os sentidos e significados dados pelos atores (individuais ou coletivos) a um evento social determinado, baseando-se nos enquadramentos que já vinham sendo elaborados por esses mesmos atores.

É importante ter em mente que tanto os enquadramentos como os quadros são ações existentes no plano potencial, cognitivo. Quer dizer, para que elas existam concretamente no mundo, precisam ser comunicadas, expressadas, agenciadas dentro daquilo que pode ser realizado. Aí entram os discursos, que combinam quadros e enquadramentos, em contextos situados e utilizam elementos culturais e linguísticos específicos para expressá-los. Nesse sentido, o discurso é uma agência criativa dos atores que está situada no plano do realizado, aquilo que é comunicado ou, sob uma perspectiva mais estratégica da ação, escolhido para ser comunicado. Por essa razão, diz-se que os discursos atribuem sentido às coisas, já que, em realidade, estão expressando sentidos e significados formulados anteriormente, em um primeiro nível, nos enquadramentos; aplicados ao quadro, em segundo nível; e, por fim, expressos nos discursos, em terceiro nível.

Dessa forma, ao invés de enxergar os enquadramentos como recursos, como “cartas na manga” utilizadas para mobilizar possíveis aderentes, entendo que isso, na verdade, são os

discursos e a capacidade dos atores de adaptá-los conforme o público e o contexto em que se encontram. Assim, os enquadramentos interpretativos se mantêm como algo anterior, uma construção epistemológica, que muda, mas não com a rapidez ou a frequência dos discursos – os quais podem ser mobilizados de distintas formas cotidianamente. Nessa perspectiva, tanto discursos quanto enquadramentos são formados na prática social interativa dos atores entre si, com o contexto, e fomentam um ao outro constantemente.

Entender os enquadramentos como conformações epistemológicas da realidade implica considerá-los não como a moldura que enquadra a fotografia, mas sim como todo o processo anterior existente entre a mente e o olhar que seleciona foco, iluminação, distância, os componentes significativos daquela fotografia e os significados existentes que se deseja transmitir. Assim, é preciso partir de uma visão tanto de que a construção do conhecimento se dá além das fronteiras da academia quanto de que as experiências, vivências e “pontos de partida” de cada um são relevantes para esse processo. As distintas experimentações da realidade, acarretam em formas diferentes de interpretá-la e questioná-la. Portanto, a epistemologia construída para expressar tais experiências pode diferir dos temas e metodologias dominantes (KILOMBA, 2019).

Nesta dissertação, o foco está em compreender as diferentes construções de significados advindas das periferias urbanas e como estar nesse lugar implica em distintas formas de construção de conhecimento. Estar na periferia, e não no centro, é um marco importante a se considerar quando se pensa epistemologia e, portanto, os enquadramentos interpretativos desenvolvidos, pois é a vivência situada nesse lugar que constrói a sua realidade. Estar às margens não é estar de fora, mas sim ter consciência de que, apesar de fazer parte do todo, não o faz do corpo principal. Por isso, a margem não deve ser vista apenas como um lugar de perda e privação, e sim como um lugar de resistência e possibilidade justamente porque traz essa oxigenação do pensamento (KILOMBA, 2019). Outra visão, outra forma de ver o mundo, as margens são espaços de abertura e criatividade onde novos discursos e enquadramentos se dão. Isso porque elas oferecem diferentes dimensões de contexto e cultura, a partir dos quais se dá o processo de enquadramento. As margens são em si um local que nutre a capacidade de transformar, imaginar e resistir à opressão.

Destaca-se que a ideia de “estar às margens” pode remeter a circunstâncias distintas, que vão além de dimensões geográficas. Kilomba (2019) caracteriza as margens como epistemologias construídas fora do tradicional no campo acadêmico. Especialmente interessada nas produções de autores e autoras negros, e produções oriundas de outros territórios afastados do norte global, a autora chama a atenção para a potência da produção de conhecimento por

parte desses sujeitos. Ao passo que Das e Poole (2004) enxergam as margens como lugares não identificados apenas territorialmente, mas também aqueles nos quais a lei é manipulada através de diversas formas de regulação da população. Toda soberania exercida pelo Estado não diz respeito só ao território, mas também sobre os corpos, sobre vida e morte. Fonte da qual também bebe Mbembe (2019) ao caracterizar a necropolítica como um regime no qual o estado de exceção deixa de ter caráter temporário e se torna permanente. Se funda no terror, medo e morte como formas de gestão da vida e divisão dos que vivem e dos que morrem.

As margens ampliam o foco para como as fronteiras conceituais do Estado são estendidas e refeitas todos os dias. Isso não quer dizer que aquelas são homogêneas, visto que é justamente a sua indeterminação que quebra a solidez atribuída ao Estado (DAS; POOLE, 2004). Este se apresenta nas periferias, sobretudo, negando direitos e acesso a serviços públicos, empreendendo violência exacerbada e colocando as pessoas em situação de medo e insegurança. Contudo, da mesma maneira que estar às margens escancara as fragilidades que constituem a raiz da própria conformação estatal nesses territórios, também abre brechas através das quais extravasa a criatividade das comunidades. A ideia de Estado à margem é relevante para o estudo em tela porque joga luz sob a maneira pela qual os coletivos se percebem, como veem o Estado e sua relação com ele.

Voltando o olhar para o que analiso nesta dissertação, é preciso levar em conta que a formulação de enquadramentos a partir das periferias implica concepções distintas sobre questões centrais como democracia, Estado, poder, crise. Como esse é um processo relacional, contínuo e vem sendo realizado ao longo do tempo, os quadros das periferias sobre a pandemia da COVID-19 não surgiram do nada no momento em que se depararam com a crise. Ao contrário, as visões sobre si, sobre o Estado e sobre a pandemia, nesse cenário, são formuladas a partir de enquadramentos já em construção, que podem ter sido ressignificados e/ou aprimorados na interação dos atores com a ocasião. Os discursos mobilizados, por sua vez, expressam (mais diretamente) os quadros e (indiretamente) os enquadramentos que os subsidiam em correlação com a realidade pandêmica, com o público para quem se fala e com a conjuntura à qual estão expostos.

Fica patente a razão pela qual existe uma dificuldade metodológica em compreender os enquadramentos interpretativos dos movimentos sociais. Na prática, é mais fácil ter contato com eles no terceiro nível, nos discursos, que são a agência realizada. Contudo, em primeiro lugar, os discursos não conseguem expressar a totalidade desse processo dinâmico de enquadramento. Em segundo lugar, dado que eles só se relacionam com uma situação particular e expressam quadros construídos – ainda que com base nos enquadramentos – especificamente

para aquela situação, diretamente, os discursos só alcançam os quadros. De tal forma que, para compreender os enquadramentos, na sua maneira processual e contínua, não basta capturar os discursos em um dado momento. É preciso que eles sejam relacionados a outros relatos e dados que tragam uma perspectiva mais ampla e histórica da formação e organização dos movimentos, suas pautas e formas interação. De igual modo, é importante levar em consideração que a maneira como os discursos expressam os quadros pode ser alterada conforme o público e o meio pelo qual são veiculados, conforme será mais bem explicitado abaixo.

Alguns estudos que fazem análise dos enquadramentos por meio dos discursos apresentam uma escolha metodológica na análise de conteúdo dos discursos que tende a transformá-los em mera estatística. Outros casos, os dividem em grupos e subgrupos que não chegam a ser exatamente enquadramentos, mas apenas fragmentos deles (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Essa é uma lacuna que, acredito, pode ser superada mediante essa diferenciação entre enquadramentos, quadros e discursos. É fundamental ter ciência daquilo que estamos analisando para entender os resultados que podemos efetivamente observar e as limitações dadas pelo próprio material ao qual temos acesso. É sobre essa aproximação entre discursos, quadros e enquadramentos e os métodos para analisá-la que trato em maior profundidade na seção seguinte.

1.3 – Discursos e enquadramentos

O debate sobre os discursos como forma de agência não é novidade. Steinberg (1999), defende que é preciso ter em conta que os discursos são uma ação criativa e relacional e que, portanto, a construção de significados se dá na interação entre eles e a ação social. O autor propõe o conceito de repertórios de discursos contenciosos, caracterizados como a construção de discursos que questionam outros significados dominantes na sociedade ao problematizar e ressignificar palavras e representações presentes nestes. Também Tarrow (2013) conceitua os repertórios de linguagem, afirmando ser relevante considerar a centralidade das palavras e os elementos discursivos ao analisar como os movimentos sociais se relacionam com o Estado.

Vale evidenciar que a perspectiva da qual parte este trabalho é a teoria-método análise de discurso crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2010; PARDO, 2007; RESENDE; REGIS, 2017). Desse ponto de vista, o discurso é o aspecto semiótico⁷ das práticas sociais, podendo ocorrer na forma de linguagem verbal (oral ou escrita) ou não verbal (gestos, imagens e sons). Difere de

⁷ Semiose, termo introduzido por Charles Peirce, se refere ao processo de construção de significados. A semiótica é o campo de estudo da semiose.

outras formas de análise de discurso, pois, ao invés de abordar sistemas linguísticos ou textos isolados, está centrada em como a ação está entrelaçada ao discurso, como forma de disputa de narrativas no espaço público quando envolvem-se dinâmicas de poder.

A pedra basilar que sustenta o argumento em torno da relevância dos estudos críticos do discurso – isto é, do estudo de problemas sociais com foco em seu aparato semiótico – é que o uso situado da linguagem, ao produzir textos, que são parte do resultado de eventos sociais, têm efeitos causais, gerando mudanças em nosso conhecimento sobre o mundo e, conseqüentemente, em nossas crenças e atitudes a respeito desse mundo (...). De acordo com a compreensão crítico-realista da vida social, entendem-se estruturas sociais como configurações prévias à ação, que dotam a ação de recursos, mas também os constroem, ou seja, constroem potencialidades entre as quais se selecionam aquelas que são materializadas em eventos concretos; e as ações, portanto, embora sejam governadas por estruturas sempre previamente dadas, carregam o potencial de transformação das configurações estruturais ao longo tempo (RESENDE; REGIS, 2017, p.15)

Fairclough (2010) caracteriza essa abordagem como estudos críticos do discurso, justamente porque não está focada somente no aspecto linguístico do discurso (estruturas gramaticais, lexicais e semânticas), mas sim na sua relação com os eventos sociais, especialmente em formas de dominação e poder. Como prática social, o discurso está situado temporalmente e condicionado às maneiras pelas quais interagimos no mundo. Localiza-se entre as estruturas abstratas e os eventos sociais, de tal forma que a tríade estrutura, prática e evento sociais se constitui e transforma mutuamente.

Ao fazermos uso da linguagem em nossas vidas cotidianas, recorremos a maneiras particulares de *representar*, de *agir* e *interagir* e de *identificarmos* o mundo e a nós mesmos/as. Isto é, assim como todas as outras pessoas – cada qual com suas particularidades e em seu contexto histórico, político, cultural -, lançamos mão de discursos, gêneros e estilos específicos em dadas situações sociais também específicas (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 16-17, grifos no original).

Trazer a ADC para compreender a aproximação entre discursos e enquadramentos é um reconhecimento de sua relevância como método de análise, mas especialmente como teoria de discurso. Por um lado, a aplicação adequada do método pode contribuir para aprimorar as análises realizadas nas ciências sociais. Por outro lado, é fundamental a conceituação de discurso partindo mais de uma perspectiva crítica, e menos linguística. Assim, é possível entender o seu papel como ação criativa de atores inseridos em contextos sociais. Por vezes, o tamanho do *corpus* em estudo e a ausência de *expertise* em linguística tornam inviável uma análise do discurso propriamente dita, permitindo mais uma análise de conteúdo. Nesta

pesquisa, centro a análise de conteúdo em discursos proferidos através de texto, especificamente mensagens escritas em plataformas de mídias sociais. Em menor medida, esse material será complementado com outras formas de discurso (textos orais e imagens).

Ainda que a ADC seja um campo de estudos bastante heterogêneo, todas as vertentes ressaltam a relevância da abordagem interdisciplinar com as áreas das ciências sociais para a construção dessa teoria-método (RAMALHO; RESENDE, 2011). Além disso, é uma concepção focada em compreender como atores elaboram discursos e mobilizam a linguagem em situações que tocam sua realidade frente ao outro que detêm o poder e, por conseguinte, o discurso hegemônico (RESENDE, 2017). Sendo os enquadramentos interpretativos e os quadros expressos por meio dos discursos, estes atribuem a (re)significação formulada por intermédio daqueles acerca de situações problemáticas no mundo. Assim, os enquadramentos interpretativos de ação coletiva podem ser pensados mediante a sua construção em disputa com o outro que é hegemônico ou dominante (STEINBERG, 1999).

Práticas sociais, discursivas e contexto estão imbricados, interagindo-se e afetando-se mutuamente de tal maneira que se tornam centrais para compreender as relações sociais, a constituição dos sistemas de conhecimento e a formação das identidades sociais. É relevante apontar que, nesse sentido, o discurso é por si só uma agência criativa dos atores (DIAS, 2017). Isso porque é mediante a linguagem que agimos no mundo e o seu uso em contextos situados pode gerar mudanças nas crenças, entendimentos e atitudes que temos a respeito desse mundo. Além disso, a ação discursiva, por estar situada em contextos que oferecem oportunidades e constrangimentos para o seu desenvolvimento, também se apropria de recursos e práticas apreendidas anteriormente para se aprimorar (RESENDE, 2017).

Assim, os atores produzem discursos com base nos seus contextos e na interação com os outros, apoiadores e detratores, mobilizando, por exemplo, elementos culturais e expressões da linguagem próprias a um determinado grupo social (LINDSTEDT, 2017; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017; PARDO, 2007; RESENDE, 2017; STEINBERG, 1999). A razão disso é o interesse em tornar o discurso, e o que é transmitido através dele, mais factível para seus interlocutores, permitindo uma aproximação que já “fala a mesma língua”. Com isso, fica perceptível como a produção dos discursos se aproxima daquilo que a literatura chamou de estratégias de alinhamento de enquadramentos (articulação, ampliação, transformação e extensão) – esta destaca, inclusive, a centralidade das experiências progressas e legitimidade dos atores para a construção de práticas de enquadramentos que os façam ressoar (KAPLAN, 2008) –, uma vez que opera a mudança ou adaptação da narrativa com o objetivo de alcançar determinado público.

Isso nos leva a considerar que, se os enquadramentos e quadros são expressos por meio dos discursos, são estes que operam em nível de transformação constante, por vezes cotidiana, a depender do contexto e do público para quem se fala. Com isso não quero dizer que os enquadramentos e os quadros não estão sujeitos às mudanças, ao contrário, são (re)formulados e (re)significados processualmente no curso da interação. De tal forma que as estratégias de alinhamento de enquadramentos tratam, na verdade, de estratégias de discurso. Ao enquadrar, os atores expressam visões de mundo e sistemas de conhecimento em constante disputa na arena pública. Enquadramentos são um elemento anterior justamente porque se aproximam mais de processos de significação e conhecimento (LINDSTEDT, 2018). Ou seja, não são formulados no instante em que os atores se deparam com uma situação adversa, na realidade, são o processo cognitivo constante a partir do qual os sujeitos elaboram os quadros pelos quais enxergam o mundo e agem sobre ele.

Nessa perspectiva, para compreender a maneira como os discursos mobilizam os quadros (mais diretamente) e enquadramentos (indiretamente) cotidianamente a depender dos interlocutores, me valho da concepção de performances comunicativas:

Estou focando no aspecto performativo da comunicação política: como as pessoas em diferentes configurações relacionais falam entre e sobre si; como equilibram, combinam ou segmentam suas múltiplas identidades; como gerenciam discordâncias e ritualizam unidade; e como refletem sobre (e respondem a) o que eles mesmos estão fazendo⁸ (MISCHE, 2008, p. 186, tradução livre).

O argumento central de Mische é que as pessoas aprendem formas distintas de comunicação (fator essencial nos movimentos sociais e na arena pública) dependendo das suas trajetórias pessoais e espaços coletivos que constroem. A circulação por arenas distintas permite acumular as diferentes habilidades adquiridas, são recursos que elas aprendem a mobilizar. Quando bem manipuladas, as performances comunicativas podem alcançar diferentes resultados e os ativistas podem se movimentar entre as distintas performances a depender das múltiplas identidades acionadas e o público com o qual dialogam.

⁸ No original: *I am focusing on the performative aspect of political communication: how people in different relational settings talk to and about each other; how they juggle, merge, or segment their multiple identities; how they manage dissension and ritualize unity; and how they reflect on (and respond to) what they themselves are doing* (MISCHE, 2008, p. 186).

Em outras palavras, os atores para expressarem seus quadros por intermédio dos discursos o fazem em diferentes meios de comunicação, em gêneros textuais⁹ distintos e valendo-se de sistemas de referências linguísticas diferentes a depender do público. Por exemplo, um comunicador das periferias ao falar para outros moradores do território utiliza de determinados meios e expressões linguísticas que fazem sentido, comunicam e geram identificação com esse público. Se, em outro momento, esse mesmo comunicador expressa o mesmo quadro com relação à mesma situação problemática, mas em um veículo de comunicação nacional, então ele vai acionar outras expressões linguísticas no discurso já que se trata de um público mais amplo, para o qual determinados termos culturalmente situados não façam sentido.

É essa habilidade em transformar o discurso que, afinal, transmite o mesmo quadro formulado com base no mesmo enquadramento, mas de maneira distinta a depender de veículo de comunicação e público que estou chamando de performance comunicativa. Tal qual o conceito formulado por Mische, aqui os atores adquirem essa habilidade ao transitarem por diferentes espaços e interagirem com diversos outros atores. Também é relevante a sua trajetória pessoal, uma vez que esse tipo de habilidade é adquirida, principalmente, por pessoas que têm mais recursos – não só material, mas também social – e estão bem posicionadas, a ponto de cruzarem por essas arenas distintas.

As coletividades podem ser distinguidas em práticas culturais que identificam membros, constroem relações, fronteiras com “os de fora” e dão sentido e orientação à ação (BLUMER, 1969; DEWEY, 1934; MISCHE, 2008). Para Mische, essas distinções podem ser chamadas de “estilos”, os quais são construídos dentro das redes, considerando os padrões de interação social e a definição daquilo que é valorável em determinado contexto. São meios pelos quais as pessoas podem se identificar como pertencentes a um grupo, por exemplo, a utilização de determinado termo linguístico ou de uma expressão cultural para transmitir uma informação permite que pessoas identificadas com esses elementos sejam cativadas justamente pelo uso deles.

As performances comunicativas estão ligadas, portanto, à capacidade dos atores de mobilizarem diferentes discursos, elementos e argumentos, conforme o público para quem se fala e o que se deseja alcançar. Elas permitem que ativistas meçam complexidades relacionais

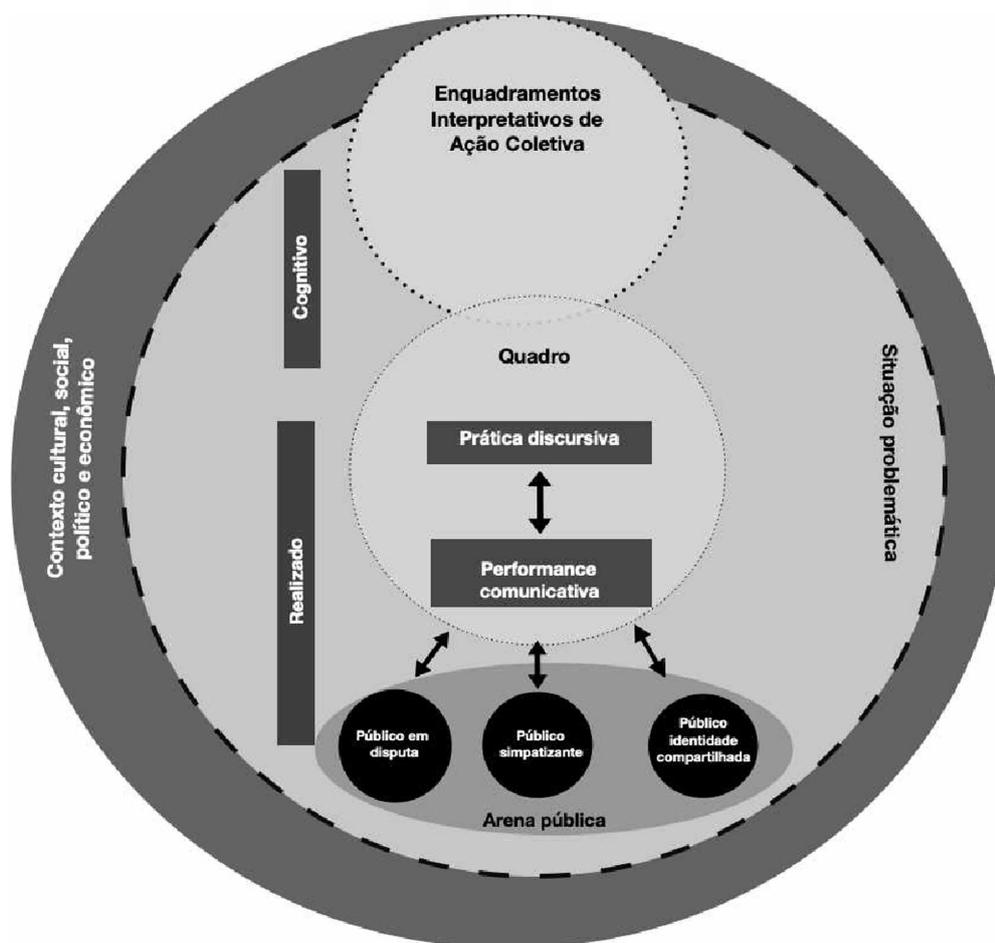
⁹ Existem inúmeros tipos de gêneros textuais, mas são identificados dentro de certos tipos de texto: narrativo (ex.: romance, novela, crônica), descritivo (diário, notícia, cardápio), dissertativo-argumentativo (resenha, artigo, monografia), expositivo (palestras, seminários, entrevistas) e injuntivo (bula de remédio, receita, regulamento) (BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. In: HOFFNAGEL, J.; DIONISIO, A. (trad.) São Paulo: Cortez, 2005).

em diferentes públicos, apesar de poderem constringer ou limitar o que cada um deles pode alcançar. Nesse sentido, entendo que os enquadramentos e os quadros são significações internalizadas pelos atores a serem expressados e mobilizados através dos discursos nas suas performances comunicativas, a depender do tipo de interação com os outros, com o contexto no qual está situado e com o problema enfrentado.

Na imagem abaixo, ilustro como todos esses conceitos são operacionalizados. O mais importante a ressaltar inicialmente é que eles não estão encadeados, como se existisse um fluxo vertical de um para o outro, ao contrário estão um dentro do outro em constante interação e transformação mútua. Assim, o contexto social, político, cultural e ideológico e as estruturas aparecem como algo mais amplo dentro do qual as agências são realizadas. A situação problemática surge dentro desse contexto, a linha tracejada em volta do seu círculo mostra as trocas existentes entre uma esfera e outra. Os enquadramentos interpretativos, por sua vez, existem simultaneamente entre o contexto e as situações problemáticas, afetando e sendo afetado constantemente por eles. O círculo que apresenta a formação do quadro aparece sobreposto ao do enquadramento, porque nesse caso não basta permeabilidade para evidenciar a interação, já que o quadro nada mais é do que o enquadramento aplicado a uma situação específica, a lupa ou a moldura a partir da qual enxerga-se a situação.

Tanto quadro como enquadramento são ações existentes apenas no plano do cognitivo, por essa razão as práticas discursivas e as performances, que são ações encontrados no plano do realizado, aparecem situadas no quadro. Isso porque ambas são agências específicas para uma determinada situação, e mobilizadas conforme o quadro elaborado. A seta de duas pontas que as interliga mostra como existe um processo de aprendizagem entre uma e outra. Por fim, outras setas de duas pontas conectam o quadro aos ambientes nos quais as práticas discursivas e as performances são realizadas, demonstrando que estas são adaptadas conforme o público ao qual estão sendo direcionadas. Do mesmo modo, existe um processo de aprendizagem entre a realização dos discursos para diversos públicos e a constituição das práticas e performances.

Figura 1: Mapa dos enquadramentos interpretativos de ação coletiva



Fonte: elaboração própria

No que diz respeito às tarefas a serem desempenhadas pelos movimentos sociais no intuito de corroborarem seus enquadramentos interpretativos (diagnósticos, prognósticos e motivacional), entendo que a análise do discurso ou análise de conteúdo do texto nos permite identificar especialmente as duas primeiras. Por vezes, esse tipo de análise acaba resumindo os enquadramentos àquilo que é encontrado nessa etapa. Ou seja, ao analisar o texto, o analista identifica as tarefas e supõe ter encontrado também os enquadramentos. Contudo, conforme já explicitado, existe uma dificuldade analítica em alcançar os enquadramentos somente a partir do texto. Nesse caso, nos aproximamos mais ao quadro elaborado naquela conjuntura e para o qual foram realizadas as tarefas.

Embora seja relevante a identificação dos principais problemas, demandas e soluções apontadas pelos movimentos sociais, para viabilizar que as análises sobre os enquadramentos levem em conta muito mais o contexto e as subjetividades, é preciso realizar o esforço de compreendê-los para além das tarefas localizadas nos discursos. É necessário posicionar esses

elementos (diagnóstico, prognóstico e motivacional) dentro do escopo maior da constituição dos quadros e dos enquadramentos, considerando seu processo de formulação, contexto, subjetividades dos atores e também as distintas formas que eles podem aparecer, conforme as performances e a realização dos discursos.

1.4 – Outras abordagens teóricas e metodológicas em enquadramentos

Como dito na abertura deste capítulo, os estudos sobre enquadramentos são amplos e diversos e estão presentes em várias áreas do conhecimento. Assim, eles já foram conceituados a partir de diferentes entendimentos e também avaliados por métodos diversos. Uma forma de estudar enquadramentos, que é sempre referenciada, trata do enquadramento noticioso, ou seja, aquele que é construído pela mídia. Faço uma breve explanação sobre esse conceito e posteriormente apresento algumas abordagens metodológicas utilizadas nos estudos sobre enquadramentos, tanto interpretativo como noticioso.

A diferença entre enquadramentos noticiosos e interpretativos será aqui explanada considerando suas viabilidades para o objeto de estudo, a saber, coletivos de comunicação. Embora exista uma aproximação entre os dois conceitos e os enquadramentos noticiosos sejam igualmente valiosos para compreender construção de narrativas sobre determinado evento, nesta dissertação não analiso as notícias produzidas pelos coletivos. E, além disso, aposto na formação e agência desses atores para além da dimensão comunicativa, ou ao menos com um objetivo diferente dado à comunicação. Em última instância, a construção de enquadramentos de um veículo midiático tem objetivos distintos que o dos movimentos sociais, naquele caso sob uma perspectiva mais estratégia e menos de construção de significados e epistemologias, que é justamente o aspecto que estou defendendo neste trabalho.

Entman (1991) estuda os enquadramentos nos produtos de comunicação, que objetivam influenciar a compreensão da audiência sobre determinado assunto. O autor parte dos estudos de Goffman, entendendo os enquadres como princípios que orientam os acontecimentos e são capazes de exercer influência sobre seus interlocutores. Argumenta que o quadro de notícias é elaborado relacionando metáforas, conceitos, símbolos e imagens enfatizados na narrativa jornalística. Nesse sentido, o quadro noticioso colabora para a cristalização de uma ideologia ao reincidir e reforçar palavras e imagens que remetem a uma ideia, e não a outras. Entman conceitua os enquadramentos mental e noticioso se evidencia como se complementam. O primeiro é um guia individual para interpretação das informações fornecidas pelos meios de

comunicação, o segundo é a forma pela qual estes moldam seus produtos, com o objetivo de provocar determinadas reações na sua audiência.

O enquadramento noticioso, portanto, media os fatos e a realidade social apresentada na mídia. Eles contribuem para definir problemas, identificar causas e propor soluções ou julgamentos. Tal qual a perspectiva goffmaniana, os enquadramentos aqui operam organizando o mundo para os jornalistas e a sociedade, compondo um sistema que determina a seleção daquilo que vai ser enfatizado ou excluído. As notícias se tornam, portanto, campo de disputa de interpretações sobre a realidade, para Carragee; Roefs (2004 *apud* SILVA, 2020), em geral, os enquadramentos das elites são os favorecidos.

Porto (2002) identifica alguns problemas com relação às abordagens metodológicas em enquadramentos e propõe algumas etapas a serem seguidas para tornar a investigação mais sistemática. Inicialmente é preciso identificar qual é o nível de análise. A razão disso é que a literatura sobre enquadramentos é ampla e ao mesmo tempo fraturada, mesmo assim não é desejável que exista uma teoria única e abrangente para toda a pluralidade de enquadramentos já identificada (ENTMAN, 1993). Portanto, é preciso primeiramente situar a que aspecto se refere a pesquisa. Vale, por exemplo, distinguir entre os enquadramentos noticiosos, que são os padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizado pelos jornalistas – resultado de escolhas feitas pelos jornalistas quando formatam a matéria –, dos enquadramentos interpretativos dos leitores que operam em um nível mais específico e são independentes dos jornalistas.

O segundo passo é identificar as principais controvérsias e enquadramentos relacionados, isso porque diferentes atores possuem capacidades distintas de influenciar os processos de enquadramento na mídia. Os movimentos sociais, por exemplo, podem, ao mesmo tempo, tanto subsidiar a mídia com seus enquadramentos interpretativos, como ser beneficiados com os enquadramentos noticiosos. É importante tentar compreender o que leva ao predomínio de uns enquadramentos e não de outros. Por fim, o terceiro passo é uma análise de conteúdo sistemática dos enquadramentos levantados. Porto avalia que é preciso definir antes da investigação um sistema analítico com seleção de códigos para diferentes categorias.

Gamson, e colegas, analisaram o discurso da mídia sobre diversos assuntos. O autor argumenta que todo tema político tem uma cultura, ou seja, um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes. Sugerem o método de análise da matriz de assinatura (*signature matrix*) a fim de analisar os enquadramentos noticiosos, esta inclui as práticas de enquadramento que compõem um “pacote interpretativo” – tais quais metáforas, slogans, imagens, etc. – presente nos discursos dos agentes para chegar à “ideia central organizadora” (PORTO, 2002). Em *Talking Politics* (1992),

Gamson estuda as opiniões das pessoas com relação a vários temas políticos e, por meio de uma análise de conteúdo, investiga como notícias produzidas pela mídia influenciaram nessas opiniões.

Silva (2020) se embasa nas noções de Entman, bem como no seu método de análise de enquadramento noticioso, para investigar os enquadramentos construídos pela mídia na ocasião do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A autora realizou sua pesquisa com base em um banco de dados, elaborado por ela própria, de notícias do *Deutsch Welle* nesse período. Argumenta que esse método permite avaliar a influência exercida na consciência humana através dos meios de comunicação com relação a um determinado tema ou assunto. Ademais, permite visualizar a presença de “vieses implícitos” no noticiário, de forma que o enquadramento identifica estratégias realizadas para expressar a notícia, objetivando uma reação específica.

Esse tipo de análise compreende a seleção dos enquadramentos em cascata, ou seja, diferentes atores políticos, veículos de comunicação e jornalistas exercem níveis de influência distintos ao hierarquizar as informações conforme a reação desejada com a notícia. Portanto, essa investigação parte da análise de conteúdo dos enquadramentos noticiosos em cascata, buscando identificar, à medida em que as imagens e informações são apresentadas, como elas reativam sentimentos, memórias e ideias na audiência. O enquadramento noticioso é ativado em cascata priorizando esses sentimentos e imagens, ativando diferentes sentimentos e pensamentos na medida em que são colocados (SILVA, 2020).

Outra possibilidade de análise é a realizada por Sarmiento (2017), a qual examina a relação entre o movimento feminista e o jornalismo brasileiro durante um período de 95 anos. O intuito era observar, de um lado, a construção do movimento feminista nos meios midiáticos e, de outro lado, a reação das mulheres a esses discursos. Nesse sentido, a autora analisou reportagens realizadas pela Folha de S. Paulo, mediante análise de conteúdo qualitativa dos enquadramentos do referido jornal. A análise dos textos escritos foi complementada com a realização de entrevistas para conseguir abarcar essa percepção histórica que os movimentos feministas têm com relação à maneira como foram enquadrados na mídia tradicional.

Desfocando os enquadramentos noticiosos e retornando aos interpretativos, Mendonça, *et al.* (2014) avaliam os enquadramentos presentes no discurso de participantes de consultas públicas propostas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Os autores defendem que os discursos não são constituídos como algo prévio ao conteúdo da mensagem, mas sim paulatinamente durante a comunicação. Segundo os autores, o processo de enquadramento, nesse caso, depende do uso que os indivíduos fazem dos quadros, dado que

existe uma dimensão reflexiva na construção deles. Uma vez expressos nos discursos, pode haver um processo de reenquadramento ou aprimoramento da compreensão do quadro a depender do fluxo discursivo. Os autores fazem uma análise de conteúdo das publicações dos participantes e categorizam os enquadramentos presentes nos debates, buscando a reciprocidade e a maneira como um quadro poderia influenciar o outro. A isso chamam interquadros, afirmando que eles não só se relacionam com o contexto, como também entre si.

Em uma abordagem distinta, Dias (2017) analisa as publicações feitas nas mídias sociais, especificamente no *Facebook*, por parte de 5 organizações de direita que se mobilizaram em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A autora examina um *corpus* com 4.574 *posts* extraídos das páginas do *Facebook* de cada uma das cinco organizações (Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil, NasRuas, Revoltados Online e Vem Pra Rua), buscando os seus enquadramentos interpretativos. Nesse sentido, ela fez uma análise de conteúdo das publicações identificando cada uma das tarefas a serem realizadas pelas organizações que objetivavam alcançar mobilização social em prol do *impeachment*. Assim, a autora criou categorias e códigos para separar nos textos quais eram os diagnósticos (causas e problemas) indicados, os prognósticos (soluções) aventados e os aspectos motivacionais levantados pelos movimentos para convocar as pessoas para as ruas.

Apesar de os sujeitos estudados nesta dissertação serem coletivos de comunicação, a abordagem aqui adotada se aproxima mais desses dois últimos exemplos (Mendonça e Dias) do que dos que estão acima, referentes aos enquadramentos noticiosos. Isso porque compreendo que a formação dos coletivos e a realização do jornalismo periférico tem a sua raiz na luta contra as precariedades e violências às quais estão expostos; na defesa das potencialidades e agências periféricas; e na construção das epistemologias, significados e visões de mundo, advindos das periferias. São características que extrapolam o papel das mídias tradicionais ou alternativas. Não se trata meramente de informar, de direcionar pautas para uma audiência, é uma disputa de significados, de visões que partem desse lugar periférico.

Meu interesse também é menos revelar os padrões de apresentação, seleção e ênfase dos coletivos, e mais sua interpretação de si, do Estado e da pandemia. E isso, somado ao fato de que esses coletivos não realizam só atividades de comunicação, mas também atuam com atividades culturais, de formação e apoio (como foi observado no contexto pandêmico) e oferecem espaços (virtuais e presenciais) para a interação, troca e expressão de identidade nas periferias, possibilita identificá-los como movimentos sociais, além de agências de comunicação. Essas questões serão mais abordadas no capítulo 2.

1.5 – Enquadramentos, quadros, discursos, performances ... e mídias sociais

Dentre as possíveis arenas nas quais os atores mobilizam seus discursos, as mídias sociais são especialmente relevantes para este estudo. Isso porque, ao analisar as postagens feitas por eles próprios nessas plataformas, temos contato com os discursos produzidos por eles na tentativa de chamar a atenção de diferentes públicos. Assim, é possível compreender de maneira ampla como seus quadros – a respeito de si, da pandemia e do Estado – são expressos e ressignificados nos discursos mobilizados durante a pandemia. Dias (2017) afirma que a popularização das plataformas sociais deu novo fôlego aos estudos a respeito dos enquadramentos e linguagem como agência contenciosa. A razão disso é a capacidade da internet funcionar como espaço alternativo para expor objetivos e crenças, além de ser importante meio para a construção de narrativas e ressignificação de eventos políticos que acontecem *offline*, construindo uma narrativa propícia para a mobilização fora das mídias sociais (DIAS, 2017).

Ao analisar a relevância da internet em geral, e das mídias sociais em particular, para a ação coletiva, é importante ter em mente que a internet pode ser um instrumento potencialmente democratizador, mas não é em si democrático, pois muitas vezes reproduz desigualdades organizativas já existentes na forma presencial (DIAS, 2017; VON BÜLOW, 2018). Ao mesmo tempo em que ela viabiliza várias formas de interação humana, também cria uma barreira digital de exclusão daquelas pessoas que não têm condições de acesso. Além disso, a internet não é totalmente independente e autônoma, visto que está submetida às grandes corporações que a controlam (HINE, 2012 *apud* MODELLI, 2016), assim como é sujeita à interferência de algoritmos que facilitam a formação de bolhas sociais e polarização de opiniões; e suprimem a expressão de opiniões minoritárias (PARISER, 2012; PARRA; POPPI, 2018).

A formação de “bolhas de interesse” (*filter bubbles*), a partir da arquitetura das plataformas, gera um problema tanto para os usuários que não conseguem ver publicações fora daquilo que usualmente se interessam, mas também dificulta que os produtores de conteúdo alcancem pessoas fora dos seus seguidores cativos. Outro efeito dos algoritmos das mídias sociais é a constituição de redes (*network effect*), ou seja, a tendência de fazer redes já conectadas parecerem ainda mais próximas. Com isso, as postagens mais populares – as que atendem mais diretamente aos algoritmos – são mais propensas a receberem interações e reações mais rapidamente, a aparecerem mais e com maior frequência (GERBAUDO, 2018).

As mídias sociais podem ser compreendidas como arenas políticas nas quais grupos e ativistas se engajam no conflito político por meio de discursos que exprimem seus

enquadramentos de ação coletiva (DIAS, 2017). Elas são relevantes porque, além de permitirem a expressão de narrativas sem a mediação da mídia tradicional¹⁰, possibilitam que os atores alcancem diferentes públicos e, mesmo aqueles que têm poucos recursos, podem apresentar suas interpretações da realidade e disputar o entendimento sobre ela. Cada indivíduo pode se tornar um produtor de conteúdo ainda que seja preciso lidar com as limitações impostas pelas plataformas.

As desigualdades sociais refletidas nelas direcionam conteúdos de maneiras distintas: pessoas que têm mais recursos ou que atendem melhor às determinações algorítmicas têm maior capacidade de alcance. Contudo, de fato, quando comparado com as possibilidades de alcance existentes há alguns anos, nos quais só era publicizado o que estava na mídia tradicional e poucas pessoas tinham acesso a ela, as mídias sociais agregam às possibilidades de divulgação de discursos dos movimentos sociais ao serem um espaço onde qualquer pessoa pode produzir conteúdo e divulgá-lo.

Os discursos performados nas plataformas estão relacionados com o que acontece fora delas e, além de se adaptarem a sua linguagem, também mobilizam estilos linguísticos e arcabouço cultural a depender do público desejado. É importante ressaltar que não só esses discursos se relacionam com os sistemas de referência do público almejado, como também precisam se adaptar à arquitetura da plataforma na qual estão sendo expostos. Por exemplo, o *Twitter* é uma plataforma que limita o texto escrito em 280 caracteres, ainda assim este é a forma mais usual de discurso encontrada. Ao passo que o *Instagram* estimula a produção de discursos em imagens, mesmo que seja possível escrever legendas razoavelmente extensas, a visualização da plataforma encoraja que a informação esteja toda na imagem. Por seu turno, o *Facebook* combina a possibilidade de discursos em imagens e vídeos ao de longos textos escritos.

Em um contexto no qual o afastamento social é uma necessidade, como a pandemia, as mídias sociais ganharam especial relevância. Elas se tornaram o principal veículo para informar a população acerca da COVID-19, mas também foram o espaço por meio do qual muitos puderam protestar, expressar descontentamento e se mobilizar. Os coletivos de comunicação das periferias que antes já eram usuários ativos das plataformas, ou seja, já tinham uma rede e público cativo, passaram a utilizá-las para informar suas comunidades bem como para

¹⁰ Mídia tradicional aqui refere-se às grandes corporações de comunicação existentes no Brasil, nos seus diferentes veículos de comunicação, exemplo: a rede Globo, tanto em jornais impressos, televisivos, rádio, revistas é considerada uma mídia tradicional. A mídia tradicional difere-se da mídia alternativa, como por exemplo, o Mídia Ninja; e ambas diferem da mídia periférica, produzida nas e pelas periferias.

denunciar a situação precária na qual se encontravam. Situação essa que não surgiu com a pandemia, mas que sem dúvidas foi por ela agravada. Como não poderia deixar de ser, aquilo que os coletivos expressaram em suas páginas *online* manteve estreita correlação com o que acontecia fora delas, especialmente porque em um contexto de escassez e mesmo ausência de ação estatal, esses grupos foram grandes responsáveis por agir presencialmente informando e distribuindo doações.

Dessa forma, o entendimento das performances comunicativas, discursos e quadros é central para compreender o papel desempenhado por esses atores nesse período. A razão disso é que, ao informar a comunidade, utilizam-se de expressões e estilos linguísticos que caracterizam o dialeto¹¹ das periferias e que, portanto, tornam a informação mais palpável e inteligível. Ainda assim, não raro, as lideranças dos coletivos foram convidadas em *lives*, entrevistas, *podcasts* de diferentes lugares para contar a situação vivida pelas periferias durante a pandemia. Nesses momentos, embora tivessem o mesmo quadro, a mesma visão, sobre a sua realidade e seus problemas performavam discursos capazes de transmitir a mesma interpretação para diferentes públicos. Mesmo que o quadro tenha sido atualizado ao longo do contexto pandêmico, assim como os enquadramentos também absorveram as impressões e vivências dessa realidade, o que é preciso ressaltar é que a informação transmitida por intermédio das mensagens era, possivelmente, a mesma, apenas baseando-se em sistemas de referências distintos conforme o público.

Nessa perspectiva, é importante analisar como os quadros construídos pelos coletivos de comunicação das periferias foram expressados em diferentes práticas discursivas. Isto é, os quadros, ao serem comunicados para as suas próprias comunidades, valiam-se de um sistema de referências, de memórias, de contextos e elementos culturais a serem acionados por essa comunidade. Esses elementos, além de gerarem identificação, facilitam a comunicação e a transmissão da mensagem desejada. Em contrapartida, ao expressarem os seus quadros, ou seja, as suas interpretações sobre a mesma realidade, para outro público (externo à comunidade), os atores utilizam outro sistema de referências para os discursos, que promovem a linha de comunicação necessária para esse outro público. Da mesma maneira, os atores foram capazes de manejar seus discursos a depender da plataforma digital utilizada, considerando as possibilidades e limitações oferecidas por cada uma delas. Para essa capacidade de alterar o seu

¹¹ Dialeto é o conjunto de marcas linguísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a uma comunidade inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua (Fonte: Dicionário Houaiss, 2009).

sistema de referências nos discursos que expressam os mesmos quadros, adoto a caracterização de performances comunicativas.

O grande desafio, a ser enfrentado no capítulo três deste trabalho, é conectar o aporte teórico discutido neste capítulo com os discursos realizados por esses sujeitos. A metodologia de análise está mais bem descrita no capítulo três, contudo vale já fazer alguns apontamentos. As propostas teóricas e metodológicas levantadas neste capítulo foram um processo importante para viabilizar a análise dos dados, mas também pretendem ser uma contribuição para estudos futuros. De tal forma que é necessário elucidar que nem tudo o que está aqui descrito, mais facilmente visualizável na Imagem 1, foi possível alcançar na pesquisa.

Por falta de *expertise* no método de análise do discurso, o que realizo aqui é uma análise de conteúdo dos discursos performados em textos, especificamente mensagens escritas no *Twitter* e no *Facebook*. Utilizo, sim, a teoria de análise do discurso crítica para demonstrar a importância de situar os discursos nos contextos nos quais são realizados, evidenciando as possíveis mudanças conforme público, contexto e meio de divulgação. Além disso, demonstrando a relevância deles para a expressão dos quadros interpretativos e a disputa de narrativas no contexto da pandemia de COVID-19. Existem várias performances comunicativas possíveis para esses discursos, contudo, tendo em vista as limitações – de tempo, inclusive –, não foi possível analisar todas elas. Foi possível avaliar, portanto, as performances realizadas nas plataformas de mídias sociais citadas e, em menor medida, comparadas com aquelas realizadas em *lives*, *podcasts*, imagens e produções audiovisuais.

Analisarei, portanto, os quadros elaborados na conjuntura pandêmica e o objetivo central é compreender, afinal, a partir dos discursos, quais são e o que dizem os quadros desses atores com relação a si próprios – pela necessidade de apreender como veem a si mesmos, dado a falta de estudos já apontada – ao Estado – por ser importante ator com o qual interagem –, e à pandemia – por interpelar a visão de si e dos outros e as formas de interação –; e que pistas podem ser encontradas, a partir deles, dos enquadramentos interpretativos dos coletivos de periferia. Se possível, averiguarei se novos elementos apresentados pelo contexto contribuíram para ressignificá-los. Será importante observar se os quadros aqui expressos foram realizados tão somente com o objetivo de mobilizar adeptos e simpatizantes, alterados estrategicamente conforme o público; ou se, ao contrário, a visão sobre sua própria realidade é recorrentemente denunciada e, embora discursos e performances mudem, os quadros permaneceram os mesmos, indo além dessa dimensão estratégica.

Voltarei a essa discussão no capítulo três. No próximo capítulo, trago uma contextualização sobre a ação coletiva nas periferias e as distintas formas como foram estudadas

nos últimos anos. Além disso, trarei algumas observações já possíveis de serem registradas com relação à forma de ação coletiva tratada nesta dissertação: os coletivos de comunicação das periferias.

Capítulo 2

A ação coletiva nas periferias urbanas brasileiras

Neste capítulo, me debruço sobre os estudos acerca da ação coletiva nas periferias do Brasil. Embora seja possível identificar movimentos nas periferias há muito tempo, pelo menos desde a Revolta da Vacina (LAVALLE; SZWAKO, 2015), aqui me detenho a revisitar o período que se inicia por volta dos anos 1970, no qual são identificadas ações coletivas de maneira mais organizada e sistemática. Parto daí e faço uma revisão bibliográfica do que foi produzido nos últimos anos. É importante colocar que, conforme explicitado na introdução deste trabalho, existe uma lacuna nos estudos no campo da Ciência Política acerca da ação coletiva nas periferias nos últimos anos. Tentarei supri-la abarcando diversos outros estudos, de diferentes áreas, que contribuem para o que está sendo discutido na presente dissertação.

Passeio, portanto, por trabalhos na área da antropologia e sociologia bem como estudos em comunicação que analisaram os coletivos de comunicação das periferias. Na primeira seção, recupero os estudos do fim do século passado; na segunda, apresento trabalhos mais recentes sobre periferias e movimentos sociais periféricos em geral; na terceira seção falo sobre os coletivos de comunicação das periferias abarcando algumas de suas características já identificadas e conectando-os com as discussões aqui propostas.

2.1 – Novos personagens que entraram em cena

No período entre 1970 e 1980, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização. O resultado disso foi a expansão progressiva das cidades, o aumento do desemprego e da demanda por acesso a serviços públicos como água, luz, saneamento básico, escolas e hospitais em um contexto de ditadura militar. Desse cenário despontaram os movimentos populares periféricos, sob a forma principal de associações de bairro em várias cidades do país. Eder Sader, ao se referir aos movimentos populares, os intitulou “novos personagens”. Embora atualmente esses sujeitos não sejam mais tão novos, é relevante apontar as motivações para tal caracterização.

A construção dos sujeitos coletivos que entraram na cena pública por volta dos anos 1970 se deu com o foco na luta por cidadania. Alinhando-se à vertente teórica dos novos movimentos sociais (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004), Sader (1988) realizou seu trabalho com o intuito de compreender como os movimentos populares foram formados, o que os caracterizara e construíra a sua identidade coletiva. Nesse sentido, a autonomia deles estivera

relacionada à capacidade de elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir de experiências próprias. As novas identidades e as posições tomadas pelos atores tornaram-se pontos de conflito e mobilização política ao questionarem as condições de trabalho, custo de vida e acesso a bens e serviços.

As identidades desses sujeitos foram formadas nas suas interações e em processos de reconhecimento recíprocos, cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. Portanto, além da identificação através do local de moradia, trabalho e demandas comuns, a identidade estivera pautada também nas interações com outros sujeitos, por exemplo, autoridades estatais ou chefes das fábricas. Sader destaca, ainda, a relevância dos discursos para a constituição dos atores e expressão das suas demandas. O discurso atribui sentido às coisas, dando-lhes significado e permitindo o diálogo humano e estabelecimento das identidades. Desse modo, a linguagem não pode ser entendida como algo superficial ou neutro, ela é parte das nossas instituições porque é a primeira forma de socialização e o meio pelo qual nos expressamos (SADER, 1988).

O sujeito coletivo envolve um conjunto de necessidades, anseios, medos e motivações envolvidas nas tramas sociais em que está inserido. Porém, as demandas, antes de serem expressas, apenas existem no plano do cognitivo ou do imaginado, ou seja, é uma situação que existe, mas não foi comunicada. Através dos discursos, elas podem ser nomeadas e objetivadas de maneira específica. Como forma de criar identificação e unificar as reivindicações por reconhecimento e dignidade levantadas pelos movimentos populares, os atores precisam mobilizar discursos fazendo uso de um sistema de referências que pode ser compreendido pelas pessoas com as quais estão falando (SADER, 1988).

É a realização exitosa dessa comunicação, a partir dos mesmos sistemas de referências, que gera reconhecimento entre os sujeitos e a construção de um nós. Esse sistema está vinculado à cultura, à linguagem própria e às matrizes discursivas relacionadas a um determinado contexto:

Mas tendo de *interpelar* um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e por seus ouvintes.

(...)

Assim, em nosso caso, na emergência dos novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais (SADER, 1988, p. 60, grifo no original)

Do mesmo modo, a construção do movimento popular perpassa a homogeneização de códigos ético-políticos entre aqueles que o compõem, gerando um sentimento de pertencimento mediante o compartilhamento de vivências e fortalecimento de laços (DOIMO, 1995). Esse *ethos* pode ser diverso quanto à base social e às demandas formuladas, mas indica a presença de uma linguagem comum que unifica diferentes práticas e universos de movimentos em periferias. Nesse sentido, a evolução dos movimentos, associada ao crescimento da educação e comunicação populares, encorajara a participação dos moradores mediante o uso de códigos e matrizes que os identificavam. A comunicação popular, por exemplo, atualmente valorosa para a organização das periferias, crescera naquele período estimulando a capacitação prática para atividades como o audiovisual; a imprensa popular; o rádio; e o teatro, com o propósito de incentivar os movimentos locais e causar impacto na comunidade (DOIMO, 1995).

É interessante observar que a caracterização desses sujeitos como “novos” adveio não só das diferentes formas de organização, como também da expressão de demandas através de discursos formulados desde outros pontos de partida, outras matrizes discursivas. Estas são modos de abordar a realidade que implicam em atribuições de significado diversas. Para Sader, os discursos são reelaborações ou ressignificações da realidade filtradas em novas matrizes discursivas. Ou seja, novos lugares em que se constituem novos atores os quais estabelecem relações diferentes entre si e com o meio e que, portanto, abordam o contexto de maneira distinta. A consistência ou robustez das matrizes está conectada tanto a sua coerência interna, como categoria, quanto a sua abertura à incorporação de novos elementos.

As matrizes discursivas que permearam a formação dos movimentos populares foram: igreja, marxismo e sindicalismo. Os atores identificaram suas realidades dentro do contexto de acontecimentos decisivos, partindo dessas matrizes, fazendo emergir novos significados sobre aquelas situações. Para isso, eles precisaram acessar as matrizes discursivas, de onde extraíram maneiras de nomear aquilo que estavam vivendo. Nesse sentido, os sujeitos não são livres para produzir seus discursos ou inventar na hora seus sistemas de comunicação, eles precisam acessar essas matrizes, em especial e primeiramente, a matriz da própria cultura que é reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais.

Eles [os novos sujeitos] mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema de representação política (SADER, 1988, p. 314).

O conceito de matrizes discursivas trata de um arcabouço formulado anteriormente com base na cultura, linguagem e local de pertencimento, o qual deve ser acessado no momento de

formulação dos discursos. São, por assim dizer, a base que fundamenta os discursos mobilizados para expressar as demandas e visões de mundo dos movimentos. De tal forma que diferentes atores de lugares distintos produzem discursos que expressam sua visão própria sobre determinado cenário e contexto. As matrizes discursivas são propriamente o conjunto de expressões linguísticas situadas num determinado contexto cultural, manejadas pelos discursos com a finalidade de atingir públicos que as integram ou compreendem. Nesse caso, o trabalhador ao direcionar-se aos funcionários da fábrica utiliza a matriz discursiva do sindicalismo. Ao falar em um partido político de esquerda, a matriz do marxismo que era entendida por todos ali, independentemente de serem trabalhadores ou não.

A obra de Sader tornou-se um clássico para o estudo de movimentos populares justamente por concatenar com exatidão elementos que os caracterizaram, também presentes em outros estudos. Estes, naquela época, estavam centrados ou em compreender o papel do Estado diante das contradições urbanas, ou na percepção dos movimentos urbanos como sendo antagônicos ao Estado. Mirando nas suas propriedades internas – papel dos movimentos na formação de identidade coletiva; formas de organização e atuação; demandas expressadas –, e não na relação estabelecida entre ambos, o foco central era mostrar um afastamento dos movimentos das relações tradicionais com o Estado, como o clientelismo. Dessa forma, os estudos entendiam os movimentos como virtuosos, horizontais e autônomos, justamente por conta desse dito rompimento (JACOBI, 1987).

Kowarick e Bonduki (1988) exploraram a aproximação entre os movimentos populares e o Estado a partir de 1950, em decorrência da ampliação do direito ao voto. Nesse momento, a relação fora abordada pelos autores sob uma perspectiva bastante clientelista: barganhavam entre as melhorias para o bairro e o apoio eleitoral para candidatos. Posteriormente, durante a ditadura militar, ocorreram mudanças: tendo em vista a ausência do voto, as práticas clientelistas foram reduzidas para investir em grandes obras, abandonando de vez os bairros periféricos. É diante da ampla vigilância e repressão a qualquer ação que ocorresse dentro das fábricas que as periferias, o local de moradia, se define como espaço para articulação da organização popular.

As diferentes mutações ocorridas no cotidiano da vida nas periferias – estrutura física, composição populacional, condições de vida e cultivo de vínculos interpessoais –, acompanhadas das limitações impostas pela ditadura militar, favoreceram a aproximação desses sujeitos na sua condição de trabalhadores e moradores de bairros periféricos. É a partir daí que eles se organizaram, formaram redes de sociabilidade, localizaram suas demandas e formularam visões políticas de mundo e do cenário vivenciado (KOWARICK; BONDUKI, 1988; SADER,

1988). Os movimentos fundados daí em diante foram centrais para o enfrentamento ao contexto autoritário que impedia a sociabilidade política e não reconhecia a ação coletiva como participação social (DOIMO, 1995; SADER, 1988).

As Igrejas também desempenharam papel fundamental ao se tornarem locais de formação de lideranças e encontro de pessoas com demandas diversas, propiciando a organização dos movimentos, tais quais os clubes de mães. Era nesses espaços que as mulheres se encontravam e trocavam suas experiências como mulheres e mães nas periferias. As que estiveram envolvidas nos movimentos relataram a importância da participação para o aprendizado sobre questões como organização, como e onde reivindicar seus direitos, e com quem poderiam falar em cada caso (CORREIA, 2015; MEDEIROS, 2017; SADER, 1988). Além disso, os movimentos populares estiveram, em alguma medida, relacionados uns com os outros, fosse porque um ator poderia estar em vários deles, ou membros da mesma família estavam em locais diferentes, fosse porque um movimento propiciava o surgimento de outro.

É o caso do movimento do custo de vida, que surgiu a partir dos diálogos dos clubes de mães ao se depararem com o valor pago por bens e serviços e a defasagem salarial enfrentada à época. Assim, este fora um movimento alimentado também pelas mobilizações nas fábricas que reivindicavam aumento salarial. É interessante apontar que, por um lado, os atores mobilizaram argumentos e discursos, ressaltando essa realidade para as suas comunidades, com o intuito de comunicarem as suas demandas e angariarem mais aderentes. E, de outro lado, as mesmas demandas foram transmitidas com outra linguagem ao serem expressadas diante das autoridades, optando por um tom mais cauteloso e mobilizando argumentos diferentes que poderiam ser mais efetivos (SADER, 1988).

À vista disso, surgiram novas formas de reivindicação, organização e participação das classes populares, especialmente a partir das associações de bairro. Apesar dos estudos desenvolvidos à época deixarem um vácuo no que se refere à possibilidade de democratização da relação com o Estado e institucionalização de algumas práticas, ao fim e ao cabo, a relação entre Estado e sociedade era muito mais complexa inclusive nesse período. Os movimentos mais expressivos sempre tentaram influenciar a tomada de decisão, a despeito de algumas pesquisas os apontarem como sujeitos apartados do Estado e portadores de uma suposta “autonomia plena” (CAYRES, 2009). Ainda assim, esses trabalhos foram especialmente importantes para entender os movimentos por dentro e o seu papel na construção de identidade e cultura comuns entre seus participantes, ajudando a compreender a visão “nativa” com relação às questões problemáticas enfrentadas por eles (JACOBI, 1987).

Ademais, fica patente a relevância da interação, mesmo que conflituosa, para promover a organização dos movimentos e articular melhor as suas visões de mundo acerca dos problemas que enfrentavam. Isto é, a partir da interação com esse outro, os movimentos estruturaram a sua visão política contestadora do cenário que lhes era apresentado – e dos discursos predominantes – e inseriram o seu problema na arena pública. Apesar das limitações impostas pelo autoritarismo, os movimentos populares se articularam em diferentes repertórios, inclusive diferenciando entre aquilo que podia ser feito pelo governo municipal e federal (DURHAM, 1988; SADER, 1988).

Finalmente, um último fator tem a ver com a própria espontaneidade que se poderia atribuir aos movimentos, muito frequentemente considerados como movimentos autônomos, partindo da iniciativa da população sem a interferência de agentes externos. Nos casos estudados, ao contrário, verificou-se que agentes externos em geral exercem um papel extremamente mobilizador, o que nem sempre corresponde dizer que sua atuação não seja detrimental, em última análise, às populações envolvidas (BOSCHI; VALLADARES, 1983, p. 135)

Finalmente, cabe algumas palavras sobre o papel e a relação do Estado com os movimentos sociais estudados. Embora nem sempre seja identificado como o propulsor da totalidade dos movimentos aqui abordados na medida em que é a sua inoperância na área do fornecimento de serviços coletivos e na garantia de direitos mínimos de cidadania que abre caminho, fornecendo as condições gerais para a emergência de movimentos reivindicativos. Em outras palavras, os movimentos, enquanto expressões de luta pelos direitos de cidadania, constituíram uma resposta à própria violência institucional do Estado que afeta essas populações na esfera do seu cotidiano (idem, p. 140).

À medida que novos discursos foram formulados em torno das diferentes pautas, partindo das suas maneiras de enquadrá-las, formaram-se os novos atores, trazendo luz para as questões problemáticas que enfrentavam. Além disso, fora a partir dessa interpretação da realidade (dos acontecimentos significativos) que os sujeitos construíram a sua identidade coletiva, entendendo-se como um sujeito coletivo (SADER, 1988). Num cenário autoritário, os movimentos populares compreendiam que era preciso correr atrás de tudo para garantir o mínimo, o básico. O preocupante é observar, como veremos a seguir, que mesmo durante a redemocratização e até depois essa realidade de carência de serviços e direitos não mudou, ao menos não para as periferias.

Com a transição democrática, retomou-se o processo de negociação mais direta com o Estado e, à medida em que ocorreram encontros e compartilhamentos de vivências entre os moradores, ampliaram-se as pautas e a capacidade organizacional dos movimentos populares. Esses fatores colaboraram para assentar as periferias como espaços que viabilizaram a formação

dos movimentos, o fato de frequentarem o mesmo lugar e dividirem as mesmas angústias, ordenara as pessoas em torno de interesses comuns. Isso possibilitou a formação de associações que compartilhavam a mesma visão acerca dos problemas enfrentados; demandas e soluções propostas similares; e uma identidade coletiva constituída antes mesmo das próprias associações (BOSCHI, 1987; BOSCHI; VALLADARES, 1981; KOWARICK; BONDUKI, 1988).

Em locais nos quais as estruturas e serviços públicos, que deveriam ser oferecidos aos bairros, não foram feitos, as carências e as vivências comuns se tornaram motivação para a organização coletiva. Motivara, ainda, a percepção de que o Estado faz mais pelos bairros centrais do que para os periféricos, questionando situações que estão postas até hoje, tais quais a não implementação de políticas públicas nos bairros, que realmente atendam às demandas, e a ausência de direitos básicos (DURHAM, 1988; TELLES, 1988). Desse modo, a dinâmica entre o Estado e as associações das periferias é relevante para a constituição dos seus modos organizacionais e suas demandas. Não é possível imaginar a interação entre as partes de maneira superficial e estéril, tendo em vista que o Estado é um fator onipresente nas sociedades latino-americanas e interlocutor notável das lutas por reconhecimento e igualdade (CARDOSO, 1988).

Portanto, parte desses estudos, especialmente aqueles realizados na redemocratização, entende que a organização das periferias fora provocada pela convivência cotidiana no mesmo local de moradia. Colaborara o fato do território ser limitado e segregado; o compartilhamento dos mesmos problemas de bairro; e a existência de práticas coletivas, ancoradas na solidariedade entre os moradores, que refletem soluções próprias para a sobrevivência da comunidade frente ao descaso estatal. O olhar, naquele momento, se voltara para a visão expressada pelos movimentos populares de que o Estado não era homogêneo, ao contrário, era preciso demandar e lutar por serviços públicos distribuídos desigualmente (BOSCHI; VALLADARES, 1981; 1983).

Dessa forma, é importante observar a centralidade da interação com o ambiente e o contexto para a organização da comunidade. Esta, assim como sua identidade e suas visões de mundo, não só é formada a partir da descoberta de demandas comuns; da construção contínua dos sentidos da ação da comunidade; e das relações e afetos construídos a partir da convivência assídua, como também através da constante interação com o Estado e com o contexto político no qual estava situada de maneira mais ampla. Além do entendimento de que este sistema percebia as periferias como um grupo diferente, por exemplo, dos bairros mais abastados.

Outras análises sobre esse período deslocaram o foco do associativismo de bairro e do papel do território para a organização dos coletivos. Telles (1988) argumenta que as comunidades não podem ser vistas como local que expressa contradições específicas e, por isso, determina a natureza dos movimentos. Ao contrário, eram espaços nos quais se cruzavam experiências e práticas que levaram em conta o contexto e o momento histórico no qual estavam situadas. Assim, a comunidade exerce papel fundamental para viabilizar o encontro e o convívio entre as pessoas daquele local, no entanto, não é fator suficiente para a construção da identidade periférica. Isso porque os habitantes desse território têm, de fato, demandas relativas às melhorias para o bairro, mas eles também perpassam diferentes espaços que lhes agregam outras necessidades.

Isso significa dizer que, se é necessário referenciar o surgimento dos movimentos populares nas condições objetivas da época, sem o que a interpretação fica sem balizas para proceder (...). Pois na história na qual homens e mulheres *fazem suas experiências*, as condições objetivas não existem fora dos acontecimentos vivenciados (TELLES, 1988, p. 254, grifos no original).

Não só as demandas do bairro eram fator de identificação, mas todos os outros tópicos que tangenciam a vida dessas pessoas, mesmo fora do bairro, dado que os moradores vivenciavam situações semelhantes. Nesse contexto, a partir das trocas e cruzamentos de experiências, novas reivindicações dos indivíduos precisavam ser expressadas, e também elas se faziam presentes nas relações dentro da comunidade. Os espaços de convivência permitiram a troca entre as experiências de cada indivíduo, a interação contínua entre as pessoas, delas com o seu território e com o universo fora dele. As visões de mundo, e os discursos produzidos para expressar tais demandas foram constituídos paulatinamente com base nessas interações e cruzamentos.

Isso nos ajuda a compreender as questões que motivam esta pesquisa. Quando se olha para os coletivos das periferias atualmente, é perceptível que existe um elemento básico para a organização desses coletivos, qual seja, a dimensão territorial, conforme já explicitado na literatura. Contudo, para além disso, a diversidade deles – e suas formas organizacionais – parece apontar para a multiplicidade de pautas que tocam e transformam a vida dessas pessoas, mobilizando-as e incitando a ação coletiva. A pandemia da COVID-19, vivenciada intensamente por todos, mas em especial pelas comunidades das periferias, é sem dúvida uma situação exterior ao bairro e às dinâmicas dele, que impacta de maneira muito semelhante a vida de quem mora nas periferias.

É uma conjuntura propícia para identificar demandas comuns, fazer com que os moradores se organizem e que nos permite observar semelhanças e diferenças entre os quadros e os discursos elaborados em territórios distintos. Os discursos que expressam as demandas e a realidade das comunidades, nesse contexto, são elaborados com base em quadros interpretativos sobre a pandemia. Os quais trazem consigo, essencialmente, o arcabouço dos enquadramentos que já vêm sendo construídos ao longo do tempo, e que também são aplicados e transformados pelo cenário pandêmico. São enquadramentos que partem desse lugar periférico – interpelado por diferentes vivências–, acarretando em formas distintas de enxergar e lidar com as situações postas.

2.2 – Redemocratização: para onde foram os movimentos das periferias?

Os estudos realizados no fim do século XX – seguindo a abordagem teórica dos novos movimentos sociais – tendiam a dar voz ao discurso nativo dos atores, buscando a formação da identidade coletiva a partir do território e também de outras vivências dos moradores (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004). Por isso, são relevantes para analisar a construção de enquadramentos ao longo do tempo, já que os discursos dos atores revelam elementos relativos ao contexto, demandas, identidades, problemas enfrentados que foram sendo agregados aos enquadramentos paulatinamente. Ocorre que a redemocratização, com seu caráter participativo, provocou o deslocamento de alguns atores, antes ligados ao campo comunitário, para esse tipo de participação cidadã.

A literatura interessada na abertura do Estado para a participação social, estimulada pelos ganhos do retorno à democracia para as políticas públicas e garantias de direitos, avançou na compreensão de como os movimentos tentam influenciar o Estado e dos repertórios de interação entre movimentos sociais e Estado para além da contestação e contenciosidade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Observou-se a criação de redes de colaboração com o Estado; a recombinação de repertórios de interação dentro e fora do Estado (protestos, ocupações, negociações, ativismos institucionais, entre outros) (idem; ABERS; VON BÜLOW, 2011); e a importância dos mecanismos de participação social – comitês, conferências e conselhos – para o avanço na produção e monitoramento de políticas públicas, prezando pela avaliação da sua principal beneficiária: a sociedade (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012; ALMEIDA, 2017; ALMEIDA, *et al.*, 2020).

Contudo, a transição democrática inseriu apenas subalternamente os movimentos de periferias na política e no ambiente institucional. A “entrada” no Estado demandava

determinado tipo de organização, o que fez com que alguns movimentos populares, com o apoio de ONGs e Igrejas, fossem se institucionalizando e se transformando em associações e redes. Esses atores foram centrais para a realização de convênios e parcerias na execução de políticas nas comunidades, além da mediação por novos canais, tais como os conselhos locais (CORREIA, 2015; DOIMO, 1995; MEDEIROS, 2017). Entretanto, isso não quer dizer que todos os movimentos populares fizeram essa migração, tampouco que ingressaram nos espaços institucionais. Seja porque não quiseram, seja porque não puderam, é certo que boa parte dos movimentos populares, surgidos nas periferias, não aderiram a essa onda de usos de repertórios de interação dentro ou com o Estado.

Dessa forma, os estudos, em especial na Ciência Política, ao acompanharem as mudanças institucionais – apostando nos movimentos que se inseriram na institucionalidade e nos espaços participativos – se distanciaram dos movimentos de base que não realizaram essa transição (DAGNINO, 2002, 2004; LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004). De igual modo, outros trabalhos se afastaram desses movimentos tanto em razão da presença do crime organizado e como ele afeta a sociabilidade nos territórios (MACHADO, 2004), quanto de uma suposta cumplicidade com criminosos e/ou do constrangimento à ação coletiva imposto pelas forças de segurança pública nas favelas (FELTRAN, 2010; ROCHA, 2013; 2018b).

De fato, o cenário dos anos 1990, que traduz momentos de tantas conquistas, também significou para alguns a exposição das desigualdades às quais estavam submetidos. Nesse período, as periferias urbanas brasileiras viveram a implementação de políticas econômicas neoliberais aliadas ao surgimento do crime organizado e incremento da violência nos seus territórios, além da precarização do trabalho, levando boa parte dos seus moradores para a irregularidade (D'ANDREA, 2013; FELTRAN, 2008; TELLES, 2009; 2010). Isso trouxe um contexto cujos problemas sociais ultrapassavam as formas como tinham sido vistas a exclusão, a segregação e a pobreza.

A situação indicava a presença de outros jogos de poder – entre as facções do crime organizado e os embates delas com o Estado – que redefiniu a questão das periferias para além da dimensão urbana, como era tratada até então, e fomentou ainda mais o que se caracteriza como Estado de exceção (AGAMBEN, 2004; DAS; POOLE, 2004; MBEMBE, 2019). Ou seja, práticas que criam zonas de indeterminação entre o legal e o ilegal, terrenos de fronteiras incertas, que produzem a vida matável em situações que permeiam a vida e o trabalho das pessoas que vivem ou transitam nesses territórios. Em especial, porque essas pessoas são majoritariamente negras e, conforme já demonstrado em outros lugares (BRITO, 2017; MBEMBE, 2019; FLAUZINA, 2019; PEREIRA, 2019), o racismo que perpassa a conformação

do Estado, da sociedade e da democracia brasileira decreta a morte de pessoas negras cotidianamente sem causar grandes comoções.

Ao mesmo tempo em que as cidades cresciam em termos de desenvolvimento tecnológico e produtividade, e parte da população via uma avenida de garantias consolidadas e alternativas para a participação, outro lado dessas mesmas cidades era atravessado por vários “ilegalismos” (TELLES, 2009; 2010). Nesse cenário, aumentaram a pobreza; o desemprego; a realização de trabalhos informais; e a morte violenta nas periferias, paralelamente, o crescimento do comércio de drogas e bens ilícitos criou redes capilarizadas por todo território urbano.

O que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a “questão urbana”, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo o solo social das questões então em debate (TELLES, 2010, p. 11).

O ponto de partida foram os sinais que recolhíamos em nosso trabalho de campo de um mundo social que parecia (e parece) escapar das formas conhecidas de interpelação política dos celebradíssimos fóruns públicos de participação social e suas supostas virtudes democráticas, também dos programas sociais que se multiplicaram nas periferias urbanas, com suas promessas de redenção dos males da dita exclusão social (idem, p. 33).

Nesse contexto, o periférico, em sua maioria negro e pobre, sempre interpelado por diferentes vivências, agrega mais uma ao transitar entre o legal e o ilegal. Esse sujeito tem que ser capaz de lidar com o policial violento, o patrão e o traficante, são vários universos superpostos na vida social pelos quais ele precisa saber transitar, se articular e sobreviver. A geração anterior de moradores das periferias se apoiara no desejo de estabilidade através do trabalho assalariado. A realidade imposta pelos anos 1990 – falta de estabilidade financeira; violência; mudanças de planos, organizações familiares e relações interpessoais – fez aumentar as fileiras daqueles envolvidos com o narcotráfico. O universo do crime se tornara uma reação às transformações ocorridas, porque esse é um mundo que agrega sociabilidade, circulação de capital e que se aproveita das brechas deixadas pela modernização que não veio acompanhada de políticas sociais (FELTRAN, 2008; TELLES, 2009; 2010).

Todo esse cenário criou, de fato, uma tensão entre as periferias e o mundo político que se expressa, grande parte, através da violência. A crise estabelecida fez com que a geração nascida nesse contexto construísse sua sociabilidade a partir da convivência e, em certa medida, normalização dessa violência. Portanto, suas formas de agir politicamente já partem dessa realidade. Machado (2004) explica que a sociabilidade violenta, à qual estão submetidos os

moradores de bairros periféricos que convivem com o crime, altera seu modo de vida, por vezes até limitando sua capacidade de organização e ação coletiva. Ainda assim, é interessante observar que o cruzamento desses diferentes mundos acarretou a criação de novos sistemas de referências, tomando emprestado de Sader, novas matrizes discursivas que interpelam as periferias. Isso porque o crime organizado também é um ator que disputa narrativas.

No âmbito interno às periferias, expande-se o “marco discursivo do crime”, especialmente entre os adolescentes e jovens. É esta expansão discursiva, e não as ações criminais propriamente ditas, que faz com que as referências do “mundo do crime”, como representação social e visão de mundo, entrem na disputa por legitimidade social nesses territórios (FELTRAN, 2008, p. 194).

O contexto vivido nas periferias desde os anos 1990 – já que nem violência, nem desemprego, nem crime organizado deixaram de estar presentes – insere novas matrizes discursivas acionadas pelos sujeitos. Do mesmo modo, se soma aos enquadramentos interpretativos que já vinham sendo construídos, agregando novos elementos à visão que as pessoas das periferias têm com relação ao Estado e a si próprias. A formação de enquadramentos e quadros, discursos e expressão de demandas, nesse contexto, perpassa também essas questões. Não se pode ignorar os significados que a convivência cotidiana e próxima com o crime tem para a organização coletiva nas periferias, assim como não se menospreza um Estado que não garante direitos; não implementa direitos sociais e civis nas periferias; e ainda se apresenta com violência. Esta que, ao fim e ao cabo, age no sentido de separar quem é legítimo de quem não é, quem ocupa espaços institucionais de quem não os ocupa.

Gradativamente, a violência tem coexistido com mecanismos democráticos de resolução dos conflitos sociais. Essa manutenção de quem está dentro ou fora é constantemente legitimada sob a justificativa de guerra às drogas, a qual, no final das contas, não tem dado outro resultado a não ser o aumento de corpos negros caídos no chão (FLAUZINA, 2006). Quando uma parcela significativa da população não alcança essa caracterização como “legítima”, como quem tem “direito a ter direitos”, como um sujeito que pode estar no espaço público, este se torna ocupado apenas pela outra parte (bem menor) dela. Dessa forma, se estimula a organização alternativa dessa parcela não representada, constroem-se redes nas comunidades, disputando espaços de legitimidade entre a constituição da sociabilidade e os modos de representação política (FELTRAN, 2008; 2010).

A maneira pela qual o Estado se fez (e faz) presente nas periferias impacta na ação coletiva dos territórios sob duas perspectivas: a primeira delas é como o policiamento,

modalidade central de intervenção do Estado nas periferias, não reconhece a segurança pública como direito fundamental para elas. Além disso, no que se refere aos direitos sociais, prevalecera nesses territórios a dinâmica dos projetos e parcerias com organizações não-governamentais, que são ações pontuais e não políticas públicas articuladas como um conjunto orgânico. Algumas organizações tendem a repetir um modelo de cooptação dos moradores e dirigentes das associações, bem como despolitização de suas reivindicações e propostas, o que só favorece o enfraquecimento dos coletivos nessas localidades (MACHADO; LEITE, 2004).

Esse é um contraponto interessante com o que foi observado anteriormente. Ao passo que no fim do século XX as ONGs tiveram um papel central na organização das periferias, aqui a presença delas se torna invasiva. Medeiros (2017; 2019) mostra como também os movimentos de mulheres passaram a rejeitar a interferência das ONGs. Fruto de um empoderamento e aprendizado técnico e das capacidades organizacionais, as próprias mulheres das periferias passaram a identificá-las como um limitador, por exemplo, para trazer debates que elas achavam importantes. Enquanto as ONGs – por vezes, majoritariamente compostas por mulheres ricas e brancas – defendiam a manutenção do debate em torno de determinadas questões, as moradoras das comunidades afirmavam que aquilo não fazia sentido para a realidade delas.

O segundo fator que interfere na organização coletiva é o processo de criminalização das organizações de base das favelas que se opõem a esse modelo de “segurança”. Rocha (2018b) mostra como a relação entre as organizações de periferias no Rio de Janeiro e o poder público variou bastante ao longo do tempo, de acordo com a conjuntura política e as dinâmicas internas de cada comunidade. Apesar de a presença do crime dificultar a organização das comunidades, a crença de que a pacificação das periferias solucionaria o problema veio por terra com a instituição das Unidades de Polícias Pacificadoras. Na realidade, o que se percebeu é que a polícia, tal qual os traficantes, também contribuiu para sufocar as ações coletivas. Criou-se um mecanismo de criminalização e deslegitimação dos moradores de periferias e seus representantes, porque os acusam de serem cúmplices ou criminosos (MACHADO, 2004; MACHADO; LEITE, 2004).

Sendo assim, em se tratando de ação coletiva nas comunidades das periferias, parte dos trabalhos das últimas duas décadas apontam esses limites à ação e fatores que desestimulam a organização das comunidades, como a violência policial exacerbada e a sociabilidade violenta (FELTRAN, 2010; MACHADO, 2004; ROCHA, 2018b). Todavia, outra parte analisa as organizações formadas como resposta à ação estatal que, em geral, se dá de forma violenta – tais quais os movimentos de mães cujos filhos foram assassinados pela violência policial

(ALMEIDA, 2019a; BRITO, 2017; QUINTELA, 2017) e os movimentos contra as remoções de favelas (CARVALHO, 2011; CAVALCANTI, 2009; LOURENÇO, 2008; MAGALHÃES, 2019) –, ou mediante a inação do Estado diante das dificuldades enfrentadas por essas comunidades. Como é o caso aqui investigado, a falta de apoio do Estado, durante a pandemia do novo coronavírus, motiva a organização dos moradores e as ações dos coletivos, a maioria destes já previamente existentes.

Nesse campo, estão os estudos sobre movimentos das periferias voltados para a compreensão da ação coletiva formada como resposta a uma situação crítica imposta pelo Estado. Ao mesmo tempo que o *modus operandi* da polícia gera problemas para a ação coletiva, porque os policiais impedem que as pessoas se reúnam, ameaçando-as e acusando-as de envolvimento com o tráfico, pode se tornar um dos maiores combustíveis para a mobilização dos moradores diante das consequências da ação violenta. Exemplo disso são os movimentos de mães que se constituíram isoladamente em uma periferia e outra ao longo dos anos 2000, e atualmente formam grandes redes de apoio, solidariedade e ação contra a violência (ALMEIDA, 2019a; BRITO, 2017).

Ademais, fica patente que a questão da moradia e do urbano nunca foi solucionada nas comunidades, como se pode ver nas disputas em torno de ocupações como Izidora, em Belo Horizonte (ALMEIDA *et al.*, 2017; DIAS *et al.*, 2017) e Ocupe Estelita, em Recife (LYRA, 2015), e das remoções de favelas, em Natal (ROCHA, 2018a) e no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2011; CAVALCANTI, 2009; LOURENÇO, 2008). É o entendimento ambíguo de que ora ao Estado interessa urbanizar, ora remover – sendo os processos de remoções de favelas outra face da ação violenta estatal, causando enorme abalo no cotidiano das comunidades – que estimula a organização como forma de resposta. Fica evidente como, apesar da ausência de políticas públicas que efetivamente respondam às demandas da comunidade, não se trata de uma ausência de Estado na periferia ou mesmo de falta de interação dos movimentos com ele. A relação entre as partes se dá através de modos diferentes de interação, intercalando entre esses dois momentos de intervenção: reconhecimento *versus* negação (MAGALHÃES, 2019).

Assim como nas pesquisas sobre associativismo da década de 1980, parece ainda ser importante a dimensão territorial, o local de moradia periférico, e as experiências similares da vida cotidiana para a construção da identidade coletiva e visão de mundo dessas pessoas (ALMEIDA, 2019a; QUINTELA, 2017). É interessante notar que se mantém a percepção de que o Estado não chega com políticas públicas para quem está nas periferias. Tal qual anteriormente, o abandono do Estado não é visto como generalizado para toda a população,

considerando que, para alguns, ele é garantidor. De modo que a classe social e a raça são centrais para definir como se dá essa atuação (QUINTELA, 2017). Nas periferias, a transgressão de direitos é sentida de tal forma que ainda existe a ideia de que, mesmo aqueles que já são garantidos constitucionalmente, ainda precisam ser conquistados.

Como se pode ver, apesar de boa parte da literatura ter se afastado dos estudos sobre movimentos das periferias após os anos 1990, muito vem acontecendo desde então nesses territórios. Fica perceptível que a concepção das comunidades com relação ao Estado não se trata mais apenas de um comportamento distinto, no sentido deste privilegiar as classes mais abastadas. Mas sobretudo que o tratamento direcionado às comunidades chega a ultrapassar as fronteiras da legalidade, ora no nível do descaso ou da inação, ora no nível da violência imposta sobre elas. Entender o que significa o Estado para a periferia, exige o despreendimento de uma visão engessada dele, compreendendo sua constituição ao mesmo tempo dentro e fora da lei, nas margens. A maneira como os coletivos das periferias enxergam a si e ao Estado está entre aquilo que é observado na sua realidade e aquilo que deveria ser, o que implica uma visão diferente sobre a democracia nas periferias.

A incorporação paulatina da perspectiva violenta do Estado, da sociabilidade violenta e das incertezas presentes no ambiente das periferias aos enquadramentos interpretativos, desemboca em diferentes formas de agir, comunicar e se expressar. Apesar das limitações colocadas, ou tentativas, o que deve ser ressaltado é que a ação coletiva nas periferias é, por si só, uma agência criativa, uma forma de resistência e união em meio a um cenário que as quer como atores deslegitimados e incapazes de agenciamento. Esse elemento é central porque a ação coletiva é fator imperativo para a expressão de quadros, visões de mundo, e disputa de narrativas em torno de determinadas questões. Aquilo que é considerado um momento crítico, um problema ou uma violação de direitos, só se torna um problema público mediante a ação coletiva. É ela que é capaz de definir e dominar a narrativa dessa situação problemática ou, minimamente, disputá-la no espaço público (CEFAI, 2017a; 2017b).

Outrossim, ao olharmos para a problemática que motiva esta pesquisa, fica evidente que a pandemia em si já é um evento que demandou reações de diversos setores da sociedade e, em especial, das periferias. Além disso, a pandemia, como um momento crítico, se impõe como um fator externo, o qual estimula a criação de quadros que o interpretam, significam, e colaboram para a sua definição. Todavia, a maneira como ela está sendo vivenciada pelas comunidades, em face do descaso estatal – que colabora para a conformação do que é momento crítico nas periferias, ou seja, a pandemia (fator externo) aliada à já notável negligência do Estado – só pode se tornar pública através da ação coletiva e da disputa de narrativa.

Estas foram realizadas, principalmente, através do uso das mídias sociais, ao expor a sua realidade e, posteriormente, ecoá-la em outros espaços. A forma pela qual os discursos expressam os quadros que organizam as vivências e perspectivas da pandemia está calcada em enquadramentos interpretativos constituídos processualmente em torno da sua realidade – os quais levam em conta o que é estar nas periferias, as experiências prévias de interação com o Estado e as vivências anteriores das comunidades, inclusive de outras situações de emergência – das diferentes matrizes que a interpelam e da interação com o Estado.

2.3 – Coletivos de comunicação: entre a luta e a arte

Em Doimo (1995) já vimos a importância da popularização dos meios de comunicação para o surgimento da comunicação popular. À época, o foco central era estimular a participação da comunidade e divulgar ações das associações de moradores. Atualmente, é relevante tanto a popularização do acesso a equipamentos de áudio e vídeo, como a difusão pela internet de textos, fotos, áudios e vídeos de maneira mais ampliada e diversificada. Ademais, os coletivos parecem utilizar essas tecnologias não só como instrumento para divulgar a ação, mas sendo elas próprias meio para se organizarem e também como forma de ação.

O papel anteriormente desempenhado pelas ONGs e as CEBs – de viabilizar o encontro, troca de experiências e ideias entre as pessoas, circulação de discursos e formação política –, atualmente é realizado pelos movimentos e espaços culturais, como os saraus e fluxos do *hip hop* e do *funk*. A cultura periférica é a junção do modo de vida, comportamentos, valores, práticas, linguajares e vestimentas que geram identificação entre as pessoas. Como meios de troca e interação, a cultura e a comunicação são centrais para o duplo processo de, simultaneamente, agregar elementos às identidades e visões de mundo; e viabilizar a expressão deles. Eles *passam a visão* nas suas notícias e publicações, assim como nas músicas e nos poemas:

O que vale mais, um jovem negro ou uma grama de pó?
Por enquanto ninguém responde e morre uma pá
É que hoje playboy fala gíria e porta uma Glo'
Mas na vivência esses cuzão jamais vai se igualar, ei
Pega a visão, não vá se perder
Não vá se perder, não vá se perder, não, ei
(DJONGA, Bené, 2019).

O *rapper* Djonga, que canta o *rap* acima, atualmente internacionalmente conhecido e um dos principais *rappers* brasileiros, iniciou a sua carreira no Sarau Vira-Lata, em Belo Horizonte. Fica evidente nesse trecho a referência a vários elementos aqui levantados que perpassam a vida nas periferias. A violência policial nesses territórios, que atinge principalmente os jovens negros, em nome da guerra às drogas, nos dois primeiros versos. E a diferenciação no trato e nas vivências entre aqueles que nascem nas periferias (pretos e pobres) e os que nascem nos centros (brancos e ricos): “É que hoje playboy fala gíria e porta uma Glo’ Mas na vivência esses cuzão jamais vai se igualar, ei”. Além disso, o poeta ainda chama a atenção para importância de ter conhecimento sobre a sua realidade, “não vá se perder”.

Assim, a cada sarau são os corpos e os modos de apropriação que expressam uma construção de espaço público como espaço de deliberação conjunta e capaz de engendrar um destino comum para o próprio coletivo. Este ritual de organização do espaço é bastante simbólico e constituinte da organização do próprio coletivo (ALMEIDA, 2019b).

O *rap* teve papel importantíssimo na construção dessa identidade periférica e do processo de estabelecer uma narrativa própria, sem a necessidade de mediadores. Esse é um fator fundamental para lançar as bases da epistemologia periférica, ou seja, a produção de saberes partindo desse lugar às margens, que acarreta em diferentes pontos de vista. D’Andrea (2020) evidencia como, desde 1990, os Racionais MCs colaboram para a propagação desses saberes periféricos, contando-os através das letras de *rap*. A possibilidade de falar sem mediadores está relacionada à capacidade de dizer por si só aquilo que é, aquilo que vê, o que vive, é a possibilidade de expressar seus próprios enquadramentos acerca das suas experiências. Estes são construídos a partir das vivências e conhecimento dessa população, e as narrativas sintetizadas e expressadas por seus intelectuais orgânicos, os *rappers*.

Afirmar *periferia* nos 1990 era denunciar a sociedade por meio de um conceito crítico: *periferia*. Era apresentar o conflito, quando o pensamento hegemônico só apresentava consenso. Era nomear a contradição. É por esse motivo que os ouvintes de rap justificavam suas escolhas musicais argumentando que o gênero *falava a verdade e mostrava a realidade*. Implícito a esse discurso, havia uma crítica a outros discursos, justamente aqueles que negavam a *verdade* e a *realidade*, atributos que, na construção periférica do conceito *periferia*, expressavam-se no binômio *pobreza e violência* (D’ANDREA, 2020, p. 24, grifos no original).

Miranda (2013) aponta a importância também do funk para gerar identificação e conscientizar os jovens das periferias através das suas letras. Isso porque a comunicação com eles é facilitada a partir do uso de um dialeto comum que canta a sua realidade, na tentativa de “fazer o problema falar”. Percebendo que o funk tem uma linha de comunicação aberta – facilitando inclusive a conscientização desses jovens, e das comunidades de maneira geral, com relação à necessidade de descriminalização da cultura das periferias –, surgiram movimentos das periferias, como o Apafunk, que tentam através de oficinas de funk com música e dança mobilizar esses sujeitos. A autora mostra como a exposição das suas visões de mundo através das suas músicas, seus discursos e narrativas, tem dupla relevância: por um lado, joga luz sobre as experiências periféricas, e, por outro lado, empodera e incentiva seus locutores a falarem sobre si mesmos.

O termo *periférico* que até o início dos anos 1990 era utilizado meramente para designar espaço identificado pela pobreza e violência extrema, foi ressignificado pelos seus próprios moradores para sinalizar potência, solidariedade e criatividade. Nesse sentido, a periferia é vista como um local que é permeado por violência e pobreza, mas também de solidariedade e potências. Os movimentos culturais das periferias desempenharam papel central para a transformação desse conceito. Estes têm a capacidade de criar novas narrativas que geram identificação com a comunidade de maneira geral, permitindo que eles falem diretamente como percebem a si e aos outros, por intermédio das suas próprias vivências e conhecimentos. É a partir desse desejo de transformação da sua própria realidade que a periferia e o *periférico* deixam de estar conectados a algo negativo para se transformar em potência, caracterizando não mais um território, mas um estilo de vida. Nesse sentido, os coletivos agem para construir as suas próprias narrativas e disputar a maneira como são colocadas no espaço público (ADERALDO, 2013; D’ANDREA, 2013, 2020; KLEIN, 2019).

É interessante notar que essa dimensão territorial tão presente nos estudos sobre periferia não perde seu valor constitutivo da identidade periférica. Entretanto, parece que nos últimos anos a afirmação dessa identidade de *periférico* ou *favelado* independe de viver no mesmo local, vinculando-se a um conjunto de experiências comuns a quem vive essa realidade. Isso se dá de tal forma que é possível estabelecer um vínculo em torno dessa categoria em todo o país, formando uma rede para a qual não importa somente o tipo de lugar em que se vive. Interessa, também, a vivência, por exemplo, do Estado violador, a convivência com o crime e a maneira como esses elementos constituem a sociabilidade das pessoas, expressas nas produções culturais locais.

D'Andrea (2020) propõe uma interessante caracterização a respeito de quem conforma esses sujeitos *periféricos*. O autor afirma que, entre outros fatores, destaca-se a utilização da arte e da cultura como formas de expressão política e que eles têm a periferia em si como um posicionamento político. Ademais, a produção cultural vai muito além da expectativa de ganhos materiais, ela também parece ser uma forma de fazer política, humanizando um contexto violento e buscando soluções e melhorias para o bairro. Ademais, a ampliação do acesso à universidade é um fator central para essa politização e transição do estigma ao orgulho por ser *periférico*.

Ao lado da importância da ampliação do acesso à educação superior, também a possibilidade de realização de intercâmbios favorece o entendimento, entre os próprios jovens das periferias, de que não só aqueles que estão no centro têm acesso e participam em processos de conhecimento e desenvolvimento pessoal, e engajamento político (KLEIN, 2019). O acesso a esses espaços viabiliza a interação e confronto de realidades diversas que cooperam para o entendimento de si próprios. Além disso, muito embora as suas trajetórias sejam marcadas por obstáculos que insistem em reforçar um padrão de quem acessa ou não esses lugares, uma vez superados rompem-se paradigmas e incorporam-se epistemologias periféricas que disputam com aquilo que é reconhecido como “conhecimento válido”.

Por seu turno, os coletivos de comunicação se tornaram espaços que reforçam a importância de produzir conteúdos que realmente os representem, apresentando suas narrativas e visões; ressignificando o ser *periférico*. A identificação de elementos comuns, nessa perspectiva, colabora para a constituição e permanência desses espaços, bem como para a definição dos interesses e problemas compartilhados (ADERALDO, 2013; D'ANDREA, 2013; 2020). Nesse processo, as plataformas de mídias sociais desempenham papel fundamental ao permitir a produção de conteúdo locais, nos quais é possível compartilhar narrativas e visões de mundo, possibilitando a expressão de vozes marginalizadas (MEDEIROS, 2017; 2019). Isso porque embora alguns coletivos tenham páginas próprias na internet¹², boa parte utiliza o perfil nessas mídias como meio prioritário de divulgação das suas produções.

A apropriação dessas novas tecnologias é uma mudança significativa quando comparamos esses coletivos aos movimentos populares dos anos 1970 e 1980. A importância delas está refletida tanto na organização quanto nas formas de ação desses movimentos. É através de grupos nas mídias sociais *Facebook* e *Whatsapp*, principalmente, que os atores se organizam, trocam informações e aproximam as redes formadas em várias regiões (ALMEIDA,

¹² É o caso do Voz das Comunidades <<https://www.vozdascomunidades.com.br>> e da Agência Mural <<https://www.agenciamural.org.br>>, por exemplo.

R., 2019). Além disso, as novas tecnologias e ampliação do acesso a aparelhos celulares passaram a permitir, por exemplo, o registro simultâneo de acontecimentos nas periferias, como uma operação policial.

Os coletivos envolvidos no enfrentamento à COVID-19 nas periferias já atuavam por meio das mídias sociais antes, contudo, num momento de isolamento social, elas se tornaram ainda mais relevantes para que eles comunicassem o que estavam vivenciando. Por intermédio dos canais virtuais os coletivos têm se organizado; divulgado informações; solicitado apoio e doações; instruído a comunidade bem como denunciado a negligência do Estado com a sua situação. Ademais, foram os principais responsáveis pelas ações presenciais¹³ (ABERS; VON BÜLOW, 2020a; 2020b; ABERS; ROSSI; VON BÜLOW, 2021; FRANCO, *et al.*, 2020), distribuindo as doações coletadas, panfletos e cartilhas e, por vezes, até mesmo realizando a limpeza da comunidade. O que parece unir, neste momento, é a percepção de que a condição de *periférico* e o tratamento que a ele tem sido dado é o mesmo independentemente da localidade. Assim, o vínculo e a solidariedade entre as comunidades existem mediante a percepção comum de que a inação e o descaso do Estado em relação as suas particularidades os afetam de maneira muito similar.

As mortes pela COVID-19 e o número de casos confirmados aumentam dia após dia enquanto escrevo esta dissertação. As periferias do Distrito Federal¹⁴ concentram o maior número de casos na capital do que as áreas mais abastadas e, até 27 de março de 2021, já eram 34.041 casos só nas favelas do Rio de Janeiro¹⁵. A população das periferias enfrenta problemas agravados pelas condições de moradia e pela ausência de testes suficientes, levando alguns moradores, mesmo com os poucos recursos financeiros que dispõem, a terem de pagar por eles¹⁶. Enquanto isso, os coletivos de comunicação têm desempenhado papel importantíssimo de informar e orientar a população, fazer o levantamento de casos, distribuir materiais básicos e coletar dados sobre a real situação das favelas (CUFA; DATA FAVELA; LOCOMOTIVA, 2020; RESPONSE, 2020).

Além de ser o meio pelo qual os coletivos se organizam e divulgam informações, as mídias sociais, por viabilizarem a formação de redes e laços a partir de interesses comuns,

¹³ Para checar a variedade de ações encontradas nas periferias ver: <https://resocie.org/inicial/projetos-e-eventos/repositorio-pandemia/mobilizacoes-contr-o-novo-coronavirus/favelas-contr-o-corona/>

¹⁴ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/11/interna_cidadesdf,862909/pesquisa-da-codeplan-mostra-que-covid-19-e-mais-letal-na-periferia.shtml>

¹⁵ Disponível em: <<https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>>

¹⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/sem-esperar-ajuda-do-governo-paraisopolis-contrata-medicos-para-combater-virus.shtml>>

permitem verificar a interação entre participantes que compartilham conhecimento, e geram engajamento em questões políticas, sociais e culturais (MARTINO, 2014 *apud* MODELLI, 2016). A comunicação *online* se tornou ferramenta essencial para articular ações coletivas, permitindo que as pessoas se comuniquem diretamente e se expressem, independentemente da mídia tradicional. Vale ressaltar que a dimensão *online* não é um fim em si mesma, ela está amplamente conectada com ações realizadas *offline*, dessa forma, a internet é apenas mais uma das formas de atuação dos coletivos. O mundo virtual não se separa do presencial, são ambientes híbridos, onde os movimentos sociais vieram à luz, compartilhando sua sociabilidade, indignação e esperança (MODELLI, 2016; MEDEIROS, 2017).

Por sua vez, o conceito de “coletivos” ainda não está bem definido, não sabemos se é possível chamá-los de outra “geração” de movimentos sociais e as implicações disso, tampouco em que termos se diferenciam ou se aproximam do que já foi estudado em movimentos sociais (ABERS; VON BÜLOW, 2011; ALONSO, 2009). Contudo, alguns estudos recentes têm se debruçado sobre o assunto (MAIA, 2013; PENTEADO; OLIVEIRA, 2019; PEREZ, 2019; PEREZ; SOUZA, 2017; RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018). Estes, nos dão algumas pistas importantes para identificar o que se caracteriza como coletivo, ou seja, grupos majoritariamente formados por jovens que compartilham ideias e valores e enxergam no coletivo o seu meio de atuação política. Ademais, destacam a centralidade das mídias sociais digitais para organização, atuação, mobilização e divulgação das suas ações e a importância da dimensão territorial cotidiana para identificação comum e definição do seu escopo de atuação política.

Os coletivos de comunicação, e comunicadores das periferias em geral, estão inseridos em todo o contexto de violações, convivendo cotidianamente com os “ilegalismos” e o crime organizado; o descaso estatal com as comunidades das periferias, que já dura quase um século; a falta de reconhecimento da sua condição, sem dar vazão as suas demandas, nem instituir políticas públicas efetivas e continuadas para esses territórios. Esses coletivos vêm surgindo ao longo dos últimos anos, com foco na produção de conteúdo, a partir da perspectiva das periferias. São formados por jovens que nasceram e cresceram nas comunidades das periferias e que apostam na potência da produção local.

O novo lugar de fala é forjado do lugar social, revelando indivíduos portadores de uma nova subjetividade capaz de explicar o seu lugar no mundo e de fundamentar a sua existência a partir do orgulho de ser periférico (ALMEIDA, R., 2019, p. 15).

Os coletivos parecem ver na comunicação comunitária uma ferramenta que os permite falar diretamente pelos *seus* (a população das periferias), expressar as suas visões e opiniões, criando sentimento de pertencimento e identificação. Os conteúdos produzidos vêm tanto com o intuito de mostrar para o mundo a visão da periferia com relação aos mais variados assuntos, como também aquele jornalismo noticioso que informa as comunidades sobre pautas nacionais e mundiais utilizando a sua própria linguagem. E, justamente por estarem inseridos nesse contexto de violações, os coletivos estão entre a arte e a luta pela garantia de direitos (SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Vale ressaltar que nem todos esses atores se identificam como sujeitos *periféricos*, contudo, entre todos existe o entendimento de que esta é uma questão que deve ser discutida. Na realidade, o ser *periférico* se apresenta muito mais como um posicionamento político, porque, embora todas as pessoas que vivem nas periferias tenham vivências periféricas, nem todos se identificam ou se dizem *periféricos*. Se identificar, nesse sentido, implica trazer elementos tanto de denúncia, quanto de reconhecimento das potências periféricas. E colocam isso nesses espaços de cultura pelos quais atravessam, e são atravessados, fazendo debates no sentido de discutir políticas públicas e alocação de recursos bem como produzir narrativas que combatam os estigmas aos quais sempre foram relegados, e dialogar com as suas comunidades (RAMALHO, 2020).

Em estudo realizado sobre o Coletivo Tela Firme, Lira *et al.*, (2017), mostram como o coletivo utiliza a produção audiovisual para captar a percepção dos próprios moradores com relação ao território. Eles evidenciam que cidadania ainda é uma prática muito distante da sua realidade, contudo, os comunicadores se propõem a refletir e ressignificar, a partir das suas produções, a visão negativa predominante que se tem do bairro. O coletivo retrata o descaso com o qual bairro é tratado, mas também as festividades e realizações de seus moradores. Para os autores, isso mostra que a experiência social da periferia está imbricada nos contextos, nas formas de organização social e na realidade das pessoas.

Ao mesmo tempo que o descaso estatal é parte da vivência nesses territórios, também as relações e sociabilidade entre seus moradores o são. Apesar do processo de criminalização das periferias urbanas – no qual as pessoas desses territórios são todas vistas como bandidos ou bandidos em potencial (FELTRAN, 2008) – o Tela Firme, assim como todos esses coletivos, ressalta a importância da transformação no pensar e no agir de cada morador para lutar contra a visão negativa predominante que se tem das periferias como espaços de escassez, privações e violência.

Destaca-se que, embora os enquadramentos desses coletivos tenham sido construídos em um contexto no qual o Estado não se apresenta como um ente garantidor de direitos; e que, como coletivos de comunicação e cultura, o momento em que mais o buscam diretamente é por meio dos editais de fomento à produção cultural, o que se espera não é um afastamento do Estado. Ao contrário, a expectativa dos coletivos, e da comunidade periférica em geral, parece ser que de fato em algum momento o Estado assuma o seu suposto papel e que se estabeleçam outras estratégias políticas nesses territórios.

Nessa luta, o Estado é visto como uma significativa fonte de violência material e simbólica (Carmo, 2017), ao invés de uma avenida privilegiada pela qual eles devem corrigir preocupações (...). É importante ressaltar que tal posicionamento das margens sobre o Estado e partidos políticos não indica desengajamento político, mas sim um reconhecimento da necessidade de novas estratégias políticas¹⁷ (KLEIN, 2019, p. 156, tradução livre).

Nesse sentido, como será mais bem evidenciado no capítulo a seguir, a visão compartilhada pelos coletivos que atuaram no combate ao coronavírus nos seus territórios é que eles sabem que precisavam agir, porque já é assim há muito tempo. Apesar de ser uma conjuntura completamente nova, o tratamento estatal frente a ela nas comunidades refletiu comportamentos históricos que já fazem parte da forma como elas o veem e lidam com ele. Contudo, os coletivos têm o entendimento de que esse enfrentamento deveria ter sido feito (da maneira correta) pelo próprio Estado, porque não só ele também é responsável por esses territórios, como somente ele poderia dar a escala necessária para que essas ações tomassem corpo e atingissem todas as periferias, inclusive aquelas que não têm estruturas organizativas muito bem consolidadas.

Nas subseções a seguir apresento um breve histórico dos coletivos que foram foco da análise nesta pesquisa: Agência Mural e Periferia em Movimento (SP); Voz das Comunidades e Coletivo Papo Reto (RJ); Rede Urbana de Ações Socioculturais (DF); Coletivo Tela Firme e Periferia em Foco (PA); Coletivo Força Tururu (PE). Ressalta-se que, em decorrência das limitações metodológicas impostas, não foi possível realizar entrevistas em profundidade com integrantes desses coletivos. Essa etapa seria fundamental para compreender de maneira mais aprofundada seu histórico e formação, lacunas estas a serem preenchidas em pesquisas futuras.

¹⁷ No original: *In this luta (struggle), the State is seen as a significant source of material and symbolic violence (Carmo 2017) rather than a privileged avenue through which to redress concerns (...). It is important to highlight that such positioning on the margins of the State and political parties does not indicate political disengagement, but a critical recognition of the need for new political strategies* (KLEIN, 2019, p. 156).

2.3.1 Agência mural - SP

A Agência Mural foi uma das primeiras agências de notícias das periferias de São Paulo. Iniciou como um *blog* hospedado na página da Folha de S. Paulo no ano de 2010, produzido por correspondentes, moradores das comunidades, de várias periferias de São Paulo. A iniciativa começou a partir da compreensão de que as periferias ficavam de fora da cobertura realizada pela mídia tradicional, que focava muito nas dinâmicas dos “centros”. Desde então, os comunicadores produzem informação partindo das periferias, principalmente contando as histórias das pessoas que vivem nelas.

Em 2015, lançaram um *site* próprio, ampliado em 2018, para abrigar as produções do coletivo. O *blog* na página da Folha, em 2020, se tornou uma coluna de opinião, trazendo histórias e vivências sobre as pessoas que ocupam esse lugar *periférico*. O conteúdo em formato de reportagens escritas não é o único produzido pela Agência, durante a pandemia da COVID-19, publicaram as reportagens e outros conteúdos nas mídias sociais, realizaram a distribuição e arrecadação de doações nos territórios, e iniciaram a produção de um *podcast*, o Em Quarentena. Ele pode ser encontrado nas plataformas de *streaming*, também há a opção de recebê-lo por *Whatsapp*, já que seu formato foi pensado para passar informação de maneira rápida e objetiva, cada episódio tem por volta de 5 minutos¹⁸.

2.3.2 Periferia em Movimento -SP

O Periferia em Movimento iniciou sua atuação no ano de 2009, a partir de um trabalho de conclusão de curso de três integrantes do coletivo, moradores do Grajaú-SP, que acabavam de se formar em jornalismo. Na ocasião, os comunicadores perceberam a ausência de notícias que contassem a história das periferias, desde as periferias. Além disso, notaram que a narrativa apresentada pela mídia tradicional era, em sua maioria, limitada, negativa e superficial do que acontecia nas periferias (SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Em 2009, criaram o *blog* Periferia em Movimento para divulgar o passo a passo da produção do documentário “Grajaú na Construção da Paz”, que conta a história do movimento pela paz no território. O coletivo já participou e foi selecionado por vários editais de fomento à cultura do município de São Paulo (programa VAI). Desde então o coletivo, além das reportagens, já cobriu eventos, realizou oficinas sobre jornalismo nas periferias e, em 2016, participou da criação da Rede de Jornalistas das Periferias.

¹⁸ Mais informações disponíveis em: <www.agenciamural.org.br>

As notícias publicadas no *site* do coletivo também são repassadas em um boletim, através do *Whatsapp*. Contam com um *podcast* próprio, o Quebra das Ideias, que pode ser enviado pelo *Whatsapp* ou acessado no *site*¹⁹. Durante a pandemia, utilizaram suas mídias sociais, as listas do *WhatsApp*, os *podcasts* e participaram em *lives* para informar as comunidades e também contar a realidade das periferias nesse contexto para o público de fora. Além das atividades presenciais articuladas nos territórios com outros parceiros.

2.3.3 Coletivo Papo Reto - RJ

O Coletivo Papo Reto foi formado em 2013, após a atuação de seus cofundadores no suporte às famílias que foram atingidas por chuvas e desabamento no Complexo do Alemão-RJ. O coletivo tem como foco prioritário a denúncia dos abusos das ações policiais, bem como eventos de protesto e mobilizações; também divulga a cultura e os talentos encontrados na favela. No próprio *site* da organização afirmam usar a internet e as ferramentas do audiovisual como recursos para reafirmar seus direitos e disputar narrativas da sua própria realidade. Além das ações virtuais, realizam ações no território que objetivam mediar conflitos e encontros para discutir os problemas da favela e pressionar o poder público por investimentos e políticas públicas.

Reafirmam a sua posição e importância das lentes do coletivo para a construção de uma narrativa diferente daquela produzida pela mídia tradicional com relação à favela: “criação de conteúdo e ações que dão visibilidade às pessoas e ideias positivas que existem dentro da favela, desconstruindo estereótipos e mostrando que os moradores e moradoras de favela são as potências que criam, avançam e se reinventam de forma brilhante em meio a realidade complexa”²⁰.

Junto ao Voz das Comunidades e o Mulheres em Ação, criaram o Gabinete de Crise do Alemão, responsável por transmitir informações nas mídias sociais; organizar a arrecadação e distribuição de doações; e pendurar faixas nas comunidades com o intuito de informar os moradores sobre os riscos do novo coronavírus.

2.3.4 Voz das Comunidades - RJ

O Voz das Comunidades surgiu em 2005 como um projeto da escola realizado pelo fundador, René Silva, aos 11 anos de idade. Começou como um jornal comunitário, circulado em formato de folhetim e distribuído pelo próprio René e outros colegas que começaram a se

¹⁹ Mais informações disponíveis em: <www.periferiaemmovimento.com.br>

²⁰ Mais informações disponíveis em: <www.coletivopaporeto.org>

envolver com o projeto. René relata²¹ que iniciou o jornal porque via que tudo o que aparecia sobre a sua comunidade nos jornais lidos pelo seu avô era sobre violência e mortes, e ele gostaria de fazer um jornal para dentro da comunidade mostrando as coisas positivas.

No início, receberam suporte da escola, especialmente suporte técnico. Em dado momento começaram a mostrar também os problemas sociais que existem até hoje, que eram tratados em muito menor escala pela mídia tradicional. No momento em que passaram a ser expostos no Voz das Comunidades e ressoar na comunidade, alguns deles foram vistos e solucionados pelo poder público. Com o passar do tempo, outros jovens entraram no jornal, com objetivos diferentes, mas que fizeram o Voz dar certo mesmo sem ter o apoio ou financiamento.

O momento em que o jornal passou a ficar mais conhecido e se tornou uma referência em jornalismo nas periferias foi durante a invasão da polícia no Complexo do Alemão, em 2010²². O Voz começou a relatar, de dentro da comunidade, o que estava acontecendo e passaram a ser divulgados inclusive pela mídia tradicional nacional e internacional. Desde então o jornal cresceu bastante, novas pessoas passaram a integrá-lo, e o coletivo passou a realizar também ações solidárias nas comunidades que formam o Complexo do Alemão. Além das reportagens escritas, com o tempo, o jornal migrou para o meio digital e iniciaram também um “telejornal digital” no *Facebook*, com programação semanal.

Durante a pandemia, lançaram o aplicativo Voz das Comunidades para divulgar as notícias que já estavam no seu *site*. Realizaram ações no território voltadas para a distribuição de suprimentos e a informação da comunidade; participam do Gabinete de Crise do Alemão para fazer a gestão da crise e somar forças no enfrentamento ao coronavírus no território²³.

2.3.5 Rede Urbana de Ações Socioculturais - DF

A Rede Urbana de Ações de Socioculturais (RUAS) foi formada por volta do ano de 2007, por pessoas advindas já de outros movimentos sociais desde os anos 1990. Atua principalmente com atividades culturais na periferia do Distrito Federal, com foco em desenvolver as potências e capacidade criativa da juventude periférica. Realizam tanto eventos (RUAS Convida, Elemento em Movimento) como oficinas culturais e de comunicação comunitária, especialmente a partir do Jovem de Expressão – programa que atende ao público

²¹ Relato feito em palestra dada por René Silva no dia 02 de novembro de 2020, às 17 horas, através da plataforma Zoom.

²² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/rene-silva-jovem-do-morador-do-morro-do-adeus-twittou-em-tempo-real-invasao-da-policia-ao-2918816>>

²³ Mais informações disponíveis em: <www.vozdascomunidades.com.br>

jovem da Ceilândia com aulas de pré-vestibular, curso de idiomas, fotografia, audiovisual, produção técnica, esportes, entre outros²⁴.

É uma organização que capta recursos da iniciativa privada e do poder público, mediante edital de fomento à cultura, para realizar suas atividades. A RUAS incentiva, inclusive, a formação de outros coletivos partindo da sua rede, por meio do LECria (Laboratório de Empreendimentos Criativos). É o caso do Coletivo DUCA, que atua especificamente no campo da comunicação e do audiovisual, produzindo conteúdo que relata as vivências e potências da periferia do DF a partir da fotografia, do cinema e do jornalismo.

Na pandemia, o coletivo criou o financiamento coletivo com foco nos trabalhadores da cultura, arrecadando recursos para a compra de *kits* de higiene, equipamentos de proteção pessoal, alimentos e vale gás. Os integrantes foram os responsáveis pela captação dos recursos, compra e distribuição dos *kits*. Além disso, conseguiram parcerias com várias entidades privadas para a doação de mais suprimentos que foram distribuídos no território²⁵.

2.3.6 Coletivo Força Tururu -PE

O coletivo Força Tururu foi criado na comunidade do Tururu, região metropolitana do Recife, em 2009, com o intuito de pautar as violações às quais estavam submetidas as pessoas que moram nessa comunidade. Iniciou a partir da mobilização de jovens que integravam grupos de jovens da igreja católica e que se mobilizaram pela primeira vez para conseguirem apoio para participarem do Congresso Nacional da Pastoral da Juventude naquele ano. A ideia do coletivo surgiu a partir da vontade de relatar as vivências da comunidade para além da violência e situações de morte.

Iniciaram com esse documentário de relato das vivências, Tururu: justiça, paz e vida, a partir do qual ficaram conhecidos. O coletivo mantém um *blog* no qual divulga suas reportagens, além das suas produções audiovisuais como outros documentários e clipes. Eles produzem cartilhas e fazem oficinas para formar novos comunicadores comunitários, com o intuito de atuar no enfrentamento à violência e fazer ecoar as vozes da sua comunidade²⁶.

Durante a pandemia, se organizaram na comunidade do Tururu para informar a população, especialmente mediante o uso de lambes, colados por toda comunidade. O aumento do uso das mídias sociais já vinha acontecendo anteriormente, mas foi catalizado pelo contexto

²⁴ Entrevista dada por Max Maciel, coordenador pedagógico, em 24 de setembro de 2019.

²⁵ Mais informações em: <<https://ruas.org.br/covid19nasperiferias>>

²⁶ Mais informações em: <<http://coletivoforcatururu.blogspot.com>>; <<https://medium.com/@tururucollectivo/como-surgiu-o-coletivo-força-tururu-38e06c77138b>>

imposto (COSTA, 2020). Assim, utilizaram as mídias sociais para divulgação e informação, inclusive participaram de produções audiovisuais, como vídeos de *brega-funk*, para conscientização dos moradores com uma linguagem mais próxima do seu cotidiano. Além disso, colaboraram com outros coletivos, para o automapeamento de iniciativas no Pernambuco²⁷.

2.3.7 - Coletivo Tela Firme - PA

O coletivo Tela Firme atua no bairro Terra Firme, em Belém-PA, utiliza prioritariamente o audiovisual como forma de denúncia do descaso estatal e da violência, mas também para contar as histórias dos moradores do bairro. Querem mostrar a percepção dos próprios moradores com relação ao território, as suas produções e vivências, e evidenciar as coisas boas realizadas no território (LIRA, *et al.*, 2017).

Iniciou os seus trabalhos no ano de 2014, formado pelos próprios moradores, sem nenhum tipo de equipamento profissional. O coletivo já produziu dois documentários que relatam as vivências do Terra Firme: Terra Firme (2014) e Gente Firme (2015). É formado principalmente por jovens que refletem criticamente sobre os problemas enfrentados no bairro, mas também garantem um meio alternativo de acesso à informação por parte da comunidade. O coletivo divulga suas reportagens e documentários na página do *Facebook* e no *Youtube* e se tornou um grande fenômeno para o bairro (CASTRO; OLIVEIRA, 2018).

Na pandemia, realizaram a arrecadação e distribuição de doações, divulgando as ações nas mídias sociais; além das informações para combater o novo coronavírus; explicação sobre as medidas de prevenção, como o *lockdown*; e denúncia das precariedades do território. Também participaram de produções de audiovisuais, não só videoclipes musicais, mas também entrevistas e conversas com pessoas das comunidades.

2.3.8 - Periferia em Foco - PA

O Periferia em Foco surge no bairro da Cabanagem, em Belém-PA, em 2016, primeiramente com uma página no *Facebook*. Assim como os outros coletivos, o Periferia em Foco surge da insatisfação em ver o seu bairro ser retratado na mídia tradicional como um espaço de pobreza, crime e violência. E, desde seu surgimento, vem evidenciando o que é produzido de positivo no bairro, a criatividade e as iniciativas dos moradores, desmistificando os estigmas que lhes foram impostos (FRAZÃO; MIRANDA, 2019).

²⁷ Disponível em: <<https://mapasolidario.riacho.info>>

O coletivo utiliza prioritariamente a página no *Facebook* para divulgar suas produções, embora mais recentemente também esteja no *Twitter*. Além de divulgar as produções dos moradores e as suas reportagens, o coletivo utiliza bastante o meio audiovisual para demonstrar e denunciar situações de descaso vividas pelo bairro. Também, mesmo antes da pandemia, já realizavam várias *lives* entrevistando pessoas sobre temas diversos de interesse da comunidade.

Além das *lives*, inclusive com a participação de personalidades locais para comentar a situação da pandemia, o Periferia em Foco também atuou nas ações e articulações nos territórios para viabilizar o isolamento de alguns dos moradores mediante a informação, distribuição de doações e combate à desinformação. Nas mídias sociais além das *lives*, o telejornal digital e os conteúdos informativos, também divulgavam produções culturais do bairro, como uma forma de lazer na pandemia.

Até aqui, passemos pela discussão teórica sobre enquadramentos interpretativos e foi proposta uma diferenciação entre enquadramentos, quadros e discursos com vistas a facilitar a compreensão do material que tenho em mãos para analisar no capítulo que se segue. Neste capítulo, apresentei um histórico da ação coletiva nas periferias e estudos mais recentes relacionados aos coletivos de comunicação periféricos. Ao mesmo tempo, identifiquei os elementos que parecem compor os enquadramentos interpretativos das periferias – justamente porque abarcam essa dimensão de construção histórica, processual e contínua tão cara à formação de enquadramentos –, especialmente com referentes à ação estatal e a sua própria.

Isso será fundamental para analisar os quadros elaborados na pandemia, observando associações com os enquadramentos aqui apresentados, possíveis transformações e outros elementos agregados. Ademais, os estudos sobre os coletivos ajudam a identificar aspectos que já eram questões problemáticas anteriormente e que podem ter aparecido de maneira mais evidente agora. Além do papel deles para a construção da identidade do *periférico*, que ajuda a visualizar como eles enxergam a si próprios e as suas ações realizadas nos territórios contra o novo coronavírus.

No capítulo seguinte, apresentarei um histórico da pandemia no Brasil. É importante observar que a cada dia novas informações são apresentadas por este contexto, de tal forma que, sem dúvidas, muitos fatos importantes não estarão presentes. Em razão da necessidade de conclusão deste trabalho, o histórico da pandemia foi feito entre março de 2020 e março de 2021. Também será discutido que a pandemia se mostra como um momento crítico, ou uma situação problemática, e a maneira como esse cenário de crise afeta a construção de ideias, perspectivas e interpretações dos movimentos sociais.

Capítulo 3

Quadros interpretativos da pandemia de COVID-19

Neste capítulo abordaremos o contexto da pandemia e os quadros interpretativos, expressos por meio dos discursos na forma texto publicados no *Twitter* e no *Facebook*, dos coletivos de comunicação periféricos durante os meses de março, abril, maio e junho de 2020. Apesar da análise de dados ter sido realizada apenas em publicações nos referidos meses, na primeira seção, apresento um histórico da pandemia no Brasil até março de 2021, para compreender o desenrolar dos fatos e alguns momentos fundamentais que definiram os rumos tomados pela pandemia. Na segunda seção, discuto como esse contexto é compreendido como um momento de crise e incerteza, associando elementos da crise sanitária imposta mundialmente com os da crise política, econômica e social que já estava instaurada em solo brasileiro. Também serão explorados os reflexos desse momento de crise na atuação dos movimentos sociais, de modo geral, e dos coletivos de comunicação das periferias, em específico. O objetivo aqui vislumbrado é compreender a formação de quadros interpretativos enquanto a crise está se desenrolando, as possíveis mudanças, desafios e possibilidades por optar analisá-los em tais circunstâncias.

Na terceira seção, exponho os dados analisados, com vistas à tentativa de sistematização dos quadros interpretativos formulados pelos coletivos nesse contexto. Para facilitar a visualização dos dados e a compreensão das análises sob um banco de dados tão grande, apresento uma análise quantitativa e algumas impressões que já podem ser tiradas daí. Em seguida, uma análise qualitativa, abarcando os quadros interpretativos e as mudanças, adaptações, observadas neles ao longo do período analisado. Para tornar a análise mais robusta, me valho tanto da investigação dos dados coletados, quanto das informações extraídas a partir de *lives*, reportagens, relatórios, *podcasts*, e outros artigos que se referem, de maneira geral, a como se deu o enfrentamento do coronavírus nesse período.

As análises apresentadas neste capítulo oferecem uma tentativa de sistematização que não é capaz de abarcar a riqueza e a profundidade dos debates, da troca de ideias e experiências realizados pelos movimentos sociais no contexto da pandemia. Ainda assim, é uma investida fundamental para compreender os próximos passos dados em direção a um futuro ainda marcado por incertezas. O que fica nítido é que a pandemia conjugou novas e velhas ideias; novas e velhas formas de ação; novas e velhas redes de movimentos. O que quer que esteja por vir passa, necessariamente, pela compreensão do agora.

3.1 – A pandemia do novo coronavírus no Brasil

O ano de 2020 começou com uma crise de impacto global, causada pela pandemia de COVID-19²⁸, a qual demandou ações tanto do Estado quanto da sociedade. No Brasil, temos acompanhado várias iniciativas da sociedade na tentativa de minorar os impactos, especialmente para as comunidades mais vulnerabilizadas. É o caso de vários coletivos periféricos que têm se organizado para atuar no combate ao novo coronavírus nas suas comunidades.

Devido às proporções que a contaminação tomava em outros países, em 6 de fevereiro de 2020, o presidente da República sancionou a Lei n. 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento à emergência de saúde causada pelo coronavírus²⁹. Essencialmente, a lei dispunha sobre as atitudes que poderiam ser tomadas para evitar a disseminação da doença; o direito dos/as cidadãos/ãs à informação adequada nesse assunto; e questões técnicas sobre a contratação ou aquisição de bens e serviços para a área da saúde. Essa legislação foi alterada algumas vezes nos meses de março (Decreto n. 10.282/2020³⁰) e abril (Decreto n. 10329/2020³¹), a fim de definir quais seriam as atividades essenciais que permaneceriam em funcionamento e a revisão das questões técnicas de contratação de bens e serviços. O primeiro caso noticiado no Brasil, oficialmente, foi no dia 26 de fevereiro de 2020 – embora haja alguns indícios de casos antes dessa data³² –, as perspectivas de contaminação apresentadas já no início levaram à aprovação do Estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional em 20 de março de 2020³³. Isso permitiria que o governo gastasse mais do que o previsto no planejamento anual para enfrentar a pandemia.

Contudo, o comprometimento do governo federal com esse assunto logo se provou baixo ou inexistente. Não só os decretos que previam medidas de enfrentamento não impunham, efetivamente, o isolamento social e a obrigatoriedade das medidas preventivas – estavam

²⁸ Doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que teve o primeiro foco foi em Wuhan, na China, e se espalhou rapidamente para vários outros países. O vírus tem uma taxa de letalidade e contágio maior do que outros da mesma família, como o Influenza, podendo chegar a 4%. O Brasil, em 11 de maio de 2020 conta com mais de 11000 mortes e tem uma das piores taxas de contágio. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>;
<<https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-gripe-diferencas-semelhancas/>>.

²⁹ Lei n. 13.979/2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>

³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>

³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm>

³² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52742802>>

³³ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>>

fazendo o caminho oposto, definindo aquilo que era “essencial”, de maneira bastante ampla – como também, ainda em março de 2020, o presidente da República deu declarações ambíguas quanto à importância do isolamento, defendendo recorrentemente que “o Brasil não pode parar”³⁴ e reclamando da comoção pública com uma “gripezinha”³⁵. Além dos discursos, os atos do presidente foram especialmente simbólicos, tal qual o seu aparecimento em protesto realizado – o primeiro de muitos – no dia 15 de março, acompanhado pelo presidente da Anvisa³⁶, e apenas dois dias após a realização do seu primeiro teste para COVID-19³⁷.

As medidas tomadas pelo Executivo federal, nesse sentido, foram feitas pelo Ministério da Saúde à revelia do Planalto³⁸, o que nos custou não um, mas dois ministros da Saúde. Henrique Mandetta, ministro que chefiava a pasta no início da pandemia, foi exonerado do cargo em 16 de abril, quando o país estava chegando a duas mil mortes. Seu sucessor, Nelson Teich, ficou no cargo menos de um mês, alegando que “se eu não sáísse, ia repetir tudo o que aconteceu com o Mandetta”³⁹, se referindo aos embates com o Planalto. Já durante o mandato de Teich, verificava-se a militarização da pasta, com militares assumindo a chefia de secretarias importantes (AVRITZER, 2020).

Em meio a uma pandemia, o Ministério da Saúde ficou sem chefia durante quatro meses. Eduardo Pazuello⁴⁰, general do Exército, que havia sido nomeado ministro interino quase vinte dias após a saída de Teich, só se tornou ministro efetivo em setembro. O general assumiu a pasta alinhado com os interesses de gestão da crise do presidente Jair Bolsonaro, e sem ter qualquer tipo de conhecimento em gestão, sobre as especificidades do ministério, nem sequer sobre a principal política executada por ele: o Sistema Único de Saúde (SUS). Em entrevista, ao lançar a campanha Outubro Rosa, o ministro chegou a afirmar: “não sabia o que era o SUS”⁴¹.

³⁴ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/27/brasil-nao-pode-parar-padilha-vai-a-justica-para-impedir-campanha-de-bolsonaro>> ; <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>>

³⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-coronavirus-de-certa-histeria-a-fantasia-e-nerouse.shtml>>

³⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-deixa-isolamento-do-coronavirus-e-de-carro-participa-de-ato-pro-governo-na-esplanada.shtml>>

³⁷ Disponível em: <<https://www.foxnews.com/world/brazil-bolsonaro-coronavirus-test-negative-eduardo>>

³⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/28/covid-19-mandetta-contraria-bolsonaro-e-reforca-urgencia-de-parar-o-pais.htm>>

³⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/tres-ministros-da-saude-e-uma-pandemia-o-ano-em-que-ficamos-doentes.shtml>>

⁴⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/16/em-ato-no-planalto-pazuello-e-efetivado-e-saude-passa-a-ter-ministro-titular-apos-4-meses.ghtml>>

⁴¹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/07/nem-sabia-o-que-era-sus-diz-ministro-da-saude-em-lancamento-de-campanha.htm>>

Apesar da sua estreita relação com o presidente, Pazuello também viu chegar o seu fim na chefia do Ministério em 15 de março de 2021⁴². O general foi consagrado como o pior ministro da pasta desde o início da pandemia, deixando o cargo com cerca de 280 mil vidas perdidas para o novo coronavírus, recordes diários de óbitos e contágio, má gestão e ineficiência para execução do plano de vacinação no Brasil. A sua estreita sincronia com o Planalto na tentativa de boicotar o combate à pandemia, foi responsável pela ausência de respiradores em Manaus⁴³, no início de 2021; pelo descumprimento de todos os dez planos de vacinação apresentados pelo Ministério; por obrigar os estados subnacionais a tentar comprar vacinas de maneira independente; e por proliferar, ao longo de todos os meses que esteve à frente da Saúde, o negacionismo, a desinformação, e a defesa de supostas medidas preventivas que já se provaram ineficientes há muito tempo, como o uso da medicação cloroquina. Apesar da ineficiência de Pazuello, alguns avaliam⁴⁴ que a decisão de Jair Bolsonaro por demiti-lo se deu, somente, pelo medo de perder as eleições em 2022 para o recém-inocentado, presidente Lula⁴⁵. Pazuello foi substituído pelo cardiologista Marcelo Queiroga⁴⁶ que, desde o início, demonstrou alinhamento com as propostas de Bolsonaro, especialmente relacionadas às medidas preventivas e de isolamento social.

Nesse ínterim, coube a responsabilidade por implementar medidas preventivas aos governadores. Uma das primeiras providências adotadas por eles foi decretar medidas de isolamento social – incluindo o fechamento de estabelecimentos de comércio, escolas, templos religiosos, parques, academias, e o cancelamento de eventos –, as quais foram sendo implementadas paulatinamente em todo país, à medida que os governadores as instituíram. As campanhas de conscientização quanto à importância da higienização e do isolamento social, tanto as oficiais dos governos como as elaboradas espontaneamente pela sociedade, foram disseminadas em todos os meios de comunicação.

Ao se deparar com o descaso, especialmente do governo federal – por exemplo, ao reduzir os boletins informativos sobre o progresso da doença no país, chegando ao ponto de impedir o acesso a esses dados⁴⁷ –, até mesmo os veículos da grande mídia se articularam. Daí surgiu o

⁴² Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/15/interna_politica,1246954/pazuello-sobre-demissao-eu-nao-pedi-para-sair-isso-e-com-o-presidente.shtml>

⁴³ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/15/covid-19-coronavirus-manaus-amazonas-oxigenio-governo-prefeitura-uniao.htm>>

⁴⁴ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/thomas-traumann/o-que-levou-bolsonaro-a-demitir-pazuello/>>

⁴⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fachin-anula-todas-as-condenacoes-de-lula-na-lava-jato/>

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/marcelo-queiroga-assume-como-ministro-da-saude-em-cerimonia-fechada/>>

⁴⁷ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>>

consórcio de imprensa, destinado a fazer uma checagem de fatos e contabilizar os casos e mortes por COVID-19 de maneira independente⁴⁸. Esse tipo de medida também foi adotada pelos coletivos de comunicação das periferias (como o Gabinete de Crise do Alemão e o Redes da Maré), os quais se propuseram a fazer um radar dos casos nas comunidades. A ideia começou no Rio de Janeiro e rapidamente se espalhou por outros estados⁴⁹. O método para executá-la consiste na busca por informações diretamente nas Unidades de Básicas de Saúde (UBS), Clínicas da Família das comunidades e mediante contato telefônico com moradores testados para fazer a contagem independente dos casos nas suas próprias comunidades. Posteriormente, esses casos eram agregados em um único painel com todas as favelas do estado.

O empenho dos governadores com a manutenção do isolamento social e demais medidas preventivas se esvaiu conforme o avanço da pandemia. A ausência de sincronia entre as determinações dos governos estaduais e o federal inviabilizou a eficácia do distanciamento social e das outras medidas preventivas, aumentando a taxa de contágio e de mortes (FERIGATO, *et al.*, 2020; BARBERIA, *et al.*, 2020a). Com isso, uma determinação que deveria durar algumas semanas se alongou por meses. Apesar das tentativas dos pequenos comerciantes em reinventarem seus negócios, migrando alguns serviços para o virtual; escolas realizando aulas virtualmente; e parte da população em trabalho remoto, a retração econômica, a falta de apoio do governo federal e a baixa arrecadação tornaram difícil a manutenção das medidas de isolamento pelos governos subnacionais (FERNANDEZ, *et al.*, 2020).

No início de maio, alguns estados brasileiros começaram a sinalizar ou flexibilizar as medidas de prevenção. Essa decisão, conforme Barberia e colegas (2020a), tomada de maneira desordenada, sem dados confiáveis sobre o índice contágio – já que, além das dificuldades para realizar a contagem de casos e mortes, o Brasil também está entre os países que menos realizou testes para a doença⁵⁰ – ou sobre o estágio de expansão da pandemia, foi imprudente e colocou em risco a vida da população. Isso, somado aos posicionamentos já conhecidos do Planalto e às dificuldades financeiras enfrentadas por boa parte da população, diminuiu a adesão ao distanciamento social até mesmo nos estados que não flexibilizaram.

⁴⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>>

⁴⁹ Painel Unificador Covid-19 nas favelas. Disponível em: <<https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>>

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52383539>>

Em julho de 2020, quando a maioria dos estados já havia flexibilizado ou extinguido o isolamento⁵¹, o Brasil registrava mais de 90 mil mortes por coronavírus. Mesmo com esse cenário caótico, com o Estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional desde o final de março, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) informou que o Ministério da Saúde havia gasto, até então, menos de um terço do recurso disponível para o combate à pandemia⁵². Enquanto isso, estados e municípios sofriam com a falta de recursos para a área da saúde. O relatório informa, ainda, que não houve critérios específicos para a destinação dos 29% de recursos que efetivamente foram distribuídos.

É preciso ressaltar que as medidas emergenciais tiveram impactos diferentes conforme a classe social da população. Dadas as condições de vida, moradia e trabalho, foi mais fácil para as classes média e alta conseguirem trabalhar remotamente, cumprirem o isolamento domiciliar e seguirem as orientações preventivas quando saíam às ruas. Não se pode dizer o mesmo sobre a população periférica – constituída em sua maioria pelas classes C, D e E, profissionais autônomos e empregadas domésticas, cujas tarefas são incompatíveis com o trabalho remoto (RESPONSA, 2020) – que vive em locais apertados, com pouca ventilação e com muitas pessoas na mesma casa⁵³. Ademais, é justamente essa parcela da população que já estava desde a primeira lista (mais restrita) classificada como “serviços essenciais”: transporte, limpeza, estocagem, vigilância, construção civil, assistência à saúde e assistência social, entre outros.

A primeira⁵⁴ resposta dada pelo governo federal para viabilizar o isolamento e dar assistência a essa população foi a aprovação, no início de abril, do auxílio emergencial de R\$ 600,00 ou R\$1200,00 para mães chefes de família. Podem receber o auxílio: pessoas desempregadas, microempreendedores individuais, contribuintes da previdência, trabalhadores informais e famílias cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo. Certamente, essa medida, proposta pelo governo inicialmente com valor menor de R\$ 200,00 e alterada pelo Congresso Nacional – mediante forte mobilização política dos movimentos sociais em prol da renda básica⁵⁵ –, foi uma grande vitória, visto que muitos foram beneficiados e puderam honrar, pelo menos em parte, com suas obrigações financeiras.

⁵¹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/saiba-como-estados-brasileiros-estao-retomando-a-atividade-economica>> ; <<https://www.istoedinheiro.com.br/plano-de-guedes-e-aprovar-auxilio-emergencial-em-3-semanas/>>

⁵² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/22/ministerio-da-saude-gastou-menos-de-um-terco-do-dinheiro-disponivel-para-combate-a-pandemia-diz-tcu.ghtml>>

⁵³ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/alcool-em-gel-minha-casa-alaga-pelo-ralo/>>

⁵⁴ Outras propostas, voltadas para trabalhadores em regime de CLT, podem ser encontradas em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/7373-governo-lanca-programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-para-enfrentar-efeitos-economicos-da-covid-19>>.

⁵⁵ Mais informações: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/renda-basica-emergencial-e-resultado-da-uniao-da-sociedade/>> e <<https://www.rendabasica.org.br>>

Seguindo a linha de preocupação principal do atual governo federal, as medidas pensadas por ele centravam-se essencialmente no aspecto econômico: relacionadas à ruptura de relações contratuais sem ônus ao empregador; incentivos para diminuir as demissões; e uma renda básica para a população ter condições mínimas de se manter sem emprego e girar a economia (AVRITZER, 2020). No entanto, trata-se de uma resposta meramente econômica ao problema, que não resolve – e parece nem se propor a fazê-lo – questões estruturais que impactam as periferias urbanas e dificultam o combate ao coronavírus nesses territórios, por exemplo, a ausência de unidades de saúde preparadas para o primeiro atendimento e a realização de testes, a falta de água e saneamento básico – fatores fundamentais para o combate ao vírus.

Em pesquisa realizada com moradores de favelas de todas as unidades da federação, o DATA Favela, em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA) e o Instituto Locomotiva, registrou que 41% deles não conseguiu receber o auxílio. Diversas foram as razões para isso: dificuldades técnicas com o uso do aplicativo da Caixa; falta de alguns documentos; inadimplência com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); e algumas pessoas sequer conseguiam comprovar que estavam vivas para receber o auxílio. No início da pandemia, 7 em cada 10 famílias informaram que já haviam tido sua renda afetada; 86% afirmaram que não teriam como comprar comida se não pudessem trabalhar; e 72% afirmaram que, se perdessem sua renda, não poderiam sustentar seu padrão de vida por tempo algum (CUFA; DATAFAVELA; LOCOMOTIVA, 2020).

Por essa razão, o auxílio emergencial foi de fundamental importância para grande parte das famílias brasileiras. O benefício que estava previsto para durar três meses, foi estendido por mais dois meses em julho⁵⁶; depois novamente em setembro⁵⁷ até o final do ano de 2020, contudo com valor menor, R\$300,00, mais próximo ao valor inicial proposto pelo governo⁵⁸. No final de 2020, discutia-se nova prorrogação do auxílio, embora a equipe econômica do governo estivesse reticente, sob a justificativa de endividamento do Estado. Todavia, a conjuntura em 2021 mostrou a impossibilidade de abandonar o benefício⁵⁹, tanto em termos sociais e políticos quanto econômicos. Apesar da situação fiscal do país, o auxílio foi fundamental para garantir dignidade às pessoas e permitir minimamente a circulação de capital.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.412-de-30-de-junho-de-2020-264424956>>

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/144497>>

⁵⁸ Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-estuda-medidas-para-ajudar-trabalhadores-autonomos-e-socorro-a-aereas,70003238357>>

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/02/4906568-maioria-dos-integrantes-da-cmo-aprova-extensao-do-auxilio-emergencial.html>>

Em relação à economia, segundo dados do IBGE, o PIB sofreu queda 9,7% no segundo trimestre de 2020, em comparação com o primeiro; em relação ao mesmo período de 2019 a queda é de 11,4%. Também é preocupante a situação do desemprego no Brasil, segundo dados do IBGE, no terceiro trimestre de 2020 a taxa de desemprego no país era de 14,6%, atingindo 14,1 milhões de pessoas, e representando um aumento de 11,8% em relação ao mesmo período em 2019. Os dados da PNAD contínua, divulgados em 30 de setembro de 2020, mostram que o número de empregados com carteira assinada chegou ao menor nível desde 2012 (29,4 milhões de trabalhadores/as registrados/as). Isso representa, simultaneamente, um aumento das pessoas em situação de emprego informal, 36,9% dos/as trabalhadores/as (36,8 milhões de pessoas) no início do segundo semestre de 2020.

As mortes no Brasil aumentaram 13,6% no ano de 2020, em relação a 2019, sendo 12,85% delas provocadas pela COVID-19. Em 07 de janeiro de 2021, o Brasil alcançou a marca de 200 mil mortes por coronavírus, e logo em seguida, em 24 de março de 2021, a de 300 mil mortes, tornando-se o segundo país do mundo a atingi-la. A população, mesmo a parcela que conseguiu ficar em isolamento no início da pandemia, já mostra baixa adesão à possibilidade de nova determinação da medida. Ademais, os estados têm poucas condições de tentar implementar qualquer tipo de isolamento independente do apoio do governo federal, dado o resultado da primeira tentativa. Num cenário como esse, a ausência do auxílio emergencial causaria um colapso. A fome e a insegurança alimentar, que já vêm num crescente, se alastrariam ainda mais.

Há que se afirmar, contudo, que o Brasil era um dos países com mais possibilidades para se precaver e evitar que a pandemia resultasse em tantas vidas perdidas e em impactos socioeconômicos tão grandes. Isso porque não só os indícios do que poderia acontecer já estavam sendo demonstrados por países na Ásia e na Europa antes de chegar na América do Sul, como também o Brasil conta com um sistema de saúde público cuja capilaridade em território nacional não tem comparativo no mundo. A falta de coordenação de ações e políticas públicas entre os entes federativos (BARBERIA, *et al.*, 2020a), somada ao desmonte de políticas e à implementação de políticas de austeridade – desde a Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos⁶⁰ –, aos cortes no orçamento de áreas essenciais e à desorganização administrativa do atual governo federal resultaram em uma

⁶⁰ O Conselho Nacional de Saúde, antecipando o que estava por vir, publicou nota que reivindicava a revogação da EC 95/2016 em 14 de março de 2020. Disponível e: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1064-nota-publica-cns-reivindica-revogacao-imediata-de-emenda-que-retirou-verba-do-sus-prejudicando-enfrentamento-ao-coronavirus>>>

estrutura pública extremamente precária e ineficaz para enfrentar a mais grave crise sanitária dos últimos anos (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E COVID-19, 2020).

3.2 – Pandemia de COVID-19: um momento crítico

A pandemia de COVID-19 é uma crise sanitária que acabou por escancarar desigualdades estruturais na sociedade. Ela desafia o modelo econômico do capitalismo e o neoliberalismo, ao colocar em xeque políticas que menosprezam o papel do Estado para o desenvolvimento social. E, no caso brasileiro, ela vai ao encontro da crise política e econômica já instaurada no país; com um histórico de desmonte das instituições; retrocessos em direitos sociais; exclusão da participação social; e menosprezo com princípios democráticos básicos (AVRITZER, 2020; MASCARO, 2020). A maneira como as situações de crise afetam a dinâmica política já foi caracterizada por termos como “conjuntura crítica” (COLLIER; COLLIER, 2002) e “evento” (SEWELL, 1996). Ou seja, são momentos nos quais a suposta estabilidade das instituições é abalada, permitindo novas trajetórias e disputas.

Existe uma ampla literatura – à qual não vou me ater muito por razões de foco do trabalho – que discute sobre a endogenia ou exogenia desse momento de mudança institucional. Em resumo, aqueles que estudam as crises como “choques exógenos” tendem a valorizar o elemento exterior delas para a mudança institucional (COLLIER; COLLIER, 2002). Ou seja, são agentes ou acontecimentos externos que causam abalo nas estruturas e abrem espaço para tensionamentos. Ao passo que outros valorizam também elementos internos, a mudança institucional sob a perspectiva endógena avalia o grau de institucionalização das regras e as características do contexto político como fatores que influenciam a emergência de novos atores e mudanças (MAHONEY; THELEN, 2010). Outra visão se refere à agência dos atores que compõem as instituições, como vetor de potência para essa mudança (HAY, 2008).

Como colocado por Abers e von Bülow (2020b), grande parte dessa literatura interessada nas crises ou momentos de incerteza, enxergam o ponto principal delas no que vem depois. Ou seja, interessa mais o resultado do que o processo da mudança em si. Todavia, aqui nos interessa estudar o que acontece durante as crises, já que elas, apesar de serem momentos de grande incerteza, também instigam os atores a buscarem novas interpretações e darem sentido ao contexto (BLYTH, 2001; 2011; HAY, 2008; ABERS; VON BÜLOW, 2020b). Nessa perspectiva, importa saber o momento, contexto e condições nas quais as ideias e os interesses dos atores se tornam pouco definidos e que, ao mesmo tempo, viabilizam a disputa de narrativas e novos caminhos (HAY, 2008).

Esta literatura, ainda ascendente, questiona sob quais condições os paradigmas emergem, consolidam, acumulam anomalias e se tornam passíveis de serem desafiados e substituídos. A atenção tem sido focada particularmente no momento da crise em si, um conceito muito invocado, mas raramente conceitualizado ou explicado pela literatura existente.

[...]

Crises, ele [Blyth] sugere, podem ser vistas como momentos nos quais as percepções dos atores sobre seus próprios interesses se tornam problematizadas. Consequentemente, a resolução da crise envolve a restauração de uma condição mais “normal”, na qual os interesses dos atores se tornam novamente claros e transparentes para eles (HAY, 2008, p. 67, tradução livre)⁶¹

Por seu turno, a literatura de movimentos sociais avalia as crises refletindo sobre seu potencial como oportunidade ou ameaça para os movimentos sociais (TARROW, 2009). As oportunidades políticas seriam, portanto, momentos nos quais abre-se espaço para a mobilização e surgimento de movimentos sociais. Esse “momento crítico” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) acontece quando algo está fora do lugar, impulsionando a ação coletiva. Com isso, a demonstração de descontentamento desdobra-se em uma disputa. Goodwin e Jasper (1999) afirmam que a definição do que são oportunidades (e ameaças) não se dá independentemente dos atores, ao contrário, são interpretações baseadas nos seus enquadramentos.

Sob uma perspectiva pragmatista da ação, Cefai (2009; 2017a; 2017b) argumenta que a vivência em um determinado contexto, assim como a opinião sobre ele e a ação coletiva não cessam de se constituir. Assim, a própria ação coletiva é um processo de codefinição das situações problemáticas, no curso das interações, de maneira circular entre atores-ambiente-contexto. Nessa perspectiva, as identidades e os quadros dos sujeitos sobre uma situação não estariam completamente definidos a priori, podem, também, ser constituídos (ou modificados) ao longo do processo. Assim, os movimentos sociais são afetados e convocados à ação, impelidos por esse contexto mais amplo. Suas narrativas, quadros e enquadramentos, que disputam com outros a arena pública, podem ser igualmente elaborados ou transformados no curso dessa interação (CEFAI, 2017a; 2017b).

⁶¹ No original: *This still nascent literature asks under what conditions paradigms emerge, consolidate, accumulate anomalies, and become subject to challenge and replacement. Attention has focused in particular upon the moment of crisis itself, a concept much invoked but rarely conceptualized or further explicated in the existing literature.* [...]

Crises, he suggests, can be viewed as moments in which actors' perceptions of their own self-interest become problematized. Consequently, the resolution of a crisis entails the restoration of a more 'normal' condition in which actors' interests are once again made clear and transparent to them. (HAY, 2008, p.67)

A pandemia de COVID-19 é, por si só, um momento de crise e incerteza. Como crise sanitária, apresenta seus desafios, potencializados quando associados ao contexto político, social e econômico brasileiro (AVRITZER, 2020). Para além da crise sanitária, fator exógeno, já aqui enfrentávamos crises internas expressas por um esgarçamento das relações entre Estado e sociedade, amplificado pela alta desigualdade social, violência estatal e a falta de recursos para políticas e serviços públicos. Nos últimos seis anos, e mais fortemente desde a eleição de Jair Bolsonaro, observamos o enfraquecimento das instituições democráticas (AVRITZER, 2019), acompanhado de retrocessos e reacionarismo político e social. Alguns sintomas disso são o menosprezo pelas instituições de controle; os ataques ao Poder Judiciário, ao mesmo tempo que este tem sido responsável por impedir alguns retrocessos em vários momentos; o aumento da violência política; a perseguição aos ativismos, ocasionando inclusive na saída de vários atores sociais do Estado; o esvaziamento e extinção dos espaços participativos, sendo o primeiro deles justamente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Soma-se a implementação de uma política econômica neoliberal que preza pela retração do Estado – a qual não tem paralelo nem com aquelas instituídas por Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990 –, promovendo a desregulamentação e diminuição dos investimentos em setores que seriam chave para o enfrentamento à pandemia de maneira adequada (MASCARO, 2020). Almeida (2021) avalia que a política neoliberal inviabiliza que o Estado atue em prol da igualdade política, da justiça e de direitos. De igual modo, esse mesmo Estado liberal se vê cada vez mais questionado porque, embora alguns avanços tenham sido feitos desde a redemocratização, as políticas que retrocedem em garantias advindas de lutas históricas estão sendo discutidas e/ou implementadas cotidianamente no Brasil. Essa crítica se vê de maneira muito contundente sob a perspectiva das periferias – ainda porque, de fato, sequer chegaram a alcançar integralmente os direitos então conquistados –, colocando em xeque a capacidade estatal para atender a demandas complexas e agir no sentido de preservar as vidas brasileiras.

Todo esse cenário prévio já estimulava a criação dos seus próprios quadros interpretativos, que foram interpelados pela pandemia. Isso fica evidenciado no cruzamento de várias pautas e demandas que demonstram como desigualdades estruturais dificultaram o combate ao novo coronavírus nas periferias. Como situações que estão imersas uma na outra, é difícil (na verdade, nem é desejável) dizer onde uma começa e a outra termina. Resta-nos tentar evidenciar como os quadros interpretativos elaborados no cenário pandêmico refletem enquadramentos sobre Estado que possivelmente já incorporaram as dimensões das crises internas que vinham acontecendo.

Frente a esses desafios, a pandemia se tornou um momento de grande mobilização social, à medida em que as autoridades públicas e alguns setores da sociedade negavam a sua gravidade (ABERS; VON BÜLOW, 2020b; ABERS; ROSSI; VON BÜLOW, 2021). A pandemia demandou reações de diversos setores da sociedade e, em especial, das periferias. A maneira como ela foi (e ainda está sendo) vivenciada pelas comunidades, dado o descaso estatal com as particularidades que as afetam, só pode se tornar pública por meio da ação coletiva e da disputa de narrativa sobre a situação. Existem disputas tanto relacionadas à definição do que é a pandemia e como está sendo vivenciada; quanto com relação a quais são as soluções, o que vem depois, o que seria o “novo normal”.

É importante destacar que a construção dos quadros é um processo que pode ser bastante controverso. A razão disso é que os quadros, imersos na situação problemática, podem variar conforme mudanças no contexto – já que os próprios atores podem variar suas crenças e demandas no desenrolar dos acontecimentos –, assim como diferentes atores constroem quadros distintos sobre um mesmo contexto (DIAS, *et al.*, 2020; ABERS; VON BÜLOW, 2020b). A pandemia no Brasil é especialmente problemática para a construção dos quadros. Primeiro porque, no início, ninguém conhecia ao certo o que era o novo coronavírus, quais eram as maneiras mais seguras de prevenção, quais as taxas de contágio e mortalidade. Isso, por si só, já é elemento de incerteza.

Segundo, sequer houve tempo o suficiente para os movimentos sociais e a sociedade refletirem e compreenderem o que era a crise, uma vez que as vulnerabilidades as quais estão expostas as comunidades periféricas tornaram imperativo a realização de ações emergenciais enquanto tentava-se desvendar a crise. Terceiro, somando a isso o cenário político e socioeconômico, dificulta-se a interpretação do problema e definição de quais seriam as melhores formas de contorná-lo. Em um cenário tão incerto, a necessidade de agir em demandas urgentes torna ainda menos definidas as perspectivas quanto ao fim do momento de indefinição e nem o que, afinal, será encontrado do outro lado (ABERS; VON BÜLOW, 2020b; ABERS; ROSSI; VON BÜLOW, 2021).

No início da pandemia, ninguém tinha real noção da dimensão que o problema poderia tomar, sequer que duraria por tanto tempo. Assim, as primeiras ações realizadas nas periferias eram voltadas para a “tradução”⁶² das orientações do governo sobre as medidas de prevenção e

⁶² Um exemplo nos *cards* da campanha #CoronaNasPeriferias, disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Materiais_e_audiovisuais_sobre_coronav%C3%ADrus_produzidos_pela_e_para_favelas#.23CoronaNasPeriferias:_Manual_de_como_n.C3.A3o_vacilar_em_tempos_de_Coronav.C3.ADrus>.

para explicar a importância do isolamento social. O espaço de tempo foi curto entre realizar essa ação e perceber que boa parte dessas orientações eram inviáveis. A falta de acesso à água e saneamento básico, as condições de moradia precárias e as condições de trabalho dos moradores foram os principais inviabilizadores. Com isso, vários coletivos de comunicação das periferias, que haviam iniciado o processo de “tradução”, junto a outras organizações, se reorganizaram para atender esse cenário emergencial, ordenando e distribuindo doações, dando apoio às famílias e mantendo as atividades de comunicação.

A gente começou com umas campanhas de conscientização, umas campanhas que inicialmente era para divulgar os perigos do coronavírus, os cuidados que as pessoas deveriam ter. Só que a gente começou a se deparar com muitos problemas. Quando a gente colocou uma faixa no Complexo do Alemão escrito “Lave suas mãos com água e sabão regularmente”, muitos moradores começaram a nos questionar. Porque a gente estava colocando aquela faixa, mas muitos moradores estavam sem água dentro de casa. E as pessoas falavam assim: “Como eu vou lavar minha mão com água e sabão, se eu não tenho água dentro da minha casa?”. E a gente começou a se deparar com o primeiro problema. E a gente começou a fazer uma pressão na companhia estadual de água, começamos a levar para a mídia, muitos jornais, muitas emissoras de televisão começaram a falar sobre. A gente começou a pautar isso na mídia, sobre o problema da falta d’água, porque querendo ou não a água é o jeito mais barato né, lavar a mão com água e sabão é o jeito mais barato de higienização. (RENÉ SILVA *apud* OXFAM, 2020)

Algumas dessas organizações das comunidades foram formadas após a pandemia, contudo, a maioria delas estava baseada em organizações mais estruturadas e previamente existentes. É o caso dos coletivos estudados nesta pesquisa – Agência Mural, Periferia em Movimento, Periferia em Foco, Tela Firme, RUAS, Voz das Comunidades e Coletivo Papo Reto –, e também de outros, como as ações da CUFA Nacional e da Periferia Viva⁶³. Em qualquer caso, existe um fator fundamental que é a presença de uma forte capacidade organizacional, associada ao conhecimento profundo sobre a realidade, necessidades e vulnerabilidades às quais estão expostas as comunidades, e à experiência prévia desses atores para atuarem em situações de emergência, tais quais deslizamentos de terra, enchentes e alagamentos.

Outro, pode ser encontrado na parceria do Redes da Maré com a Fiocruz: Se Liga no Corona, disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/cartaz_a3_se_liga_no_corona_ass_moradores.pdf>.

Outro exemplo é a cartilha elaborada pelo GT Saúde da População Negra do SBMFC, disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tH1eQeJMo6TgM55d9NF0yH5Sv1CMRCI-/view>>

⁶³ Para ver mais estratégias de mobilizações das periferias urbanas Brasil afora consultar repositório elaborado pelo Resocie. Disponível em: <<https://resocie.org/inicial/projetos-e-eventos/repositorio-pandemia/mobilizacoes-contra-o-novo-coronavirus/favelas-contra-o-corona/>>

Conforme mostram Abers e Von Bülow (2020a; 2020b), as estratégias de atuação no contexto da pandemia combinaram velhos e novos repertórios de ação. Boa parte do sucesso das iniciativas advém da reciclagem de práticas antigas, tais quais o uso de faixas e carros de som para comunicar e a busca por doações. Concomitantemente, foi preciso inovar nessas práticas para dar conta da realidade pandêmica: ampliou-se o uso das mídias sociais não só como espaço de comunicação, mas também como meio para organizar a logística das doações; manter contato entre doadores, comerciantes, receptores; e realizar prestação de contas das suas atividades. Além das inovações na logística presencial, como é o caso das reuniões dos presidentes de rua em Paraisópolis⁶⁴, respeitando o distanciamento social. E, na maioria das vezes, uma combinação de estratégias *online* e *offline*, como é o caso dos coletivos de comunicação das periferias que, enquanto realizavam ações presenciais para coletar e distribuir doações e auxiliar os moradores que enfrentavam os mais diversos desafios para realizar o isolamento social, agiam virtualmente para informar e conscientizar a comunidade e denunciar a realidade que estavam vivenciando.

É importante notar como ação e interpretação caminham lado a lado, se influenciando mutuamente. O fato de os coletivos de comunicação, e outras organizações que realizaram as ações emergenciais nas periferias urbanas, partirem para a ação antes mesmo de conseguirem avaliar concretamente a dimensão do problema que estavam enfrentando mostra não só a sua experiência com situações de crise, mas também o enquadramento das periferias com relação ao Estado e tratamento dado a elas por ele. Esse enquadramento que, conforme foi mostrado no capítulo 2, vem sendo construído há muitos anos, resultado da interação entre movimentos das periferias, comunidades periféricas e o Estado. Já era sabido, e esperado, com base nas experiências anteriores, que as periferias teriam que agir por si só para enfrentar o coronavírus nos seus territórios.

E, ao mesmo tempo em que agiam, os coletivos das periferias construíram diferentes interpretações sobre a pandemia, criando quadros interpretativos para este cenário e atualizando os seus próprios enquadramentos. Muitas vezes, ela era associada com outros problemas enfrentados pelas periferias: miséria, desigualdade social, violência, genocídio da população negra, falta de acesso à saúde e à educação, e crises ambientais. Isso porque, na avaliação deles, a situação só estava tão caótica em decorrência de questões estruturais – relacionadas a um modelo de desenvolvimento insustentável – existentes no país há anos que nunca foram propriamente enfrentadas. Logo, a pandemia não era a causadora da fome, ou do aumento do

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/g10favelas/posts/150419739858228>>

desemprego, mas sim um contexto que desafia e revela um histórico de negligência com essas comunidades.

Uma das questões que foi muito desafiante pra nós é que, no primeiro momento – embora a pandemia tenha mostrado agora a sua conta, sua fatura de mais de 100 mil mortos e uma tragédia na questão da saúde –, ela foi inicialmente um problema econômico quando você tinha já milhões de desempregados no Brasil. A maioria da favela vivendo na informalidade, mais de 50% das pessoas na informalidade. Não houve aquele monte de emprego que a reforma trabalhista prometeu. Mais uma promessa dessa agenda, desse discurso de menos Estado participando da economia, deu nisso de novo, não temos esses empregos. [...]. As pessoas estão falando que a gente tá no mesmo barco, a gente pode estar no mesmo naufrágio, mas no meio desse naufrágio a gente teve mais de 100 mil que não tiveram nem boia, já se afogaram. [...]. **E é importante a gente trazer, tá todo mundo comentando do Covid, da desigualdade, mas o Covid não é o causador da desigualdade. O Covid, na desigualdade social brasileira é mais uma peça nesse cabide de tragédias sociais que a desigualdade pariu. E aí quando você vai pra favela você vê que a favela já é isolada socialmente de direitos básicos (PRETO ZEZÉ *apud* UNFPA, 26 ago., 2020, grifos nossos).**

É especialmente com relação a esses quadros interpretativos da pandemia, elaborados pelas comunidades periféricas como um todo, e pelos coletivos de comunicação das periferias em específico – com relação à situação de crise, às respostas das periferias, à ação do Estado nos territórios –, que se centra esta dissertação. Nas seções seguintes nos debruçaremos sobre os dados coletados e analisados para este trabalho, nos valendo, sempre que necessário, de materiais coletados via entrevistas, *lives* e *podcasts* para complementar a análise realizada.

3.3 – Enquadrando a pandemia

É importante lembrar que, conforme explicitado no capítulo 1, o que será apresentado aqui são os quadros interpretativos elaborados na conjuntura da pandemia de COVID-19 no Brasil. Ainda assim, é preciso ter em mente que esses quadros estão diretamente relacionados aos enquadramentos das periferias que vêm sendo construídos há muitos anos, como foi evidenciado no capítulo 2. Em especial, têm relação com os enquadramentos interpretativos referentes à maneira como as comunidades das periferias veem, lidam e interagem com o Estado e interpretam as ações dele. E aqueles voltados para como veem a si próprias, não só demandas e necessidades, mas também potencialidades e agências periféricas. O que estou observando, portanto, é a aplicação, adaptação e, na medida do possível, transformação desses enquadramentos na elaboração dos quadros interpretativos sobre a pandemia. E, além disso, a

transformação dos próprios quadros com o passar dos meses, conforme as novas informações apresentadas pelo contexto e as mobilizações dos atores em torno da crise.

Foi realizada coleta das páginas dos coletivos no *Facebook* e no *Twitter* e de publicações que utilizaram as *hashtags* criadas pelos coletivos para disseminar mensagens sobre a pandemia nas periferias. As *hashtags* foram importantes filtros para esta coleta, porquanto permitem delimitar o retorno apenas daqueles tuítes que tenham relação com elas. Por um lado, isso é bom porque garantiu que todos, ou pelo menos a maioria dos tuítes coletados, tivessem relação com os temas de interesse desta pesquisa. Por outro lado, tuítes que não continham essas *hashtags*, mas que tratassem do assunto, não foram alcançados.

A coleta das *hashtags* agrega publicações que as contenham, independentemente de quem realizou a publicação. Desse modo, nesse formato, por mais que a maioria das publicações tenha sido feita diretamente pelos coletivos ou por suas lideranças – já que foram eles que mobilizaram as *hashtags*, incentivando agregar informações e relatos das periferias nelas –, foram coletadas publicações feitas por outras pessoas que não dos coletivos, mas que utilizaram alguma dessas *hashtags*, incluindo retuítes das publicações dos coletivos. O foco da análise foi, portanto, nos tuítes e retuítes, em detrimento dos comentários e menções para garantir que a análise de conteúdo fosse feita somente nas postagens associadas ao tema.

Como o interesse foi especificamente na situação da crise do coronavírus e os coletivos já lançaram as *hashtags* com o intuito de mobilizar as suas redes em torno dessa pauta, agregando as publicações relacionadas a isso, foi nelas que nos baseamos. Portanto, os filtros de coleta foram as *hashtags*: "#CoronaNasPerifas", "#CoronaNasPeriferias", "#Covid19nasPeriferias", "#COVID19NasFavelas", "#DiarioDeUmFaveladoNaPandemia", "#CovidNasFavelas", "#CoronaNasPeriferiasEFavelas", "#JacarezinhoContraOCoronavirus", "#Covid19PeriferiasBelem", "#covid19nafaveladoaço", "#favelacontraovirus".

Foi realizada, ainda, a coleta de publicações feitas apenas pelos coletivos, extraíndo todas as publicações nas suas páginas tanto no *Facebook* como no *Twitter*. Esta coleta foi feita no dia 25 de agosto de 2020, posteriormente limitei as publicações apenas àquelas que foram postadas de 16 de março até o dia 30 de junho de 2020. Também coletei as publicações dos perfis das lideranças dos coletivos no *Twitter*, contudo, várias mensagens nesses perfis não tinham qualquer relação com os temas de interesse. Como o filtro possível para evitar a coleta de publicações alheias era justamente as *hashtags*, que já estavam sendo coletadas, e já tinha um corpo bastante robusto de dados, optei por desconsiderar as publicações dos perfis das lideranças.

Uma informação importante é que não foram encontradas, até o fim da coleta, páginas no *Twitter* dos coletivos Tela Firme e Força Tururu, com isso as publicações desses coletivos são as que foram feitas por meio das *hashtags*, por suas lideranças, e nas páginas do *Facebook*. Entendo que isso não prejudica a análise realizada, porque esta não se trata de uma pesquisa comparativa. Ao contrário, busco compreender, de maneira ampla, um cenário das periferias e dos coletivos de comunicação das periferias.

A coleta das *hashtags* em *streaming* no *Twitter* exportou mais de 45 mil publicações válidas. Em razão disso, foi feita uma seleção por amostragem aleatória de 10% desses tuítes, conforme os períodos categorizados (início, pico e queda da contaminação) e o total de dados extraídos. A amostra aleatória também foi feita utilizando código de programação *Python*, totalizando 4.553 tuítes nessa modalidade.

A coleta de *hashtags* via *search* em código *R* retornou 12.570 publicações, das quais também extraímos uma amostra aleatória de 10% utilizando o mesmo código *Python* realizado para a amostragem da coleta *streaming*, totalizando 1.257 tuítes nessa modalidade. A extração das publicações dos perfis dos coletivos no *Twitter* foi feita mediante uma coleta *search*, mas utilizando um código de *Python*. Para cada um dos coletivos também foi extraída uma amostra aleatória de 10%, independentemente da quantidade de publicações coletadas. Assim, a amostra retirada de cada coletivo no *Twitter* ficou como se segue: Voz, 231; RUAS, 19; Periferia em Movimento, 28; Periferia em Foco 7; Papo Reto, 134; Agência Mural, 69.

Por sua vez, a coleta de dados do *Facebook* também foi feita através de código em *R* para requisição de dados direto da *API*. Essa é uma mídia social com uma *API* muito mais limitada que o *Twitter*, a amostragem de dados extraídos nessa mídia é bem menor. Além disso, atualmente vários aplicativos que eram utilizados para a coleta e outras técnicas não são possíveis de serem utilizados, ou retornam dados ruins. A limpeza dos dados foi feita utilizando código em *Python*, contudo, como a quantidade de dados nessa coleta já é baixa (no comparativo com o *Twitter*), não foi feita amostragem. Com isso, a quantidade de publicações de cada coletivo no *Facebook* foi: Voz, 803; Tururu, 21; Tela Firme, 97; RUAS, 164; Periferia em Foco, 355; Periferia em Movimento, 162; Papo Reto, 53; Agência Mural, 320.

As diferenças observadas na quantidade de publicações das páginas dos coletivos no *Twitter* e no *Facebook* são exemplos das diferenças de organização e institucionalização de cada coletivo. Também estão relacionadas às estratégias de comunicação de cada um, ou seja, qual mídia social é privilegiada com base no constrangimento ou estímulo proporcionados pela arquitetura de cada plataforma; visibilidade; e tipos de conteúdo que podem ser veiculados em cada uma. Esses são elementos que mudam de um coletivo para o outro, porque a maneira como

o algoritmo se comporta para cada página depende de alguns elementos como engajamento, alcance, quantidade de seguidores, entre outros. Além disso, são consequência das diferenças de acesso à internet, permeabilidade e facilidade de uso das mídias sociais em cada território.

O *Facebook*, por permitir postagens maiores e dar mais visibilidade às páginas (em detrimento de perfis), é mais utilizado para as postagens dos coletivos, especialmente aqueles que fazem dele uma espécie de *blog* para divulgar suas reportagens. Por seu turno, o *Twitter* valoriza mais o uso de *hashtags*, as postagens de perfis de pessoas e não organizações, e tem uma limitação da quantidade de caracteres em 280. Embora ambas as mídias permitam o uso de recursos de imagens, audiovisuais, outros links para complementar as publicações, as análises feitas nesta dissertação se limitaram ao conteúdo dos discursos em texto. Com isso, ao final, o banco de dados analisado totaliza 8.273 publicações.

Após a coleta, realizei a análise de conteúdo das publicações em *software* de análise qualitativa Atlas.ti, versão 8.0⁶⁵. Isso viabilizou a criação de códigos que identificam as interpretações e visões dos coletivos de comunicação das periferias com relação à pandemia da COVID-19. A análise foi feita de forma não apriorística, ou seja, os códigos foram criados no decorrer da análise. Ela foi realizada em todo o banco de dados, sem discriminar o que vinha do *Twitter* daquilo que vinha do *Facebook*. Ou seja, todos os códigos contêm publicações tanto do *Twitter* quanto do *Facebook* em todas as modalidades de coleta. Embora, como será visto adiante, para a elaboração de alguns gráficos específicos, eu tenha feito a filtragem dos documentos que continham apenas as publicações dos coletivos (tanto no *Twitter* como no *Facebook*) e não os que continham as publicações de *hashtags*, de *streaming* ou *search*, do *Twitter*.

Foram criados 128 códigos para todo o corpo de dados analisado, contudo apresento aqui uma tabela sistematizando apenas os 20 temas mais citados no geral⁶⁶. A categorização dos temas foi um processo lento e cheio de idas e vindas. Por vezes, só depois de ter passado por várias publicações me dava conta de que era preciso categorizar outro tipo de situação, então voltava e reavaliava o que havia feito. Por essa razão, esta é uma categorização ainda exploratória, uma primeira tentativa de apreender e sistematizar a riqueza de informações encontradas nesse banco de dados⁶⁷.

⁶⁵ Para verificar aspectos mais técnicos da metodologia utilizada nesta pesquisa, checar o anexo metodológico.

⁶⁶ A tabela completa está anexada a esta dissertação.

⁶⁷ O banco de dados completo com as amostras analisadas e códigos pode ser acessado no Dataverse:
<https://doi.org/10.7910/DVN/6IGG09>

Tabela 1 - Temas

Quadro	Descrição
Atuação dos coletivos	Citações que retratam a atuação dos coletivos como algo positivo.
Violência policial	Citações que criticam a violência policial nas periferias
Fonte - comunidade	Citações que identificam a comunidade e/ou os coletivos como a fonte de informação de determinado assunto
Doações	Citações que mobilizam para doações, relatos dos momentos de entregadas doações, falam sobre a importância das doações
Isolamento - desafios	Citações que retratam como as condições de vida nas periferias torna o isolamento social impossível
Crítica ao governo estadual	Citações que criticam a ação do governo estadual nos territórios e/ou condução da pandemia em geral
Medidas de Prevenção - Apoia	Citações que indicam apoio/importância das medidas de prevenção
Conscientização	Citações que buscam conscientizar as pessoas sobre os riscos do vírus, explicar sobre a doença
Atuação comunidade	Citações que relatam a atuação da comunidade não-organizada em coletivos, de maneira espontânea
Crítica aos políticos/governos	Citações que criticam os governos/políticos de maneira geral, sem identificar esfera federativa ou cargo público
COVID-19 impacta mais pretos e pobres	Citações que afirmam que a Covid-19 impacta mais pessoas pretas e pobres
Crítica ao governo federal	Citações que criticam a ação do governo federal nos territórios e/ou condução da pandemia em geral
Luto pelos nossos	Citações que expressam sentimento de luto pelas mortes nas periferias, tanto por COVID-19 quanto por violência policial
Solidariedade	Citações que solidariedade e apoio a iniciativas solidárias realizadas de forma espontânea pela comunidade (não inclui doações)
Fome	Citações que expressam a fome e/ou insegurança alimentar como um agravante da pandemia e impeditivo do isolamento social

Quadro	Descrição
Saúde	Citações que falam sobre a situação da política pública de saúde (falta de materiais, atendimento médico, testes, atenção básica, filas, etc.)
Auxílio emergencial	Citações que mostram as dificuldades financeiras enfrentadas e a importância da aprovação do auxílio emergencial
Favela é resistência	Citações que não falam especificamente sobre atuação da comunidade ou dos coletivos, mas de maneira geral que a favela sempre resistiu e cuidou dos seus.
Falta de organização no governo	Citações que afirmam que os governos não têm organização nem planejamento interfederativo para combater a pandemia
Condições trabalhistas	Citações que retratam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores das periferias na pandemia.

Fonte: elaborado pela autora com base na análise de conteúdo realizada no Atlas.ti.

É importante observar que a análise feita não objetivou classificar os quadros de interpretação em diagnóstico, prognóstico ou motivacional, como prevê a literatura de enquadramentos interpretativos de movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000). Como dito no capítulo 1, o objetivo desta pesquisa é compreender os enquadramentos e quadros interpretativos menos sob seu aspecto estratégico e mais como um processo de significação interativo entre atores e contexto. A decisão de não fazer essa classificação também foi tomada por algumas razões. A primeira delas é que o conjunto de dados aqui analisado se limita às publicações feitas no *Twitter* e no *Facebook* e, conforme observado no capítulo 1, entendo que não é possível complexidade dos enquadramentos, principalmente, e dos quadros interpretativos apenas com os dados que disponho, que partem apenas de um tipo de discurso. Aquilo a que temos acesso, nesse caso, está limitado às possibilidades oferecidas por cada meio de comunicação e forma de realização do discurso. No caso do *Twitter*, por exemplo, a limitação é bem objetiva: 280 caracteres.

A segunda razão se deve ao fato de que, de acordo com o explicitado nos capítulos 1 e 2, os sujeitos desta pesquisa apresentam diferenças sociais que necessariamente afetam os dados coletados. Por mais que sejam coletivos de comunicação – que já utilizavam em alguma medida as mídias sociais para sua atuação, que têm conhecimento e se apropriaram dessas ferramentas –, a limitação de acesso à internet e uso das mídias sociais, as diferentes estratégias de uso delas, e até mesmo as diferenças de estratégias e ações que “funcionam” em cada território impactam na frequência e qualidade do conteúdo publicado nas mídias sociais por cada coletivo analisado.

Dessa forma, a apropriação qualitativa dos enquadramentos e quadros interpretativos deles seria mais bem feita com a possibilidade de empregar métodos como entrevistas ou trabalho de campo, os quais foram inviabilizados pelo contexto pandêmico.

A terceira razão é que, como já dito, em geral, os estudos voltados para analisar os enquadramentos interpretativos de movimentos sociais focam no uso dos enquadramentos para oportunizar a aproximação de novos aderentes e estimular a mobilização e participação das pessoas. Todavia, embora o fator mobilização esteja presente nas análises aqui realizadas, ele não é o foco prioritário. O objetivo principal é compreender as visões e percepções com relação ao contexto pandêmico, de maneira ampla; às ações estatais nas periferias; com relação a si próprias e suas atuações; e como tudo isso se alterou (ou não) ao longo do período investigado. Quer dizer, não necessariamente com foco na mobilização, afinal de contas este não é o único objetivo visado pelos movimentos sociais. A construção de enquadramentos interpretativos é raiz constituinte dos próprios movimentos independentemente de qualquer mobilização vislumbrada.

A quarta razão está relacionada ao próprio contexto no qual está inserida esta pesquisa. A conjuntura da pandemia dificulta, para os atores, a elaboração de quadros interpretativos ainda mais quando se considera o contexto político, social e econômico que já vivenciávamos. De igual modo, é difícil, para a pesquisadora, discernir, através da análise de conteúdo, o que é colocado como diagnóstico ou prognóstico ou motivação. Ainda assim, entendo a importância de identificar esses elementos, ou minimamente interpretações que caminhem nesse sentido. A saída encontrada para tal imbróglio foi apostar na possibilidade de coocorrência dos diferentes temas categorizados, que será mais bem explicado e ilustrado a seguir. Dessa forma, o quadro “Racismo” poderia estar associado tanto ao quadro “Mobilização offline” – situação na qual possa remeter a um fator motivacional –, como ao quadro “Crítica ao governo estadual” – situação na qual possa se referir a um diagnóstico (o que não exclui que o diagnóstico, em si, seja motivador).

Assim, as categorias foram criadas a partir da seguinte lógica: a) cada publicação poderia ser identificada com mais de uma categoria; b) buscava-se tentar identificar demandas/pautas relacionadas a direitos e serviços; c) buscava-se identificar a quem se direcionava tal demanda/pauta; d) buscava-se identificar se tal direcionamento se tratava de uma crítica ou apoio; e) buscava-se identificar ações realizadas; f) buscava-se identificar quem as realizou; g) buscava-se identificar se a ação estava relacionada a alguma demanda/pauta. Abaixo um exemplo, extraído da amostra do coletivo Tururu:

Muito trabalho desde que começamos a quarentena. Os retornos tem sido massa. Muita conversa com as pessoas conscientizando da importância de se proteger, entrega de vários materiais: gráficos, cestas básicas, kits de higiene e limpeza. Precisamos que a prefeitura, que os governos estejam mais presentes porque esse é o trabalho que eles deveriam estar fazendo.
#Avante #CoronaNasPeriferias #Prevenção #Solidariedade #Respeito

Nesse caso, o trecho grifado em rosa-salmão foi categorizado como “Atuação coletivos”, já que se trata da ação de um dos coletivos. O trecho em verde-água foi categorizado como “Conscientização”, caracterizando do que se tratava a atuação do coletivo. O trecho em amarelo, foi categorizado como “Doações”, outra caracterização da atuação dos coletivos. O trecho em laranja foi categorizado como “Crítica ao governo municipal”, porque está identificado a qual governo dirige a crítica. E o trecho em roxo identifica a crítica em si, categorizada como “Nunca deu nada pra noiz”, a qual sugere que o governo nunca fez nada para atender as periferias.

A seguir, outro exemplo extraído da amostra do *Twitter*, post do ativista do Coletivo Papo Reto e integrante do Gabinete de Crise do Alemão, Raul Santiago:

ACONTECEU 😞 Confirmado o primeiro caso de #coronavírus no Complexo do Alemão.
🤔📢 | #Covid19NasFavelas
Seguiremos firmes e com os cuidados necessários no #GabineteDeCriseDoAlemão, fazendo o trabalho de prevenção ao vírus, conscientização de moradores e combate à fome!

Nesse caso, todo o trecho em rosa-salmão foi categorizado como “Divulgação dos casos e mortes”, porque se trata de uma informação sobre os casos e mortes por coronavírus nas periferias. O trecho em verde-água foi categorizado como “Atuação dos coletivos” e “Medidas de Prevenção - Apoia”, porque relata a atuação do Gabinete de Crise do Alemão, ressaltando a atenção aos cuidados necessários. O trecho em amarelo foi categorizado como “Conscientização”, caracterizando a atuação do coletivo. E o trecho em laranja como “Fome”, porque se refere à fome como demanda/pauta na pandemia.

Para cobrir os principais aspectos que interessam a esta pesquisa, agreguei os temas em quatro grandes quadros: a) aqueles mais relacionados às demandas/pautas por direitos e serviços; b) aqueles que traziam as perspectivas quanto ao Estado; c) os que retratavam a

atuação dos coletivos e impressões sobre si próprios; d) os que falavam sobre as medidas preventivas adotadas em decorrência da pandemia. Na subseção abaixo, apresento os principais resultados em relação a esses quatro quadros.

3.3.1 Os quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias

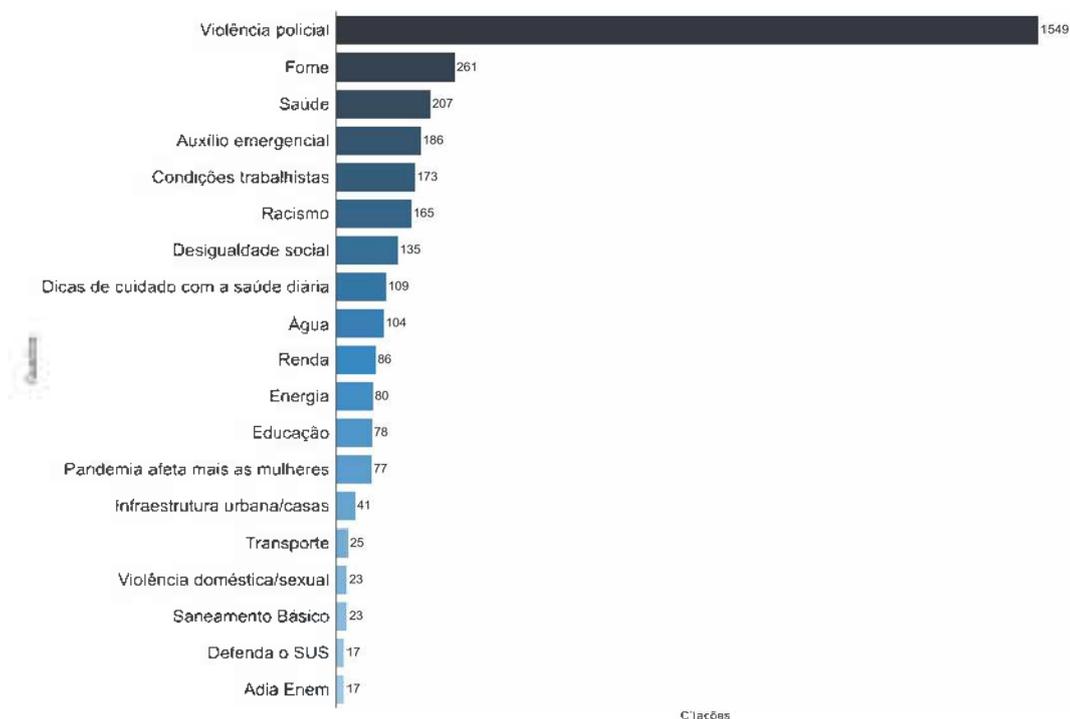
No que se refere às demandas/pautas por direitos e serviços observadas na análise, esperava-se que questões como a fome ou a infraestrutura urbana e das casas aparecessem em primeiro lugar, como fatores centrais que afetam o cumprimento das medidas preventivas nas comunidades e suas demandas mais urgentes. Contudo, a violência policial é indicada como a principal pauta/demanda das periferias urbanas. Para compreender isso é preciso lembrar a relação no mínimo conturbada que elas têm com a polícia há décadas (como explicitado no capítulo anterior). Esta é, na realidade, a imagem mais frequente da presença do Estado nesses territórios e se apresenta de maneira brutal. Esta categoria aparece primeiro não por acaso, mas sim porque, em meio a maior crise sanitária vivida nos últimos tempos, foram relatados vários casos de abuso e assassinatos cometidos pela força policial nesses territórios. Esses são episódios que marcam o cotidiano das comunidades e que geram grade mobilização, em especial nas mídias sociais, na tentativa de denunciar e chamar a atenção.

Operação na Cidade de Deus em meio a pandemia mundial de COVID-19.
É assim que o Estado trata os cidadãos das favelas. Repressão, medo e tiro é política pública pro senhor? @wilsonwitzel
#Covid19NasFavelas <https://t.co/FATnzqfeFK> (Texto de tuíte de seguidor que utilizou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

Posteriormente, aparecem temas relativos à fome, acesso à saúde, auxílio emergencial. Ainda, outros quadros, como “Racismo” e “Pandemia afeta mais a mulheres”, também colaboram para exemplificar a articulação que conecta a situação da pandemia com outros problemas mais antigos e estruturantes do Brasil. A esse tipo de ação Benford e Snow (2000) deram o nome de articulação de enquadramentos (*frame bridging*), ou seja, realizar a conexão entre dois ou mais enquadramentos congruentes, mas que estavam desconectados.

Na favela a comida vai ser mais eficiente que o álcool em gel para combater ao novo coronavírus. Como manter as pessoas em casa, se elas não tiverem o que comer? Esse é um desafio muito grande pro nosso país. Mostra só o quanto somos desiguais (Texto de tuíte de liderança do Voz das Comunidades retirado da amostra analisada).

Gráfico 1 - Direitos e serviços



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: O gráfico 1 é um gráfico de barras horizontal apresenta os principais quadros de direitos e serviços observados na análise de dados. Os dados estão dispostos em ordem decrescente, com tons de azul em degradê. Na ordem de apresentação dos dados, com os respectivos valores: Violência policial, 1549; Fome, 261; Saúde, 207; Auxílio emergencial, 186; Condições trabalhistas, 163; Racismo, 165; Desigualdade social, 135; Dicas de cuidado com a saúde diária, 109; Água, 104; Renda, 86; Energia, 80; Educação, 78; Pandemia afeta mais as mulheres, 77; Infraestrutura urbana/casas, 41; Transporte, 25; Violência doméstica/sexual, 23; Saneamento básico, 23; Defenda o SUS, 17; e Adia Enem, 17).

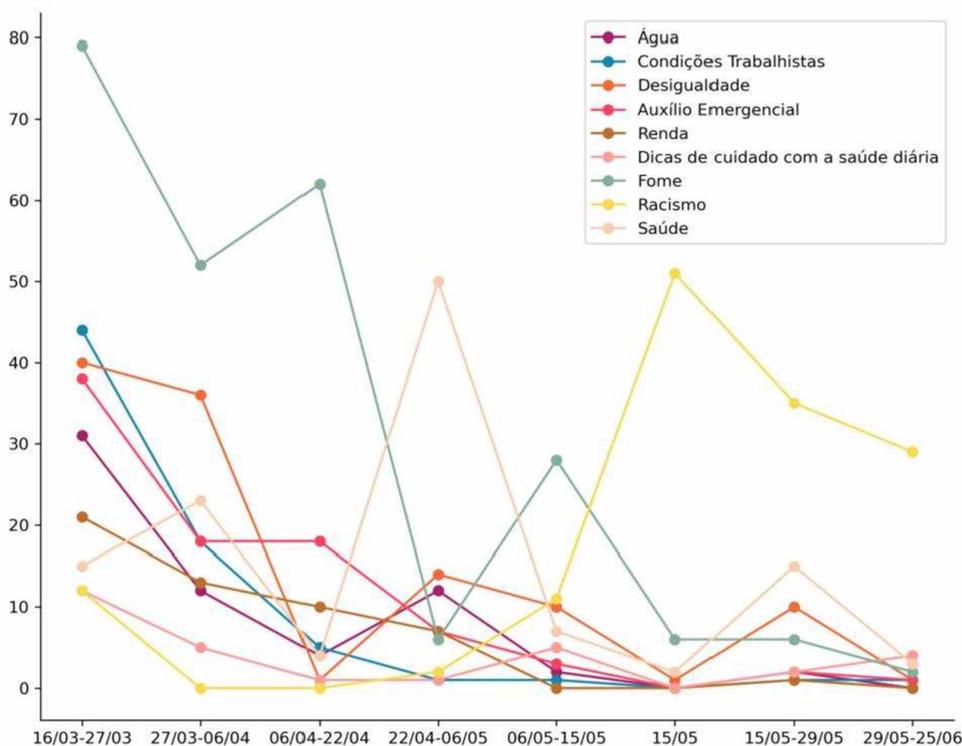
Os gráficos abaixo mostram a evolução das citações dos dez temas mais usados para o quadro demandas/pautas por direitos e serviços ao longo do período analisado. Destaco que, para esses dois gráficos que se seguem, utilizei apenas os dados coletados via *hashtags*, pela inviabilidade da separação por período das outras modalidades de coleta.

No gráfico 2, retirei o tema “Violência policial” para viabilizar a observação da flutuação das outras pautas. É interessante notar como, no início do período analisado, preocupações como a fome, a renda e as condições de trabalho tinham grande expressividade. Enquanto, posteriormente, no momento em que o auxílio emergencial estava sendo debatido e quando iniciaram os pagamentos, notamos seus valores declinarem⁶⁸. No início de maio, como as pessoas já estavam sofrendo, algumas sem emprego, outras sem conseguir receber o auxílio do governo, estas pautas têm novo pico. As dicas de cuidado com a saúde diária também cresceram à medida em que o isolamento se estendia, há uma diminuição em meados de maio,

⁶⁸ Ver também Castello *et al.* 2020. BOLETIM 17. Rede de Pesquisa Solidária.

provavelmente em decorrência do grande foco nas mídias sociais para a chacina que ocorreu no Complexo do Alemão. Depois, cresce novamente entre o fim de maio e junho, quando começaram a haver novos picos de contágio – ainda que este tenha sido o período avaliado, a priori, pelo Ministério da Saúde, como o momento no qual haveria um achatamento da curva.

Gráfico 2 - Direitos e serviços ao longo do tempo



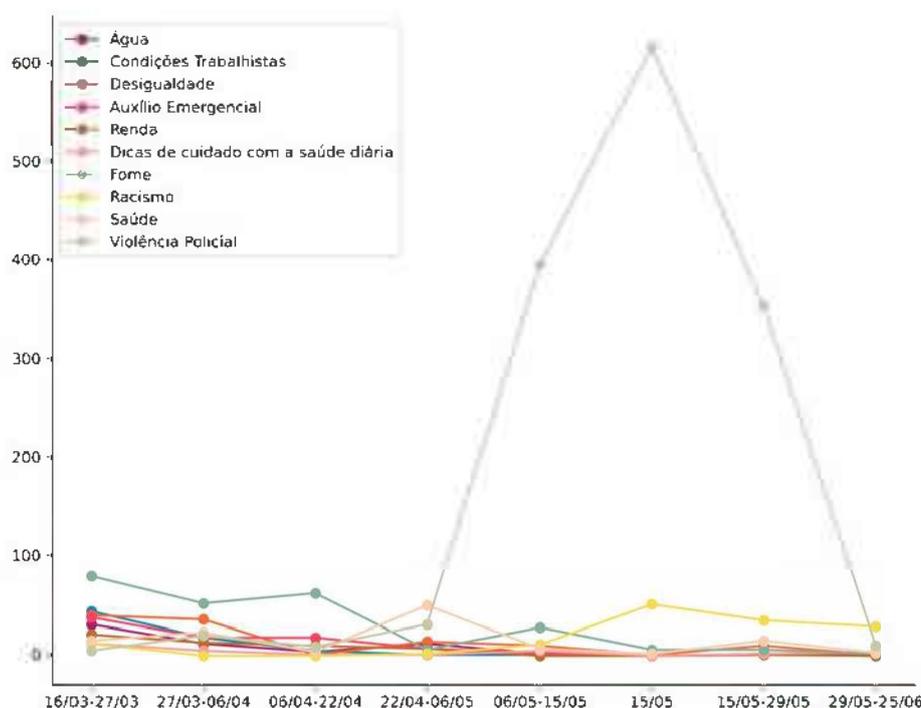
Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer O gráfico 1 é um gráfico de linhas apresenta os principais quadros de direitos e serviços observados na análise de dados, ao longo do período analisado. O eixo x tem oito marcações: de 16 a 27 de março; de 27 de março a 06 de abril; de 06 a 22 de abril; de 22 de abril a 06 de maio; de 06 a 15 de maio; dia 15 de maio; de 15 a 29 de maio; e de 29 de maio a 25 de junho. A linha roxa, que representa o quadro Água, tem marcações em: 31, 12, 4, 12, 2, 0, 2 e 0. A linha azul, que indica Condições trabalhistas, tem marcações em: 44, 18, 5, 1, 1, 0, 1, 1. A linha laranja, que representa o quadro Desigualdade social, marca em: 40, 36, 1, 14, 10, 1, 10, 1. A linha rosa-escuro, que indica Auxílio emergencial, marca em: 38, 18, 18, 7, 3, 0, 2 e 1. A linha marrom, que indica Renda, marca em: 21, 13, 10, 7, 0, 0, 1 e 0. A linha rosa-pastel, que indica Dicas de cuidado com a saúde diária, marca em: 12, 5, 1, 1, 5, 0, 2 e 4. A linha verde, que indica Fome, marca em: 79, 52, 62, 6, 28, 6, 6 e 2. A linha amarela, que indica Racismo, marca em 12, 0, 0, 2, 11, 51, 35 e 29. E a linha rosa-claro, que indica Saúde, marca em: 15, 23, 4, 50, 7, 2, 15, 3).

Já no gráfico 3, inseri o tema “Violência policial” com o intuito de observar a sua evolução e como um único dia foi central para os resultados encontrados neste estudo. O dia 15 de maio de 2020 foi marcado por uma chacina no Complexo do Alemão, ocasião que gerou grande mobilização nas mídias sociais, evidenciando a brutalidade de tal ato ainda mais levando em consideração o contexto pandêmico. Quase um mês depois, em 05 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a realização de operações policiais nas comunidades

periféricas, enquanto durassem as medidas restritivas em decorrência da pandemia de COVID-19⁶⁹. Também vale destacar que o tema que é mais expressivo junto ao pico do de violência policial, é o de racismo, sua expressividade já fica evidente no Gráfico 2. Isso mostra que racismo e violência policial são lados da mesma moeda e que isso está sendo denunciado, ou seja, que para os coletivos a interpretação com relação à ação truculenta do Estado nos seus territórios está relacionada ao racismo estrutural.

Gráfico 3 - Direitos e serviços ao longo do tempo - com quadro “Violência policial”



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer O gráfico 1 é um gráfico de linhas apresenta os principais quadros de direitos e serviços observados na análise de dados, ao longo do período analisado. O eixo x tem oito marcações: de 16 a 27 de março; de 27 de março a 06 de abril; de 06 a 22 de abril; de 22 de abril a 06 de maio; de 06 a 15 de maio; dia 15 de maio; de 15 a 29 de maio; e de 29 de maio a 25 de junho. A linha roxa, que representa o quadro Água, tem marcações em: 31, 12, 4, 12, 2, 0, 2 e 0. A linha azul, que indica Condições trabalhistas, tem marcações em: 44, 18, 5, 1, 1, 0, 1, 1. A linha laranja, que representa o quadro Desigualdade social, marca em: 40, 36, 1, 14, 10, 1, 10, 1. A linha rosa-escuro, que indica Auxílio emergencial, marca em: 38, 18, 18, 7, 3, 0, 2 e 1. A linha marrom, que indica Renda, marca em: 21, 13, 10, 7, 0, 0, 1 e 0. A linha rosa-pastel, que indica Dicas de cuidado com a saúde diária, marca em: 12, 5, 1, 1, 5, 0, 2 e 4. A linha verde, que indica Fome, marca em: 79, 52, 62, 6, 28, 6, 6 e 2. A linha amarela, que indica Racismo, marca em 12, 0, 0, 2, 11, 51, 35 e 29. A linha rosa-claro, que indica Saúde, marca em: 15, 23, 4, 50, 7, 2, 15, 3. E a linha cinza, que indica Violência policial, marca em: 5, 20, 9, 31, 395, 616, 353 e 10).

O segundo grande quadro, que se refere à forma como enxergam o Estado e suas ações nas periferias, está representado no gráfico abaixo. As coocorrências entre os quadros ainda não

⁶⁹ Ver mais em: <https://ponte.org/ministro-do-stf-proibe-operacoes-policiais-em-favelas-do-rj-na-quarentena/>

são apresentadas, contudo já é possível verificar algumas congruências entre um quadro e outro, que nos ajudam a compreender a leitura sobre esse momento. Embora as críticas à atuação do governo federal sejam muito maiores do que ao governo estadual – este inclusive tendo, por vezes, um posicionamento mais responsável com a maneira pela qual a pandemia deveria ser gerida (BARBERIA; *et al.*, 2020a; SOUSA; *et al.*, 2020a; SOUSA, *et al.*, 2020b) –, o tema “Crítica ao governo estadual” ainda aparece em primeiro lugar. Isso está relacionado ao resultado observado no gráfico anterior, já que o governo estadual é o responsável pela atuação das polícias nos territórios. Assim, ao mesmo tempo em que criticavam a violência policial, direcionavam essa crítica ao governo estadual.

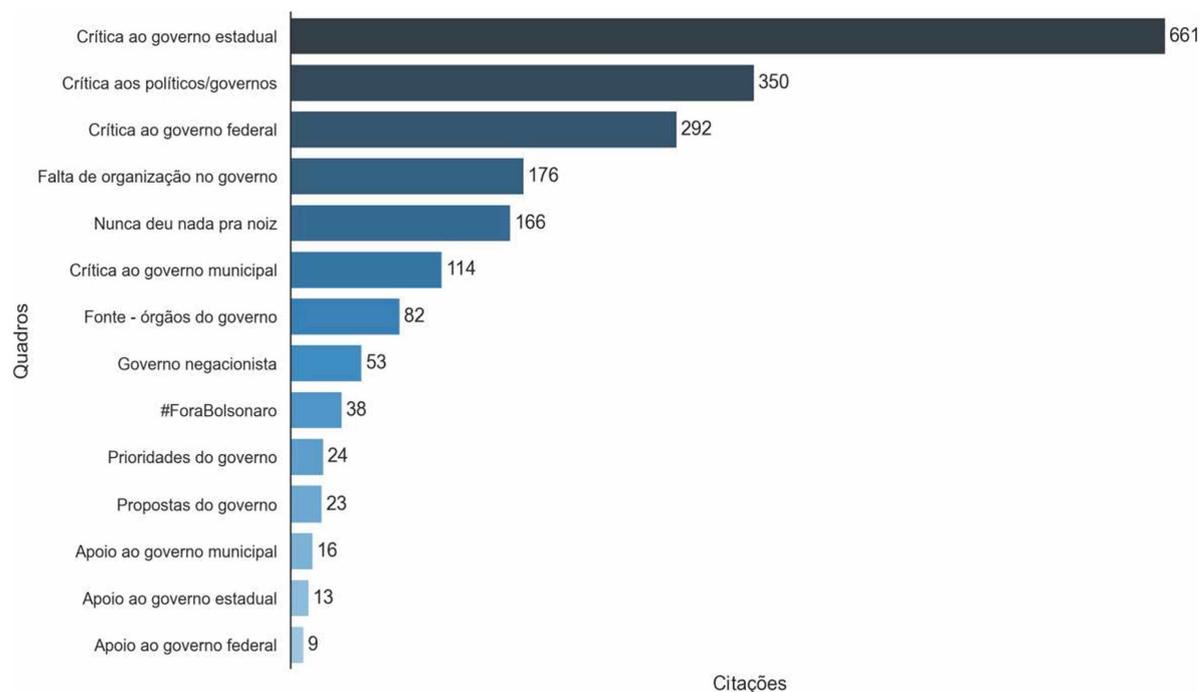
Depois de tanto pedir AJUDA para combater o corona, o governo manda a “AJUDA” dessa forma... Tirando vidas e a paz dos moradores do Complexo do Alemão (Texto de tuíte de seguidor que utilizou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

O segundo e o terceiro colocados nesse gráfico poderiam ser somados apenas em “Crítica ao governo federal”, já que, na maioria das vezes, embora não tivesse sido dito que se referia a ele, a demanda ou crítica referenciava algo de competência do governo federal. Não fiz a junção para manter a classificação como tal apenas quando o próprio ator fizesse referência. Os quadros seguintes, revelam as críticas à condução dos governos (federal, estadual e municipais) no momento da pandemia, assim como ressaltam que historicamente o Estado nunca atendeu às demandas das periferias de maneira adequada. No comparativo, as citações que expressam apoio às ações dos governos são praticamente inexpressivas. Isso está relacionado com os enquadramentos apontados no capítulo anterior, ou seja, a percepção de que a pandemia é só mais um momento – dentre tantos outros encontrados na interação entre as partes – no qual o Estado não garantiu acesso a direitos e serviços nesses territórios.

Não é só a falta de álcool em gel, mas pelas falas do presidente se percebe que falta inteligência para gerir o país. Estamos diante de uma situação caótica. <https://t.co/HZ1VRGi2lu> (Texto de tuíte de seguidor que utilizou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

@Brasil53565802 AS FAVELAS MAIS ORGANIZADAS QUE O MINISTÉRIO DO MADETA E DO BOZO.....É ASSIM QUE SE TRABALHA.....VIU MANDETA. <https://t.co/aFavObhYhq> (Texto de tuíte retirado de seguidor que utilizou as *hashtags* da amostra analisada).

Gráfico 4 - Estado

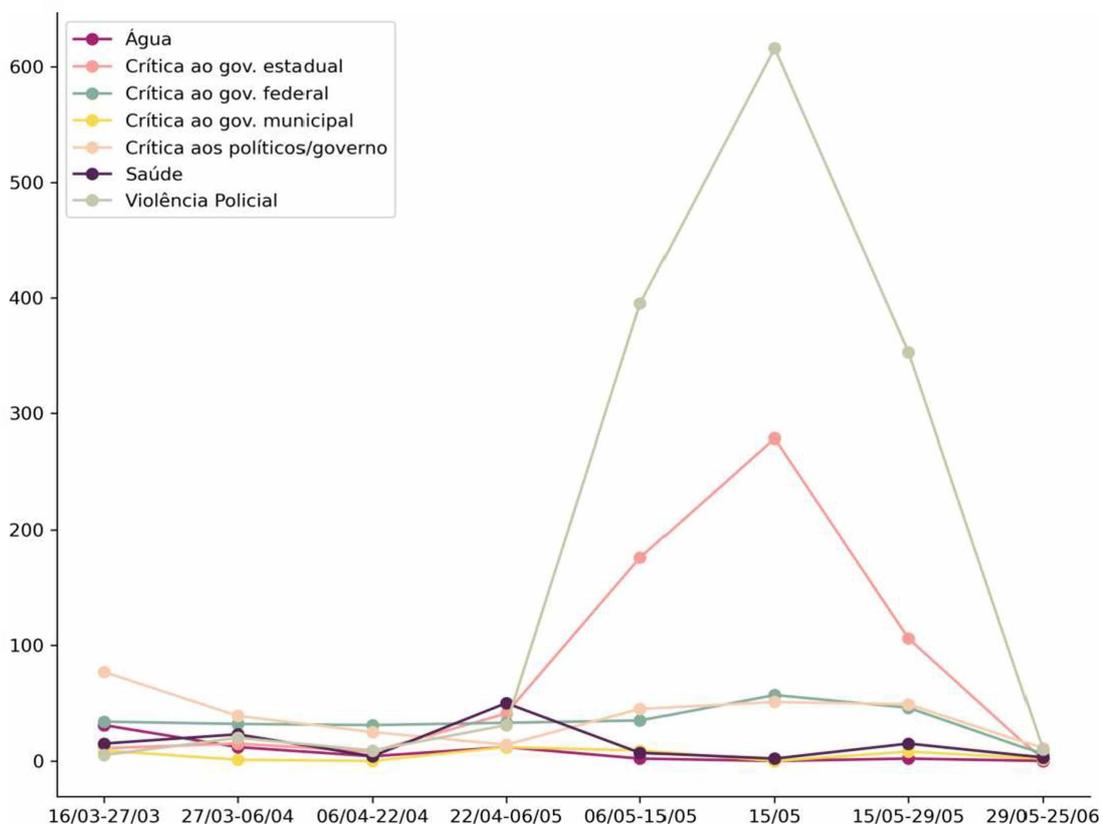


Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer O gráfico 2 é um gráfico de barras horizontal apresenta os principais quadros associados ao Estado observados na análise de dados. Os valores estão dispostos em ordem decrescente, com tons de azul em degradê. Na ordem de apresentação dos dados com os respectivos valores: Crítica ao governo estadual, 661; Crítica aos políticos/governos, 350; Crítica ao governo federal, 292; Falta de organização no governo, 176; Nunca deu nada pra noiz, 166; Crítica ao governo municipal, 114; Fonte - órgãos do governo, 82; Governo negacionista, 53; #ForaBolsonaro, 38; Prioridades do governo, 24; Propostas do governo, 23; Apoio ao governo municipal, 16; Apoio ao governo estadual, 13; Apoio ao governo federal, 9).

A aproximação entre as críticas ao governo estadual e a pauta da violência policial pode ser observada mais nitidamente no gráfico abaixo. Destaco que, para o gráfico que se segue, utilizei apenas os dados coletados via *hashtags*, pela inviabilidade da separação por período das outras modalidades de coleta. O Gráfico 5 apresenta a evolução das citações dos quadros sobre Estado juntamente com algumas das principais pautas. O mesmo pico observado no tema “Violência policial” também é visto no tema “Crítica ao governo estadual”.

Gráfico 5 - Estado ao longo do tempo



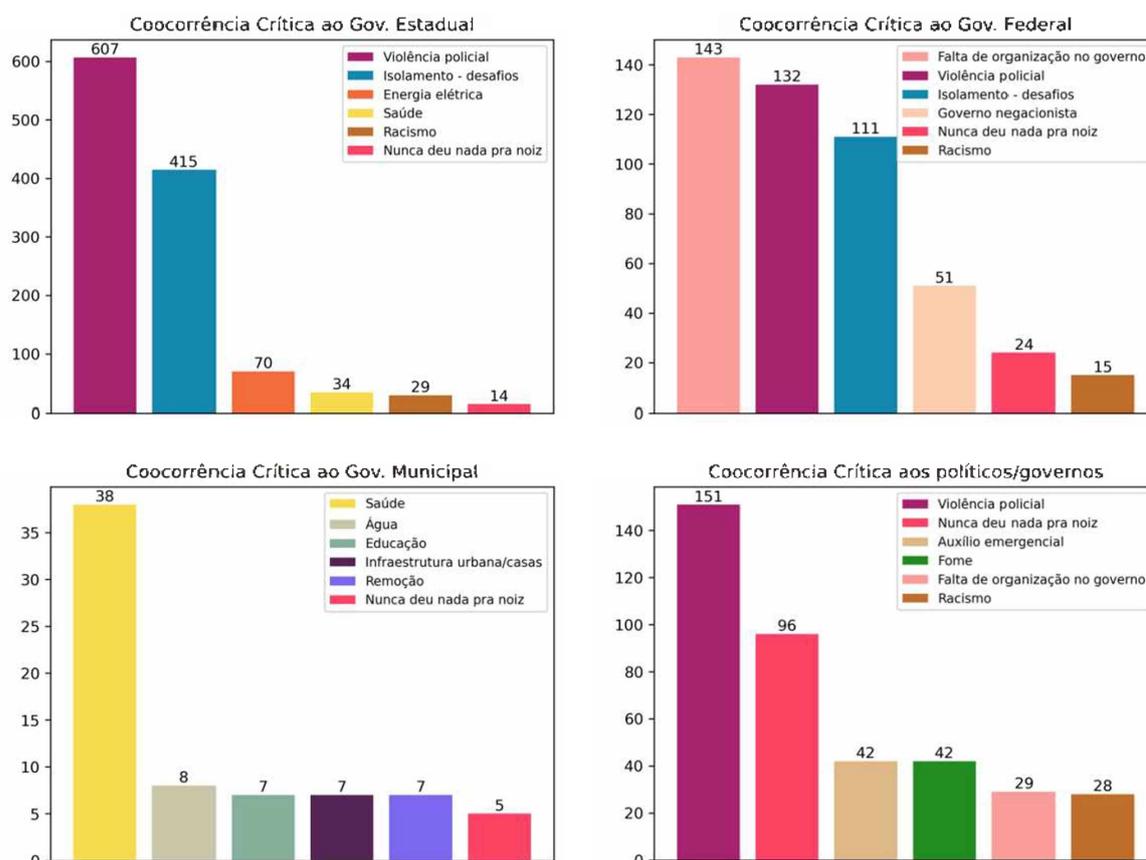
Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer O gráfico 1 é um gráfico de linhas apresenta os principais quadros de direitos e serviços observados na análise de dados, ao longo do período analisado. O eixo x tem oito marcações: de 16 a 27 de março; de 27 de março a 06 de abril; de 06 a 22 de abril; de 22 de abril a 06 de maio; de 06 a 15 de maio; dia 15 de maio; de 15 a 29 de maio; e de 29 de maio a 25 de junho. A linha roxa, que representa o quadro Água, tem marcações em: 31, 12, 4, 12, 2, 0, 2 e 0. A linha rosa-pastel, que indica Crítica ao governo estadual, tem marcações em: 11, 15, 8, 41, 176, 279, 106 e 1. A linha verde, que representa o quadro Crítica ao governo federal, marca em: 34, 32, 31, 33, 35, 57, 46 e 6. A linha amarelo que indica Crítica ao governo municipal, marca em: 9, 1, 0, 12, 9, 0, 8 e 2. A linha rosa-claro, que indica Crítica aos políticos/governo, marca em: 77, 39, 25, 13, 45, 51, 49 e 11. A linha vinho, que indica Saúde, marca em: 15, 23, 4, 50, 7, 2, 15 e 3. E a linha cinza, que indica Violência policial, marca em: 5, 20, 9, 31, 395, 616, 353 e 10).

Abaixo, apresento uma figura de gráficos que mostra as principais coocorrências entre os quadros de governo e de demandas/pautas por direitos e serviços. Vale observar como a presença do tema “Violência policial” associado ao tema “Crítica ao governo estadual” diminui a expressividade dos outros, muito embora estes também tenham sido vinculados várias vezes. De igual modo, vale notar que o tema “Crítica ao governo federal” teve como principal coocorrência a “Falta de organização no governo”, situação não observada nos outros casos. O tema “Governo negacionista” também só apareceu associado às “Críticas ao governo federal”. Estes dois fatores parecem indicar que as principais críticas direcionadas aos governos municipais e estaduais referem-se às questões estruturais, já existentes antes da pandemia.

Apesar das dificuldades para o isolamento serem também apontadas no caso do governo estadual, estas estão muito relacionadas ao fato de que a invasão das polícias nos territórios dificulta a permanência nas casas.

Figura 2 - Coocorrência Governos e Direitos e Serviços



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: A figura 1 é uma figura com outros 4 gráficos todos gráficos de barras verticais. O primeiro gráfico, acima e à esquerda, apresenta as coocorrências do quadro Crítica ao governo estadual, respectivamente os quadros mais associados a este são: Violência policial, 607, (na cor roxa); Isolamento-desafios, 415, (na cor azul); Energia elétrica, 70, (na cor laranja); Saúde, 34, (na cor amarelo); Racismo, 29, (na cor marrom); e Nunca deu nada pra noiz, 14, (na cor rosa). O segundo gráfico, acima e à direita, apresenta as coocorrência do quadro Crítica ao governo federal, respectivamente os quadros mais associados a este são: Falta de organização no governo, 143, (na cor rosa-pastel); Violência policial, 132, (na cor roxa); Isolamento - desafios, 111, (na cor azul); Governo negacionista, 51, (na cor rosa-claro); Nunca deu nada pra noiz, 24, (na cor rosa); Racismo, 15, (na cor marrom). O terceiro gráfico, abaixo e à esquerda, apresenta as coocorrências do quadro Crítica ao governo municipal, respectivamente os quadros mais associados a ele são: Saúde, 38, (na cor amarelo); Água, 8, (na cor verde-oliva); Educação, 7, (na cor verde-pastel); Infraestrutura urbana/casas, 7, (na cor uva); Remoção, 7, (na cor lilás); e Nunca deu nada pra noiz, 5, (na cor rosa). Por fim, o quarto quadro, abaixo e à direita, apresenta as coocorrências do quadro Crítica aos políticos/governos, respectivamente: Violência policial, 151, (na cor roxa); Nunca deu nada pra noiz, 96, (na cor rosa); Auxílio emergencial, 42, (na cor bege); Fome, 42, (na cor verde); Falta de organização no governo, 29, (na cor rosa-pastel); e Racismo, 28, (na cor marrom).

Proporcionalmente, o governo municipal foi o que menos esteve relacionado ao quadro interpretativo de demandas e pautas, o que indica uma responsabilização bem maior, para os coletivos e moradores em geral, dos governos estadual e federal por elas. Ao passo que as

críticas ao governo federal, apesar de também haver forte correlação com o tema de violência policial, relacionam-se fortemente com a condução e gestão da crise. Por outro lado, o tema “Nunca deu nada pra noiz” aparece associado a todos os governos, o que indica que o entendimento de que o governo nunca atendeu de maneira adequada as demandas das periferias e nunca assegurou direitos básicos nesses territórios está vinculado a todas as esferas federativas.

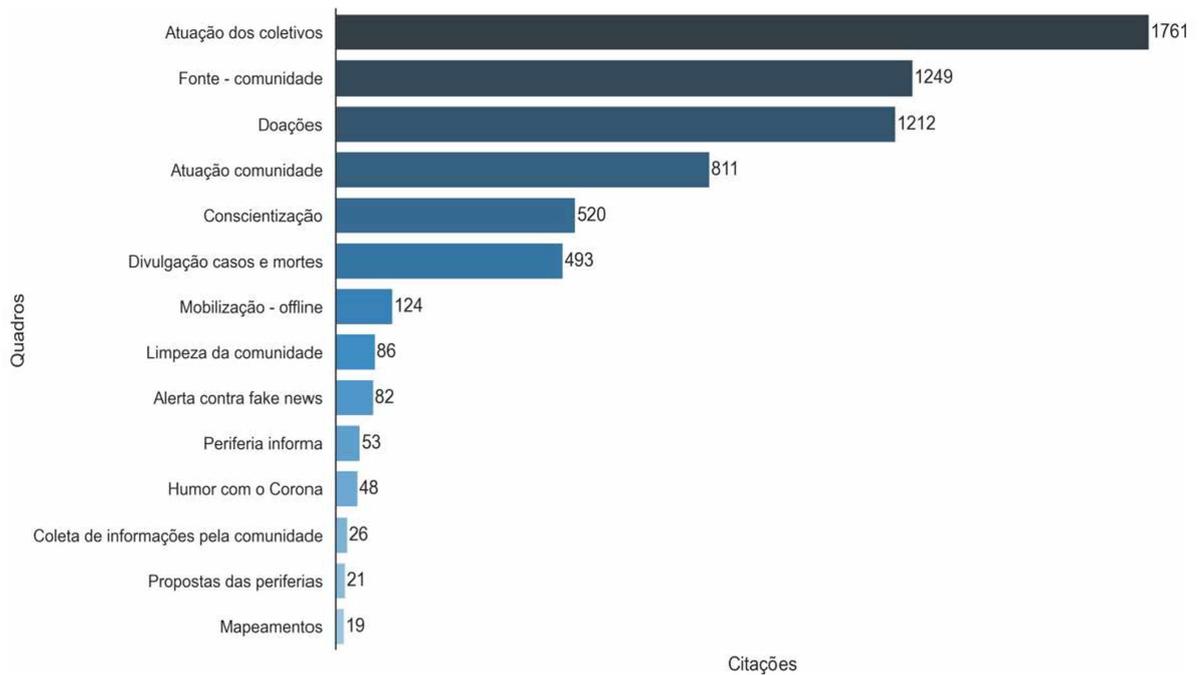
A presença do tema “Nunca deu nada pra noiz” de forma tão expressiva vinculado a todos os quadros dos governos evidencia uma concatenação com o enquadramento da periferia com relação ao Estado discutido no capítulo 2. Quer dizer, que este nunca se fez presente nesses territórios trazendo garantia de direitos e acesso a serviços públicos. E se soma às perspectivas que o colocam no centro da violência vivida cotidianamente nas periferias que, como visto anteriormente, é fator que colabora para a inibição da ação coletiva nesses territórios. Por essa razão, a violência ser tão criticada: num momento em que é justamente a ação coletiva que garantiu a sobrevivência das pessoas das periferias durante a pandemia, é sintomático da relação entre periferias e Estado que este realize ações violentas naquelas.

O **terceiro grande quadro**, referente às ações dos coletivos e das comunidades e impressões que eles têm sobre si próprios, está ilustrado no gráfico abaixo. Conforme o esperado, a importância da atuação dos coletivos aparece em primeiro lugar. Nesse tema, estão não só relatos sobre a atuação e as diferentes formas pelas quais ela se deu, mas também sobre a sua importância para o combate à pandemia nas comunidades. Também estão destacadas a atuação das comunidades (de maneira não organizada) e a priorização dos coletivos de comunicação periféricos como fonte de informação: não só sobre a pandemia – a divulgação de casos e mortes nas comunidades, conscientização e explicação sobre as medidas de prevenção –, como também sobre outros assuntos gerais.

Os movimentos de favelas e periferias vem se mostrando umas das linhas de frente na propagação de informação e combate ao novo #coronavirus. Vejam o vídeo que foi feito hoje pela Frente de Mobilização da Maré. #COVID19NasFavelas #CoronaNasFavelas <https://t.co/o8HDXLG6IU> (Texto de tuíte de liderança na Favela da Maré retirado da amostra analisada)

Quando o poder público falha, as pessoas precisam ocupar esse vácuo. É incrível que no morro do Borel eles estejam se organizando pelo WhatsApp para acompanhar o nº de casos na comunidades. Mas não podemos romantizar. Cadê o Estado olhando para as periferias? #Covid19NasFavelas (Texto de tuíte de seguidor que usou as *hashtags* retirado da amostra analisada)

Gráfico 6 - Coletivos e Comunidades



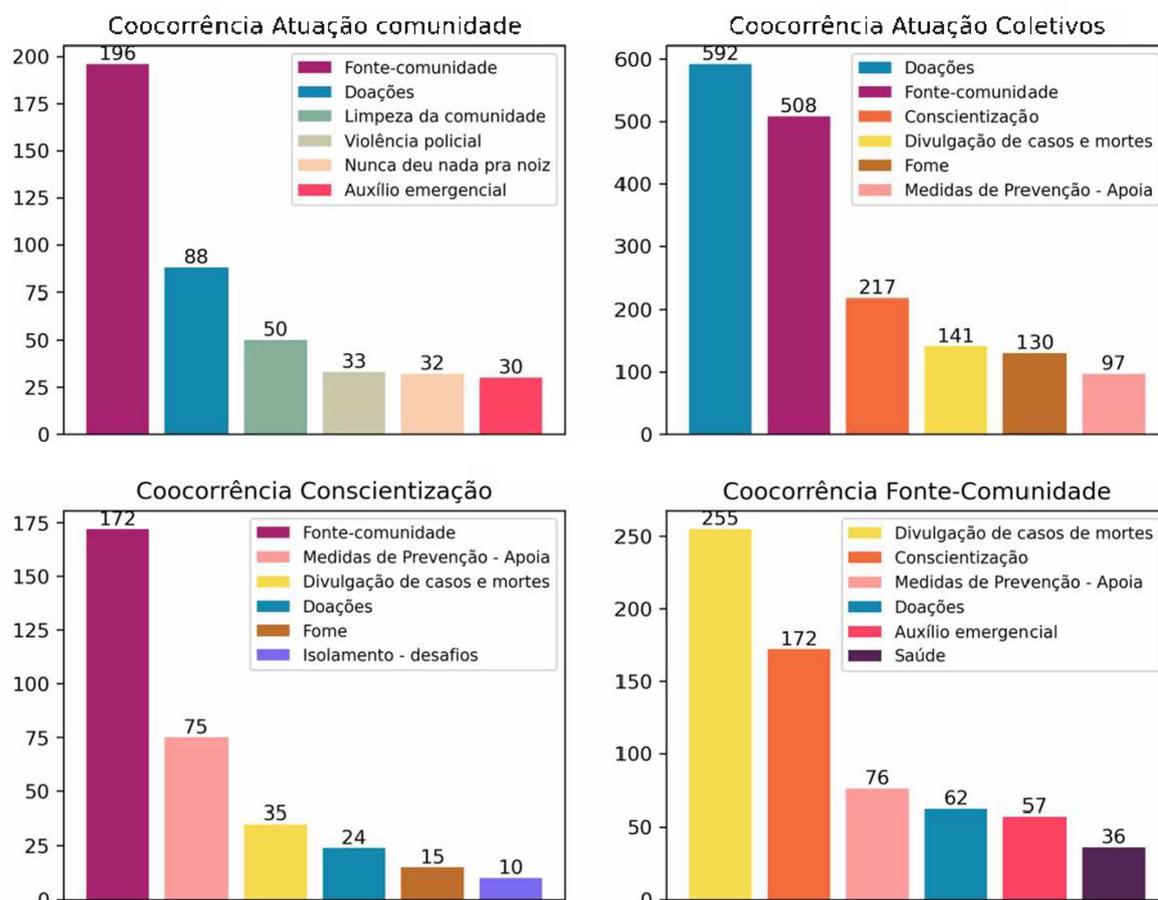
Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: O gráfico 4 é um gráfico de barras horizontal e apresenta os principais quadros associados às ações dos coletivos e das comunidades observados na análise de dados. Os valores estão dispostos em ordem decrescente, com tons de azul em degradê. Na ordem de apresentação dos dados com os respectivos valores: Atuação dos coletivos, 1761; Fonte-comunidade, 1249; Doações, 1212; Atuação comunidade, 811; Conscientização 520; Divulgação de casos e mortes, 493; Mobilização offline 124; Limpeza da comunidade 86; Alerta contra fake news, 82; Periferia informa, 53; Humor com o Corona, 48; Coleta de informações pela comunidade, 26; Propostas das periferias, 21; Mapeamentos, 19).

Perceberam que até o momento as favelas estão largadas pelo poder público? E se não fossem os voluntários do #Covid19NasFavelas a crise estaria muito maior? Parabéns à todos envolvidos @euresilva @raulssantiago e demais! (Texto de tuíte de seguidor que usou as hashtags retirado da amostra analisada)

Também elaborei uma figura de gráficos que expressa as principais coocorrências entre os quadros classificados no grande quadro “Coletivos”, cruzando com as interpretações dos grandes quadros de “Direitos e serviços” e “Pandemia”. A análise dos gráficos expressa a centralidade das ações comunitárias para informar e distribuir as doações arrecadadas. A associação do tema “Atuação comunidade” com “Violência policial” e “Nunca deu nada pra noiz” está relacionada ao fato de que, na ocasião das ações violentas nos territórios, é a própria comunidade que se mobiliza não só denunciando, mas também retirando os corpos dos locais. Além disso, evidenciavam que o isolamento nas periferias é impossível quando as pessoas se aglomeram nas ruas para averiguar o que aconteceu e recolher os corpos; ou então dentro das casas, fugindo dos tiroteios.

Figura 3 - Coocorrência Coletivos e Direitos e Serviços



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: A figura 2 é uma figura com outros 4 gráficos todos gráficos de barras verticais. O primeiro gráfico, acima e à esquerda, apresenta as coocorrências do quadro Atuação comunidade, respectivamente os quadros mais associados a este são: Fonte-comunidade, 196, (na cor roxa); Doações, 88, (na cor azul); Limpeza da comunidade, 50, (na cor verde pastel); Violência policial, 33, (na cor verde-oliva); Nunca deu nada pra noiz, 32, (na cor rosa-claro); e Auxílio emergencial, 30, (na cor rosa). O segundo gráfico, acima e à direita, apresenta as coocorrência do quadro Atuação coletivos, respectivamente os quadros mais associados a este são: Doações, 592, (na cor azul); Fonte-comunidade, 508, (na cor roxa); Conscientização, 217, (na cor laranja); Divulgação de casos de mortes, 141, (na cor amarelo); Fome, 130, (na cor marrom); Medidas de prevenção - apoia, 97, (na cor rosa-pastel). O terceiro gráfico, abaixo e à esquerda, apresenta as coocorrências do quadro Conscientização, respectivamente os quadros mais associados a ele são: Fonte-comunidade, 172, (na cor roxa); Medidas de prevenção - apoia, 75, (na cor rosa-pastel); Divulgação de casos e mortes, 35, (na cor amarelo); Doações, 24, (na cor azul); Fome, 15, (na cor marrom); e Isolamento - desafios, 10, (na cor lilás). Por fim, o quarto quadro, abaixo e à direita, apresenta as coocorrências do quadro Fonte-comunidade, respectivamente: Divulgação de casos e mortes, 255, (na cor amarelo); Conscientização, 172, (na cor laranja); Medidas de prevenção - apoia, 76, (na cor rosa-pastel); Doações, 62, (na cor azul); Auxílio emergencial, 57, (na cor rosa); e Saúde, 36, (na cor uva).

Ao mesmo tempo que não se pode aglomerar como prevenção ao coronavírus, aqui na favela a realidade é tentar aglomerar todo mundo no cômodo mais seguro da casa pra se proteger da guerra (Texto de tuite de seguidor que usou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

15/05/2020 - em meio a pandemia global, uma chacina no Complexo do Alemão, após a operação do Batalhão de Operações Especiais - BOPE.

Evitar aglomeração?

Isolamento social completo?

É impossível nessa realidade, infelizmente.

#COVID19NasFavelas

Imagens, @brunoitanepx. <https://t.co/ePdKqZZX1I> (Texto de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

O tema relativo à atuação dos coletivos mostra a importância destes para informar, conscientizar, distribuir doações e a principal demanda/pauta abarcada por essas ações: o combate à fome. Ademais, os quadros mostram a adaptação das ações dos coletivos prezando pelas medidas preventivas. Os temas seguintes, relativos à conscientização e a comunidade como fonte de informação demonstram os principais aspectos dessas ações. Ou seja, informando tanto sobre a pandemia, as medidas preventivas e a situação das periferias, quanto abarcando discussões fundamentais para as comunidades: as condições da política de saúde e a aprovação e pagamento do auxílio emergencial – o qual, embora não tenha sido tão efetivo para manter as pessoas em casa, o foi para garantir uma renda mínima para alimentação e o pagamento de algumas contas (BARBERIA, *et al.* 2020b).

Vale apontar que, na percepção dos atores, está destacada não só a atuação das comunidades e dos coletivos, mas também uma ideia de que aquilo que eles fazem é mais bem feito e organizado e que, se não fosse por eles, não haveria combate ao novo coronavírus nas periferias. Ademais, evidencia-se a potência das agências periféricas quando se observa que as ações realizadas somavam conhecimentos prévios de atuação em contexto de emergência com a sua criatividade para adaptá-las ao cenário pandêmico. O cuidado e atenção ao uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) quando distribuíam as doações; as diferentes formas de organização para que a distribuição acontecesse de maneira segura; a adaptação do uso das mídias sociais para favorecer a transmissão de informação confiável sobre a pandemia e as medidas preventivas – desde o uso de listas de transmissão no *Whatsapp*, até *podcasts*, passando por telejornais digitais e *lives* e produções mais elaboradas de audiovisual. Como era de se esperar, baseado nos enquadramentos previamente apontados, a ideia do “nós por nós” fica muito evidente nas postagens – que as periferias sempre cuidaram dos seus. Mas é ainda mais interessante a visão de que eles fazem melhor, que o Estado deveria “aprender como se faz”.

Muito trabalho desde que começamos a quarentena. Os retornos tem sido massa. Muita conversa com as pessoas conscientizando da importância de se proteger, entrega de vários materiais: gráficos, cestas básicas, kits de higiene e limpeza.

Precisamos que a prefeitura, que os governos estejam mais presentes porque esse é o trabalho que eles deveriam estar fazendo.

#Avante #CoronaNasPeriferias #Prevenção #Solidariedade #Respeito (Texto retirado de postagem do Coletivo Força Tururu retirado da amostra analisada)

As favelas e periferias são produtoras de conhecimento e solução, a gente exige que o Estado garanta direitos, mas a gente também já está trazendo soluções e propostas (ISABELA SOUZA *apud* UOL DEBATE, 2020).

Para além da distribuição das doações, conscientização e informação da comunidade, os coletivos também participaram da limpeza voluntária das comunidades; elaboraram propostas (apresentadas publicamente) sobre como fazer o enfrentamento ao coronavírus nos seus territórios; colaboraram no mapeamento de outras iniciativas⁷⁰; realizaram ou contribuíram para a realização de coletas de informações sobre a comunidade, como um “censo” das periferias durante a pandemia. O uso do humor é uma das formas pelas quais os coletivos, e até mesmo os próprios moradores, abordaram o tema da pandemia, na tentativa de aproximar a linguagem do cotidiano das periferias. Posteriormente, abordarei as diferentes estratégias de comunicação utilizadas pelos coletivos, por ora interessa mostrar os diversos meios de comunicação utilizados.

Estes, foram amplamente divulgados nas mídias sociais, tanto aqueles realizados *online* quanto *offline*; tanto novos quanto velhos meios. As *lives* aparecem como as mais divulgadas, elas foram bastante utilizadas, de maneira geral, durante a pandemia, por diferentes grupos. As produções audiovisuais com conteúdo informativo sobre o novo coronavírus e sobre a realidade das periferias nesse contexto vêm em seguida. Aparecem, também, o uso de *podcasts* e telejornais digitais dos coletivos, como Periferia em Movimento, Agência Mural e Voz das Comunidades. O uso de meios mais tradicionais como carros de som, faixas e lambe-lambes também foi divulgado nas mídias sociais, especialmente por meio de fotos, como se vê abaixo. Destaca-se, por fim, o uso de meios, tais quais os *funks*, *raps* e *brega-funks*, que não só se utilizam linguagem que se comunica diretamente com o público das periferias, como também são historicamente utilizados na construção e disseminação de conhecimento nesses territórios⁷¹.

A partir de nós e para nós é que a comunicação deve ser eficaz e contundente em primeiro lugar. Após isso, para os de fora, da forma que nós produzimos. Com a nossa narrativa e protagonismo.
Há profissionais incríveis por aqui!!!
#VIDASNASFVELASIMPORTAM
#COVID19NasFavelas (Texto retido de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

⁷⁰ Alguns desses mapeamentos podem ser encontrados em: <https://resocie.org/mapas/>

⁷¹ Para ver diferentes meios de comunicação utilizados pelas periferias: <https://resocie.org/comunicacao-das-periferias/>

Imagem 1 - Faixa informativa



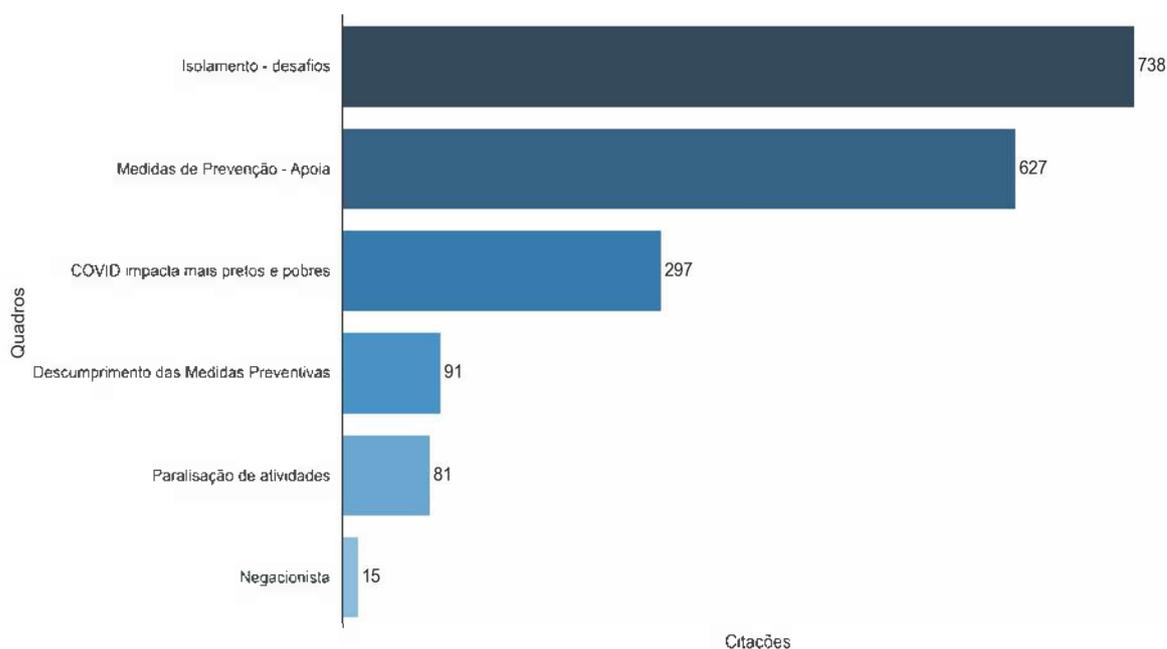
Fonte: <https://www.facebook.com/vozdascomunidades/photos/3653898818014739>

(#PraCegoVer: A imagem 1 mostra dois homens negros e uma mulher negra de costas, pendurando uma faixa em um gradeado. O homem à direita veste uma camiseta preta, bermuda cinza e chinelos pretos; o homem à esquerda tem o cabelo comprido, que está amarrado, veste uma camisa preta florida, bermuda jeans e tênis pretos. A mulher, que está ao lado deste homem, veste uma blusa regata branca, short listrado em preto e branco e chinelos pretos. A faixa diz: Atenção! Sua saúde é muito importante. Não deixe de lavar as mãos e manter sua casa arejada. #Covid19NasFavelas).

Com relação ao quarto grande quadro, a pandemia, o gráfico abaixo traz apenas aquelas interpretações relacionadas às medidas de prevenção, ao isolamento social e à COVID-19. O quadro “Isolamento - desafios” oferece relatos que exemplificam como cumprir as medidas de prevenção nas comunidades é desafiador e, por vezes, inviável. Em geral, ele está relacionado a fatores como a infraestrutura urbana e das casas; a situação de fome na qual se encontram muitas pessoas; a falta de água; e a violência policial.

Observa-se que, na amostra analisada, existe uma diferença muito grande entre aqueles que apoiam as medidas de prevenção e os que negam a importância delas ou até mesmo a existência de uma pandemia. Também têm menor expressividade os relatos sobre descumprimento das medidas preventivas nos territórios. Estes, são relatos feitos tanto pelos coletivos, ou suas lideranças, como por seguidores que denunciavam outras pessoas descumprindo as medidas preventivas. Ao longo da análise, tentei identificar os sentimentos mais expressados nos tuítes e entre eles estão o luto, o ódio com a violência e a revolta com o descumprimento das medidas preventivas.

Gráfico 7 – Pandemia



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: O gráfico 6 é um gráfico de barras horizontal e apresenta os principais quadros associados à pandemia observados na análise de dados. Os valores estão dispostos em ordem decrescente, com tons de azul em degradê. Na ordem de apresentação dos dados com os respectivos valores: Isolamento - desafio, 738; Medidas de prevenção - apoio, 627; COVID impacta mais pretos e pobres, 297; Descumprimento das medidas preventivas, 91; Paralisação das atividades, 81; Negacionista, 15).

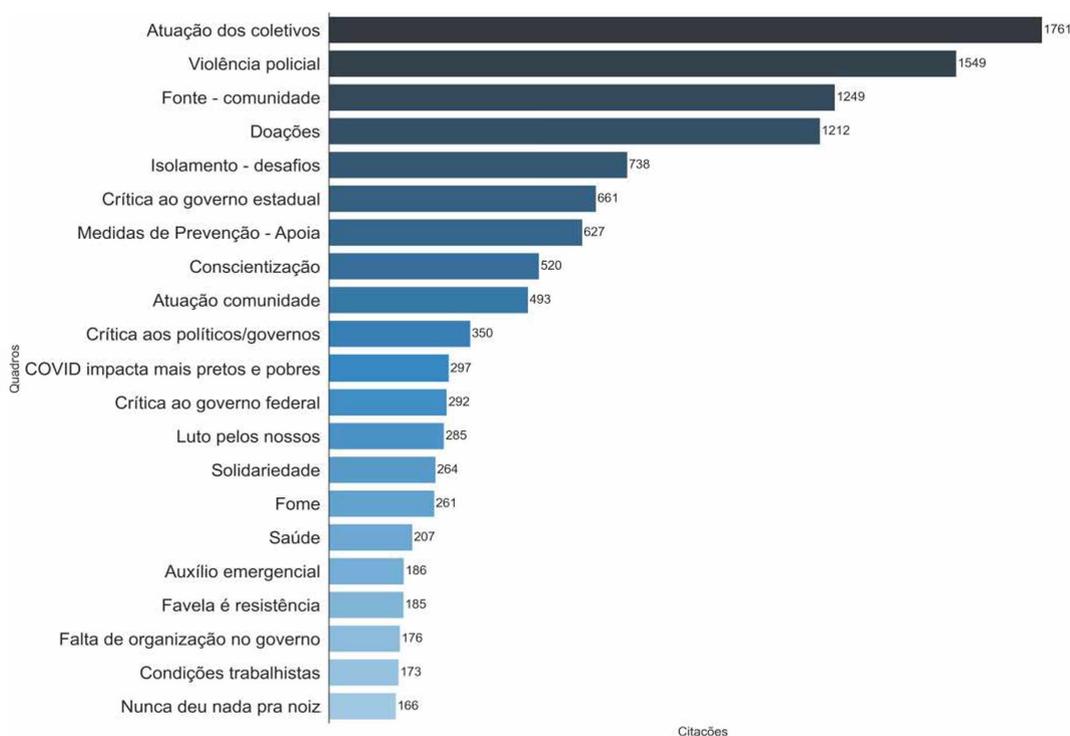
PESSOALMENTE conheço 23 pessoas que estão com o vírus. Conheço 06 que morreram com suspeita de ter sido por #COVID19nasFavelas. E vocês aí nessa, aglomerados e achando q a vida é lazer, q o vírus é piada e você imbatível (Texto de tuite de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

É importante observar que o tema “Negacionista” aqui não se refere ao governo, como o que apareceu no Gráfico 4 acima. Aqui são publicações de pessoas que expressaram opiniões negacionistas com relação à pandemia. Vale destacar que essas publicações que negavam a importância das medidas preventivas ou diminuíam os riscos da pandemia eram de seguidores que utilizaram as *hashtags*, nenhuma delas foi feita diretamente pelos coletivos ou suas lideranças. Têm muita expressividade também as interpretações de que a COVID-19 impacta mais as pessoas pretas, pobres e periféricas. Isso não está relacionado apenas aos dados que

foram divulgados⁷², mas também ao entendimento de que a sua realidade demanda ações específicas que não são realizadas pelos governos (federal, estadual e municipal)⁷³.

O gráfico 7 apresenta um olhar mais generalizado sob toda a amostra analisada e todos os quadros identificados. Nele, estão os vinte temas mais utilizados em todo o banco de dados. Estes, dão um panorama mais amplo sobre os diferentes quadros interpretativos encontrados, ainda que não estejam relacionados uns com os outros. Neste, é possível observar a expressividade de determinadas pautas, das ações dos coletivos e comunidades e das críticas aos governos diante de todas as citações categorizadas. Vale destacar, ainda, a dimensão do quadro “Luto pelos nossos”, que está relacionado tanto às mortes ocasionadas pelo novo coronavírus, quanto às causadas pela violência.

Gráfico 8 - Temas mais citados (geral)



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: O gráfico 6 é um gráfico de barras horizontal e apresenta os principais quadros observados na análise de dados. Os valores estão dispostos em ordem decrescente, com tons de azul em degradê. Na ordem de apresentação dos dados com os respectivos valores: Isolamento - desafio, 738; Medidas de prevenção - apoio, 627; COVID impacta mais pretos e pobres, 297; Descumprimento das medidas preventivas, 91; Paralisação das atividades, 81; Negacionista, 15).

⁷² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>

⁷³ Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/covid19nasfavelas-o-coronavirus-mata-mas-a-desigualdade-social-acelera-o-obito/>>

Como foi mostrado no capítulo 2, os coletivos de comunicação têm um papel muito importante para a construção do ser *periférico*, demonstração das potências das periferias e por ajudar os próprios moradores a se identificarem assim com o seu território. Por essa razão, os vários temas que demonstram a importância das ações dos coletivos, das ações das comunidades têm o intuito de também reforçar o poder que as periferias têm e como são capazes, criativas e corajosas, especialmente frente a situações de risco. Os quadros interpretativos da pandemia servem, nesse sentido, como reforço aos enquadramentos que mostram que as periferias cuidam de si próprias há muito tempo; que são capazes e solidárias; e que fazem tudo bem feito. Não por acaso, a capacidade organizativa, as práticas e técnicas desenvolvidas pelos coletivos e comunidades para enfrentar a pandemia foram contadas, conhecidas e admiradas mundo afora.

De outro lado, conforme já explicitado, os quadros aqui apresentados reforçam enquadramentos sobre as críticas ao Estado, tanto com relação à violência policial quanto com relação ao descaso e o fato de que ele nunca fez nada pelas comunidades. Chama a atenção que a convivência com o crime organizado – que colabora em vários aspectos para a construção dos enquadramentos, inclusive disputa narrativas nos territórios – não apareceu de forma significativa nos dados coletados. Pouquíssimas publicações falavam que em alguns territórios as facções estabeleceram toque de recolher, contudo, nenhuma delas trouxe isso como uma questão para a ação dos coletivos nas comunidades. Evidentemente, isso por si só pode ser uma faceta do silenciamento com relação às atividades criminosas nos territórios, ou um constrangimento de fazer publicações em mídias sociais sobre isso.

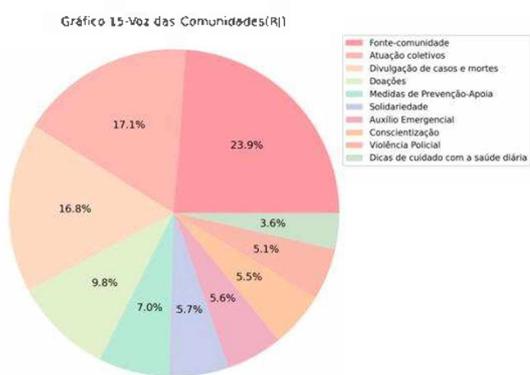
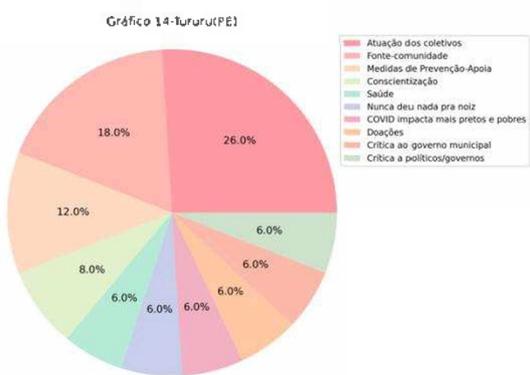
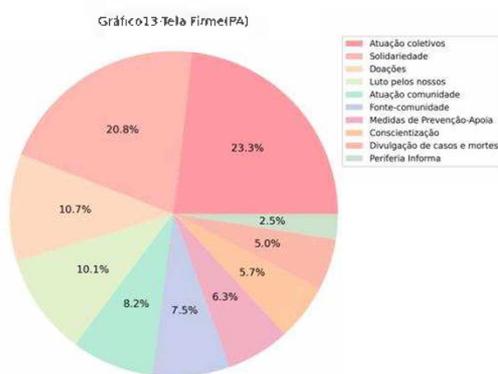
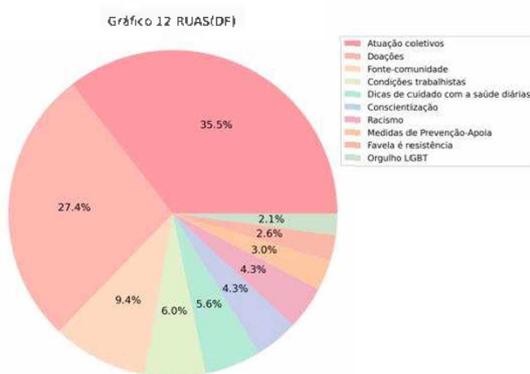
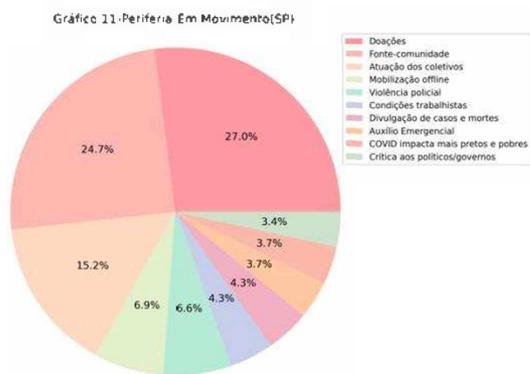
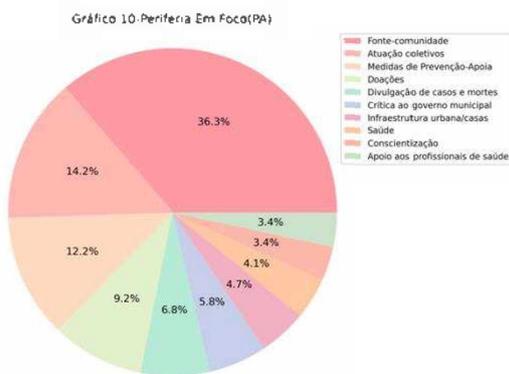
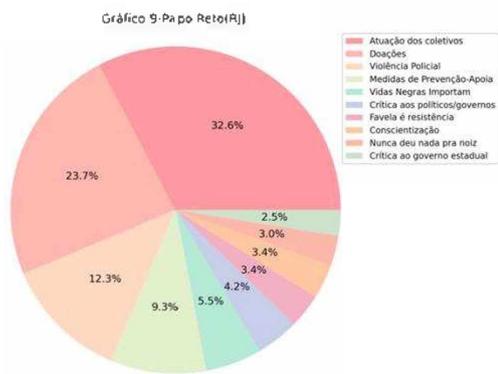
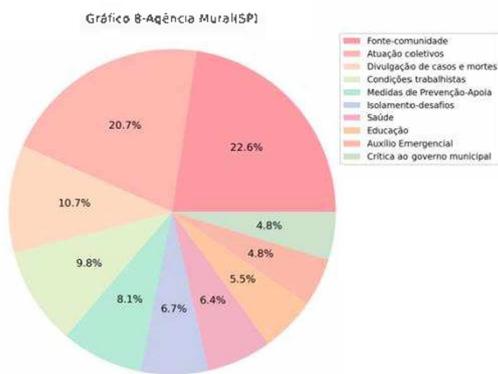
Embora o objetivo desta pesquisa não seja oferecer um comparativo entre os coletivos que fomentaram a análise, mas sim um panorama geral, acredito que seja oportuno apresentar os principais quadros mobilizados por cada coletivo. Abaixo, apresento os dez temas mais utilizados por cada coletivo. É interessante notar como algumas diferenças regionais implicam também distinções nos temas mais mobilizados. Os dados são apresentados em gráficos de pizza, os quais identificam as porcentagens de cada tema, considerando o valor total que é o somatório de citações dos mesmos dez temas para cada coletivo.

Como se pode ver, vários dos coletivos possuem os mesmos quadros, especialmente aqueles relacionados à centralidade da atuação dos coletivos para o enfrentamento da crise. Contudo, variam em algumas pautas, os coletivos de Rio de Janeiro e São Paulo apresentam mais a questão da violência policial. Ao mesmo tempo, os coletivos do Pará mostram quadros interpretativos que não apareceram com centralidade anteriormente: o “Luto pelos nossos”, “Solidariedade” e “Infraestrutura urbana/casas”, provavelmente por conta dos altos índices de mortes já no início da pandemia no Norte do país. O coletivo RUAS, do Distrito Federal, tem

como um de seus principais quadros interpretativos um que, no total das análises, foi pouco expressivo, apesar da sua relevância, o Orgulho LGBT. Provavelmente a razão disso se deve ao fato de que esse coletivo, já desde antes da pandemia, realizava atividades com foco nesse público.

O fato de alguns coletivos terem suas percepções expressas de maneira mais incisiva na amostra analisada mostra como as diferenças regionais de acesso e de estratégias para o uso das mídias sociais impacta nos dados coletados. Uma análise comparativa levaria à conclusão de que os coletivos do Pará e do Pernambuco são menos expressivos, quando na realidade outros fatores – como a participação e realização de *lives*, produção de relatórios e cartilhas informativas – mostram que são coletivos tão atuantes nos seus territórios quanto os outros. Contudo, essas diferenças precisam ser levadas em consideração, assim como a própria estrutura das mídias sociais e priorização dada pelos algoritmos a determinados tipos de publicações.

Figura 4 – Gráficos dos coletivos



Fonte: elaborado pela autora com base nas análises realizadas no Atlas.ti

(#PraCegoVer: A figura 3 apresenta oito gráficos de pizza, com os dez principais quadros de cada coletivo. O gráfico 8 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Agência Mural, de São Paulo. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente:

Fonte comunidade, 22,6%; Atuação coletivos, 20,7%; Divulgação de casos e morte, 10,7%, Condições trabalhistas 9,8%; Medidas de prevenção - apoio, 8,1%; Isolamento-desafios, 6,7%; Saúde, 6,4%; Educação 5,5%; Auxílio Emergencial 4,8%; Crítica ao governo municipal 4,8%. O gráfico 9 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Papo Reto. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Atuação dos coletivos, 32,6%; Doações, 23,7%; Violência policial, 12,3%; Medidas de prevenção - apoio, 9,3%; Vidas negras importam, 5,5%; Crítica aos políticos/governos, 4,2%; Favela é resistência, 3,4%; Conscientização, 3,4%; Nunca deu nada pra noiz, 3,0%; Crítica ao governo estadual, 2,5%. O gráfico 10 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Periferia em Foco. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Fonte-comunidade, 36,3%; Atuação coletivos, 14,2%; Medidas de prevenção - apoio, 12,2%; Doações, 9,2%; Divulgação de casos e mortes 6,8%; Crítica ao governo municipal, 5,8%; Infraestrutura urbana/casas, 4,7%; Saúde, 4,1%; Conscientização, 3,4%; Apoio aos profissionais de saúde, 3,4%. O gráfico 11 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Periferia em Movimento. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Doações, 27,0%; Fonte-comunidade, 24,7%; Atuação coletivos, 15,2%; Violência policial, 6,9%; Mobilização offline, 6,6%; Condições trabalhistas, 4,3%; Divulgação de casos e mortes 4,3%; Auxílio emergencial, 3,1%; COVID impacta mais pretos e pobres, 3,7%; Crítica aos políticos/governos, 3,4%. O gráfico 12 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo RUAS. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Atuação dos coletivos, 35,5%; Doações, 27,4%; Fonte-comunidade, 9,4%; Condições trabalhistas, 6,0%; Dicas de cuidado com a saúde diária, 5,6%; Conscientização, 4,3%; Racismo, 4,3%; Medidas de prevenção - apoio, 3,0%; Favela é resistência, 2,6%; Orgulho LGBT, 2,1%. O gráfico 13 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Tela Firme. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Atuação dos coletivos, 23,3%; Solidariedade 20,8%; Doações, 10,7%; Luto pelos nossos, 10,1%; Atuação comunidade, 8,2%; Fonte-comunidade, 7,5%; Medidas de prevenção - apoio, 6,3%; Conscientização, 5,7%; Divulgação de casos e mortes, 5,0%; Periferia informa, 2,5%. O gráfico 14 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Força Tururu. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Atuação dos coletivos, 26,0%; Fonte-comunidade, 18,0%; Medidas de prevenção - apoio, 12,0%; Conscientização, 8,0%; Saúde, 6,0%; Nunca deu nada pra noiz, 6,0%; Covid impacta mais pretos e pobres, 6,0%; Doações, 6,0%; Crítica ao governo municipal, 6,0%; Crítica aos políticos/governos, 6,0%. O gráfico 15 é um gráfico de pizza que apresenta os principais quadros mobilizados pelo coletivo Voz das Comunidades. O gráfico tem uma paleta arco-íris em tons pastéis. Os valores atribuídos são os que se seguem, em ordem decrescente, respectivamente: Fonte-comunidade, 23,9%; Atuação coletivos, 17,1%; Divulgação de Casos e Mortes, 16,8%; Doações, 9,8%; Medidas de prevenção - apoio, 7,0%; Solidariedade, 5,7%; Auxílio emergencial, 5,6%; Conscientização, 5,5%; Violência policial, 5,1%; Dicas de cuidado com a saúde diária, 3,6%).

Ademais, a constatação dos diferentes temas mobilizados pelos coletivos evidencia como a pandemia foi um momento de articulação de vários quadros interpretativos. Tanto aqueles que se referem a este contexto específico, como os que estão ligados às questões estruturais e anteriores a este momento. Podem ser questões relacionadas às políticas públicas, como combate à fome, segurança pública, acesso à água e saneamento básico, como também a pautas de grupos específicos como a LGBTQIA+fobia, e a violência doméstica e sexual. Esse tipo de conexão não aconteceu de imediato, porque, como dito, no início todos estavam tentando entender do que se tratava a crise que avançava sobre o país. Com o tempo é que a névoa que encobria as consequências mais imediatas das medidas preventivas – implementadas sem políticas públicas que considerassem as diferentes realidades sociais – foi se dissipando, permitindo que fossem avaliados e interpretados os impactos de maneira mais específica.

3.4 – Análises exploratórias

A sistematização das informações contidas nesta pesquisa se mostra um grande desafio na medida em que estamos tentando compreender as interpretações acerca de um contexto ainda

“em movimento”, o qual constantemente nos oferece novos elementos a serem considerados. Nisto está a potencialidade de se discutir “ideias”, tentar vislumbrar a crise enquanto ela está acontecendo. As cartadas definitivas ainda não foram dadas e, justamente por isso, ao mesmo tempo que tudo parece indefinido, existem tantas possibilidades que torna a tentativa de abarcar todas elas impraticável. Se, por um lado, todos os movimentos sociais, os coletivos de comunicação das periferias aí incluídos, aparentam estar ainda na tentativa de imaginarem o futuro, o vir a ser, de tal forma que pode parecer que nada tem concretude de fato. Por outro lado, o constante reinterpretar da crise, à medida em que o contexto oferece novos recursos e informações, torna as fronteiras entre a interpretação do agora e a imaginação do futuro bastante nebulosas.

3.4.1 Transições dos quadros interpretativos da pandemia

Ao longo do período estudado foi possível observar quatro “subperíodos” dentro dos quais os coletivos mobilizavam argumentos e pautas distintos. Quando novas questões eram colocadas, os discursos eram sutilmente alterados para abarcarem-nas, já as absorvendo na construção dos seus quadros interpretativos da pandemia. É por esta razão que algumas pautas – como violência doméstica e dificuldades específicas para pessoas LGBTQIA+ se manterem isoladas em locais que não lhes transmitem segurança – não apareceram desde o princípio nos dados analisados, diminuindo a quantidade de citações totais que as mobilizavam. Isso não quer dizer que as pautas dos subperíodos anteriores desapareceram, mas sim que novos fatores foram sendo agregados aos quadros consolidando ou desafiando suas interpretações.

Bem no início, o ponto principal levantado pelos coletivos era a desconexão das informações passadas pelo Estado com as realidades das periferias. Por essa razão, nesse primeiro momento, o foco era informar e traduzir para as comunidades do que, afinal, se tratava a pandemia e o que seria preciso fazer com relação a isso. Não havia ainda, para esses atores, a dimensão de impactos socioeconômicos, tampouco que a doença em si poderia afetar mais pessoas pretas, pobres e periféricas, já que ela havia chegado no país por intermédio das pessoas mais ricas.

E tem uma coisa que ninguém tá falando que tem uma galera aí que tá perdendo emprego pela necessidade de estar em quarentena dentro de casa. Uma boa galera aí não parou de trabalhar. Os direitos trabalhistas sendo a todo momento precarizados #COVID19NasFavelas (Texto de tuíte de seguidor que utilizou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

Nossa cobertura segue intensa sobre o novo coronavírus, mas alguns cuidados precisam ser tomados e nossa equipe não está mais se reunindo como sempre, as reuniões são somente online. (Texto de tuíte do Coletivo Voz das Comunidades retirado da amostra analisada).

Atenção, manos, manas e monas! Se tu podes, fica no teu setor! Se tu não podes, fica de olho nas nossas dicas por aqui e redobre os cuidados. Bora ter cuidado com nossa própria saúde, com nossa família e com nossas quebradas. Pra nos ajudar, coloque essa imagem no seu perfil por 24h para conscientizar a galera a ficar no seu setor, já é?! (Texto de postagem do Coletivo Tela Firme retirado da amostra analisada).

Contudo, o espaço de tempo entre levar essas informações e receber os retornos dos moradores das comunidades, questionando sobre a viabilidade de realizar as medidas de prevenção, foi muito pequeno. A partir de então, os quadros interpretativos sobre como enfrentar a pandemia vão mudando, pois além das ações de informação e conscientização, os coletivos, e diversas outras iniciativas, começaram a arrecadar doações de alimentos para que as pessoas tivessem, minimamente, o que comer caso perdessem sua fonte de renda.

Além das doações de materiais de higiene, limpeza e proteção pessoal, cujos preços subiram muito no início, inviabilizando a compra desses materiais pelas pessoas menos favorecidas. Esse acréscimo das questões voltadas para acesso à água, infraestrutura, desemprego e fome, por exemplo, mostra o aspecto interativo da construção dos quadros. Ou seja, foi observando os retornos das comunidades sobre o que estava sendo colocado, em contraposição com o que estava sendo realizado fora delas com relação à pandemia, que foram-se moldando os seus quadros interpretativos.

#COVID19NasFavelas | RESUMO:

As três principais dicas p/ evitar exposição e proliferação não nos cabem.

Lavar sempre as mãos? (falta água direto). Usar álcool gel (não tem dinheiro para). Quarentena/isolamento (Com casas de dois ou três cômodos e 6 pessoas?)

COMO NA FAVELA? <https://t.co/UhI3od100E> (Texto de tuíte de seguidor que utilizou as *hashtags* retirado da amostra analisada).

Na verdade, quando a gente começa essa campanha de mobilização na Maré, de comunicação com essa frente de mobilização, o número de moradores falando que estavam desempregados, que estavam com fome... Bem, tem que usar máscara, tem que usar álcool, mas eu não tenho dinheiro pra comprar. E aí é quando a gente começa uma campanha, e aí a gente usa muito a internet, uma campanha pra arrecadação de alimentos (GIZELE MARTINS, *apud* EMERGE UFF, 2021)

Entre compreender do que se tratava a pandemia e enfrentar a realidade imposta nas comunidades, os coletivos ainda se ocupavam em denunciar a ausência de apoio estatal. Em

*live*⁷⁴ realizada em parceria com o Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília⁷⁵, Max Maciel, coordenador pedagógico da RUAS, afirmou que a sua organização nunca tinha feito esse tipo de trabalho de assistência antes. Porém, a leitura feita do contexto que se aventava era tão assustadora, que começaram a mobilizar um fundo de doações para apoiar os trabalhadores de cultura das periferias.

Interessa apontar que várias pesquisas têm sistematizado as ações de solidariedade realizadas pelos movimentos sociais⁷⁶ e pela sociedade de maneira geral (ABERS; VON BÜLOW, 2020a; CASTRO, 2020; ESCUDERO, 2020; MOBILIZA; REOSPARTNERS, 2020; PIRES, 2020), contudo, aqui fica evidente que as ações solidárias não são o principal repertório de ação dos coletivos de comunicação. Quer dizer, é algo que eles fizeram como resposta ao cenário imposto, inclusive aprendendo a fazer no decorrer da ação; mas não é algo que eles preveem manter no médio e longo prazo.

Esse referido apoio estatal é vislumbrado de duas maneiras: tanto ele mesmo produzindo políticas públicas coerentes para o enfrentamento do novo coronavírus nos territórios, quanto apoiando e dando escala para as ações que já estavam sendo realizadas (KUNRATH, 2020). Contudo, nem uma forma de apoio e nem a outra foram alcançadas.

O Coletivo Tela Firme luta em defesa das políticas públicas e sabe do difícil momento que estamos passando e não age para fazer o papel do estado, mas acredita que a solidariedade é fundamental em tempos difíceis, em especial nesse país onde o presidente subestima uma pandemia indo na contramão dos órgãos de saúde do BRASIL e da OMS (organização mundial de saúde). Agradecemos imensamente as pessoas que estão colaborando com a nossa campanha. Onde queremos destacar a contribuição da professora Rosa Beatriz, padre Paulinho, a advogada Mary Cohen, a jornalista Kássia. Nossos muito obrigado (Texto de postagem do Coletivo Tela Firme retirado da amostra analisada).

#PrestaçãoGabinete

O que temos feito no Alemão?

O Gabinete de Crise tem conseguido atender um número muito importante de famílias no Alemão. Sabemos que ainda é pouco diante do tamanho de nossa favela, mas sabemos também que temos feito tudo o que nos é possível.

A partir da próxima semana, para facilitar o entendimento dos números, iremos apresentar nas imagens apenas os números totais de produtos doados dentro do Alemão. No final da pandemia faremos uma prestação de tudo o que nos foi doado, assim todas e todos poderão saber com detalhes como foi o nosso trabalho nesses meses.

⁷⁴ Todas as lives que fomentaram esta pesquisa estão listadas nas referências.

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ipolunb/videos/319704842393499>>

⁷⁶ Ver também Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil, elaborado pelo Resocie. Disponível em: <<https://resocie.org/inicial/projetos-e-eventos/repositorio-pandemia/>>

Muito importante lembrar que não somos agentes do Estado, nossas ações acontecem exclusivamente por conta do apoio de pessoas e empresas que estão sensibilizadas pelo abandono que sofremos diariamente. Seguiremos na luta e apoiando nossa favela.

Obrigado a cada um e cada uma que tem se esforçado para ajudar com as nossas ações!

Lembrem-se: O distanciamento social continua sendo a melhor saída para evitar a contaminação. Se cuidem!!

Estamos nas ruas por vocês, fiquem em casa pela gente!!

#Covid19NasFavelas (Texto de postagem do Coletivo Voz das Comunidades retirado da amostra analisada).

O terceiro momento fica marcado pela expressão “não ajuda, mas atrapalha”. É aqui que as narrativas sobre a pandemia nas periferias e a ausência do Estado garantidor são somadas à perspectiva de um Estado que também inflige direitos, mesmo num cenário como aquele. Foram ocasiões marcadas pelas ações policiais nas periferias que terminavam em tiroteios, com a invasão da casa alheia, ou em assassinatos. Tudo isso foi acrescido nos quadros interpretativos sobre o Estado na pandemia e, de maneira mais ampla, nos enquadramentos interpretativos das periferias que seguem sendo construídos.

O Estado segue sendo o autor de conjunto de práticas baseadas no desejo de eliminação e exclusão de direitos das populações mais vulneráveis, enquanto são garantidos e mantidos os das elites brancas. O que pontua aqui não se limita apenas a morte de uma criança negra, mas também a negação do direito à vida e de direitos básicos, fundamentais, para nossa existência. <http://bitly.com/2TjZuj1> (Texto de postagem do Coletivo Voz das Comunidades retirado da amostra analisada).

A gente chama uma mobilização porque a gente tá discutindo isso há quatro meses e a gente chegou ao extremo da violência do Estado. É um contrato social que a periferia nunca assinou. Falam muito da importância do George Floyd, mas a gente fala assim “cara, na morte do Eduardo no complexo do alemão em 2010, a gente tava na rua; na morte do João Pedro, a gente tava na rua; na morte dos meninos de Costa Barros, do Cleyton, do Wesley, a gente tava na rua, a gente nunca saiu da rua”. A diferença da exposição do tema do nosso ato que é cobrança por justiça e basicamente a gente tá dando visibilidade para a violência institucional do Estado é olhar que todos os veículos de mídia hegemônica e os analistas estavam discutindo antirracismo. [...]. A gente quer falar de antirracismo na realidade brasileira, então vamos falar a partir do que a gente já constrói há muito tempo. É falar do processo, mais do que do final e da consequência. É assim que agente discute política pública e temas que a sociedade ainda não tá pronta pra discutir (MARCELE DECOTHÉ *apud* IPOL/UnB, 2020).

Ainda não é possível antecipar como os acontecimentos vivenciados e os quadros construídos durante a pandemia serão incorporados aos enquadramentos. Contudo, já fica evidente, a partir das falas colocadas, que muito do que está sendo dito neste momento se trata,

na verdade, de dar publicidade aos enquadramentos. Ou seja, os quadros da pandemia não trazem interpretações novas com relação ao Estado nem transformam os enquadramentos que já vinham sendo construídos, ao contrário, os estão evidenciando. Quando muito, o que os quadros podem proporcionar em termos de mudanças é agregar as vivências e interpretações sobre mais uma situação na qual o Estado negligenciou as comunidades periféricas.

O que aparece na fala de Marcele – “a gente tava na rua, a gente nunca saiu da rua” e “é um contrato social que a periferia nunca assinou” – aponta que eles sempre agiram contra essa violência estatal que, se muda diante da pandemia, o faz somente na forma pela qual ela se apresenta. É um momento que escancarou as violências, precariedades e desigualdades sociais, mas que também viabilizou a disseminação desses enquadramentos, mantidos nos quadros sobre a pandemia, já que os holofotes (nacionais e internacionais) estavam voltados para o que acontecia nas periferias.

Por fim, o quarto momento, que começou a se desvelar em fins de junho (quase no final do período coletado) e que parece ter se estendido, é a perspectiva que, por um lado, demonstra preocupação com a continuidade da pandemia – associada à flexibilização de medidas de isolamento e a baixa adesão às medidas preventivas – e com os efeitos dela no longo prazo: o aumento da fome e da insegurança alimentar, do desemprego, das pessoas em situação de rua.

Por que é difícil nas comunidades levar a sério as medidas de proteção, que ajudam a reduzir contaminação por Covid-19, como uso de máscaras? O relaxamento da quarentena proposto pelo governo estadual e pela prefeitura, os discursos políticos, como o do presidente em classificar o coronavírus como uma “gripezinha”, e a falta de ações governamentais em favelas podem interferir diretamente no comportamento da população, em relação ao cumprimento de medidas de segurança para frear o contágio pela Covid-19 (Texto de postagem do Coletivo Voz das Comunidades retirado da amostra analisada).

Por outro lado, aparece a percepção de que muitas coisas boas foram construídas nesse período, várias iniciativas potentes e várias redes (intermunicipais, interestaduais e nacionais) que têm potencial para fortalecer a ação coletiva nas periferias, assim como suas produções e potências. Mas o fortalecimento dessas redes não passa por assumir um papel que eles entendem ser do Estado. Como evidenciado no capítulo 2, nos últimos 20 ou 30 anos alguns movimentos das periferias se inseriram na dinâmica participativa junto ao Estado, enquanto outros não o fizeram por diferentes razões. O que está nítido, para eles, é que o trabalho que estão realizando deveria estar sendo feito pelo Estado. Porém, a maneira como esses coletivos e redes irão se

comportar futuramente, agora que muito já foi (e segue sendo) feito, como será essa interação (dentro ou fora) com o Estado, ainda não está bem definida.

A gente tá disputando pós-pandemia, porque a gente não pode pensar só no hoje, a gente tá pensando no amanhã. A gente não faz assistencialismo, a gente tá disputando as pessoas nas periferias. A gente não tem que fazer o papel do Estado, a gente tem que mostrar que aquilo é direito. Não é dar cesta básica, é garantir segurança alimentar. [...] A gente tá disputando as instituições e a academia, porque a gente sabe, a gente tem todas as informações, mas a gente só é levado a sério quando a gente fala nas mesmas letras e linhas que a branquitude (MARCELE DECOTHÉ *apud* IPOL/UnB, 2020).

Não é nosso papel substituir o Estado. A gente tem que ter um plano para acabar, para as nossas lutas não existirem mais. Isso acontece quando o Estado assume as tecnologias e a gente passa para uma perspectiva de controle. [...] Debater política pública nesse cenário, nós vamos ter que rever tudo, porque a pandemia mostrou que tem um monte de coisas que nós ainda não fizemos. Evidenciou que nós somos superdesiguais e que esse modelo capitalista não deu certo. [...]. A gente tem que voltar com comitês populares de bairro, porque cada bairro gere diferente cada política, conforme a necessidade (MAX MACIEL *apud* IPOL/UnB, 2020).

Não existe novo normal, na periferia a gente sabe como é o enfrentamento. Eu tenho conversado com outras lideranças de outras favelas, porque a gente não tem perspectiva de vida. Muitas famílias já perderam o emprego e quando passar a pandemia, que não tiver mais doações de alimentos, de material de limpeza? Então a perspectiva de vida é muito triste, a gente vai passar por essa fase aí por muito tempo depois da pandemia que essas pessoas vão precisar de ajuda. E o governo não tem uma política para depois da pandemia (MARCIVAN BARRETO *apud* SILVA, 2020).

Não se sabe se esta perspectiva para o futuro levará a mudanças institucionais, a mudanças nas formas de ação e de interação com o Estado, entretanto, estão sendo colocadas em pauta aqui questões para o pós-crise. Quer dizer, questiona-se o que significa “voltar ao normal” em um contexto no qual as projeções para as periferias são o alastramento da fome, da insegurança alimentar e do desemprego. O caminho desenhado por alguns parece ser seguir disputando os espaços para efetivamente propor e realizar políticas que atendam às demandas e à realidade das comunidades periféricas.

Abers e von Bülow (2020a; 2020b) também observam a centralidade das redes, tanto as que existiam anteriormente – para que as ações fossem mais efetivas, dado o conhecimento prévio dos atores –, quanto as novas que surgiram no contexto pandêmico. Para além das redes entre os coletivos de comunicação das periferias, destacam-se também redes como aquelas construídas entre os movimentos de agroecologia e agricultura familiar e os de periferias urbanas. Parceria esta que foi fundamental para garantir a alimentação de muitos/as

brasileiros/as que vivem nas periferias. Uma das grandes questões é saber se essas redes serão sustentáveis no longo prazo e que outros tipos de articulações podem surgir a partir daí.

3.4.2 Discursos e performances: estratégias de comunicação

Plataformas

Para além das transições observadas nos quadros interpretativos, ainda alguns pontos merecem ser destacados, relacionados às estratégias de comunicação dos coletivos. Uma primeira diferenciação interessante é com relação às formas de uso das mídias sociais. Certamente, elas estão vinculadas à própria arquitetura e possibilidades oferecidas pelas plataformas. Ainda assim, é um fator relevante inclusive para compreender os dados coletados nesta pesquisa.

De maneira geral, os coletivos utilizam o *Facebook* como uma espécie de blog, no qual publicam as suas reportagens, especialmente aqueles que não têm *sites* oficiais. A linguagem nessa plataforma é, portanto, mais formal e menos interativa. Também utilizam muito o *Facebook* para divulgar e/ou realizar *lives*, ou até mesmo as suas reportagens, as quais não foram objeto de análise desta pesquisa. Por sua vez, o *Twitter* é uma rede que viabilizou postagens mais espontâneas, com maior interação e mais “reativas” ao contexto, sem necessariamente serem a reprodução de uma reportagem mais elaborada. Também é uma plataforma na qual utilizam uma linguagem mais informal, mais próxima da comunidade.

Linguagem

Para além do uso dos diferentes meios de comunicação que aproximam/facilitam a transmissão de informação, também é relevante notar o uso de uma linguagem – ou, como em Sader, matrizes discursivas – nos discursos que se aproxime do cotidiano das periferias. Isso está relacionado com as performances comunicativas, ou habilidades, dos comunicadores para ora produzirem discursos com uma linguagem mais próxima do público com quem tem identidade compartilhada (os moradores de periferias) ora uma linguagem para um público simpatizante ou em disputa.

No caso, dos públicos com identidade compartilhada, isso vai desde o vocativo da mensagem (“Fala Favela!”, “Salve, Favela!”, “Pega a visão”, “Se Liga, Mana!”), que sabe chamar a atenção já utilizando o dialeto periférico, até a adaptação de termos científicos, instruções referenciando situações cotidianas. É interessante observar algumas diferenças, especialmente nos discursos para esse público, entre os coletivos. Ainda que todos eles se

refiram as suas comunidades como “quebrada”, é mais comum para os coletivos do Rio de Janeiro e São Paulo usarem o termo “favela”, enquanto os do Pará utilizam “bairro” ou “setor”.

#CoronaNasPeriferias | Quem cuida de você enquanto você corre pra diminuir os efeitos da pandemia de coronavírus?

Das denúncias sobre a falta de equipamentos para profissionais da saúde à arrecadação de alimentos e materiais de higiene para famílias em situação de maior vulnerabilidade, a pandemia *acelerou* ainda mais quem já tava nos *corres* da militância nas periferias. Entre uma ação e outra, ainda *rola desmentir* notícias falsas no grupo da família e ensinar a fazer máscara caseira em vídeo de whatsapp. No meio de tudo isso, *ainda bate aquela* dúvida sobre como pagar as contas do mês sem se infectar com coronavírus. (Texto de postagem do Coletivo Periferia em Movimento retirado da amostra analisada, grifos meus)

PEGA A VISÃO MORADORES! #SOS

estamos em mais uma reunião entre lideranças e equipes de saúde do Complexo do Alemão, em atualização sobre os dados do *#covid19nasfavelas*. Infelizmente a situação está piorando. Vem no fio (+). <https://t.co/5EG6NbkJdh> (Texto retido de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada, grifos meus).

Queremos reforçar a necessidade do cuidado uns com os outros, não esqueçam de usarem máscaras ao saírem, lavem bem as mãos.

Em tempos de confinamento, não deixe seu vizinho e vizinha passarem fome, liguem pros teus amigos e amigas, se ouvirem gritos de crianças fora do normal, fiquem atentos. Não deixem que as mulheres sofram violência domésticas.

Vamos vencer juntos e juntas essa pandemia, de mãos dadas e defendo nosso SUS. Deixem aqui sua mensagem de SOLIDARIEDADE às nossas famílias. Contem conosco (Texto de postagem do Coletivo Tela Firme retirado da amostra analisada).

De igual modo, os discursos também eram adaptados para alcançar outros grupos. Mesmo que apresentassem o mesmo quadro, por exemplo, com relação à violência policial e crítica ao Estado, se o fizessem para os moradores das comunidades, por vezes, referenciavam outros eventos anteriores, que acionam a memória dessas pessoas, termos mais comuns ao seu cotidiano. Ao passo que, quando os coletivos desejavam chamar a atenção do público (em disputa) estrangeiro, o mesmo conteúdo de uma mensagem passada em português era traduzido para vários outros idiomas. E, além disso, esses elementos que acionam a memória e a identificação com o território não foram utilizados.

With a global pandemic and everything, how the day started here in Complexo do Alemão. Police operation, blind cars and many shots. Too terrible, tremendous nonsense. Force residentes (Texto retido de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

Con una pandemia global y todo, cómo comenzó el día aquí en Complexo do Alemão. Operación policial, autos ciegos y muchos disparos. Muy terrible, tremenda tontería. Forzar a los residentes. #COVID19nasfavelas <https://t.co/tyxCouBnxO> (Texto retido de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

10:20 | Complexo do Alemão |

3 pessoas mortas, podendo ser maior esse número. Informações de pessoas feridas. Várias casas invadidas e zuadas pela polícia. Falta luz em parte da favela. Denúncias de tortura. Indícios de assassinatos a facada, (marca do BOPE). #COVID19NasFavelas (Texto retido de tuíte de liderança do Coletivo Papo Reto retirado da amostra analisada).

Para sistematizar as informações aqui apresentadas, retomo o Mapa dos Enquadramentos Interpretativos de Ação Coletiva, apresentado no capítulo 1, apontando onde cada elemento é observado. Assim, temos que a situação problemática em voga é, obviamente, a pandemia da COVID-19. Ela é um fator externo que se somou a crises e problemáticas sociais já presentes no contexto brasileiro anteriormente, colaborando para o alastramento de uma crise política, econômica, social e sanitária. Os quadros elaborados nesse contexto foram fundamentados nos enquadramentos interpretativos já existentes, constituídos de maneira processual, e, por terem caráter interativo, se afetam, atualizam e transformam mutuamente.

De modo geral, a análise dos dados evidencia a manutenção do enquadramento interpretativo das periferias com relação à atuação do Estado nesses territórios e interação com atores periféricos. Reivindicam associação entre as perversidades causadas pela pandemia em si com questões estruturais que assolam as comunidades há muito tempo. Os quadros nesse contexto chamam a atenção para os riscos do aumento do desemprego, do trabalho informal e da fome. Ao mesmo tempo, as críticas voltadas para o governo federal são mais direcionadas para as capacidades de gestão da crise em si e da aparente incapacidade de organização administrativa e financeira para tal.

No que se refere à visão do Estado, os quadros interpretativos da pandemia, ao invés de transformar os enquadramentos, parecem, na verdade, objetivar dar publicidade a eles – principalmente quando relacionados a questões já observadas anteriormente como: violência policial, infraestrutura urbana, saúde e ausência de garantia de direitos e serviços. A crise sanitária é vista, ainda, como um momento que atualiza a sua visão de descaso do Estado para com as comunidades. A razão disso, em boa parte, se deve ao fato de que o comportamento do Estado nesses territórios e a interação entre eles não são diferentes de outras situações de emergência, insegurança e medo vividas com mais frequência nas comunidades. Evidentemente, a conjuntura da pandemia traz situações específicas que em alguma medida

atualizarão os enquadramentos, em especial, no que se refere ao negacionismo do Estado (majoritariamente do governo federal) e a perspectiva de que o governo é desorganizado e incapaz de propor uma saída para a crise.

De outro lado, os quadros também apontam a importância dos coletivos de comunicação das periferias para o enfrentamento à COVID-19 nesses territórios. Em certa medida, isso corrobora a ideia de que as periferias vêm fazendo por si só há muito tempo, enfrentando diversas outras situações emergenciais anteriormente. Eles expressam a perspectiva de aquilo que é feito de “noiz por noiz” é mais bem feito, e a importância do conhecimento prévio dos territórios para a efetividade das ações. Servem, ainda, para reforçar os enquadramentos que vêm sendo construídos mais recentemente (ao menos desde os anos 2000 para cá) que enxergam as periferias como locais de potência, criatividade e construção de saberes. Os quadros da pandemia apontam para a centralidade da constituição de redes nos territórios e também em outros níveis (estaduais e nacionais) para o enfrentamento conjunto das comunidades e a constituição do *periférico* de maneira muito semelhante nas diferentes periferias aqui analisadas.

Daí a importância de retornar aos discursos dos atores para compreender a visão de si próprios. Apesar da importância do território e dos discursos nativos dos atores estarem presentes, tal qual apontava a literatura sobre periferias nos anos 1970 e 1980, o que se vê agora é uma perspectiva distinta do que eram as periferias naquela época, quando eram caracterizadas apenas como locais de violência e escassez. Este estudo contribui para os debates na Ciência Política ao se somar a outros, mais recentes, que lançam luz sobre a identificação das periferias como locais de potência – ação, criatividade e proposição de saídas alternativas para a crise.

As semelhanças entre os quadros dos coletivos apontam para a constituição de redes e laços nacionalmente, que fortalecem as produções e agências periféricas. Ainda não é possível prever se e como esses quadros que parecem tão próximos em diferentes comunidades vão colaborar para a manutenção dessas redes, para a construção de uma perspectiva de futuro conjunta. De igual modo, com relação aos quadros específicos sobre a pandemia (medidas de prevenção, isolamento e questões sanitárias e de saúde), não é possível ter certeza de se/como eles serão incorporados aos enquadramentos, se/como as ações aqui realizadas serão absorvidas como repertório dos coletivos de comunicação. Contudo, já foi possível demonstrar algumas mudanças, ainda que sutis, na construção dos quadros no decorrer do período da pandemia analisado.

Tais mudanças apontam não só para a centralidade de compreender os enquadramentos e os quadros como processos cognitivos que são constituídos processualmente na interação com

o contexto, com o ambiente e com outros atores. Mas também como existe um processo de aprendizagem entre as construções cognitivas e as agências realizadas. Ou seja, que interpretação e ação também se constituem mutuamente. De um lado, as ações emergenciais foram realizadas antes mesmo de conseguirem construir uma interpretação concreta do contexto, baseada no enquadramento prévio de que as periferias teriam que fazer por si próprias. Do outro lado, os quadros foram elaborados e atualizados no decorrer da ação, inclusive da ação discursiva, agregando outros elementos, conforme as questões eram colocadas para eles: a fome, a desigualdade social, o genocídio da população preta, pobre e periférica.

Observa-se, ainda, algumas diferenças nos principais quadros mobilizados entre os coletivos que direcionaram este estudo. São diferenças que remetem às particularidades de cada território, e às diversas outras pautas e demandas articuladas na conjuntura pandêmica. Por exemplo, enquanto os coletivos do Sudeste apresentam mais quadros relacionados à violência policial e críticas ao governo estadual, os do Norte trazem mais a dimensão da infraestrutura urbana e críticas ao governo ao municipal. Embora, alguns sejam mais apontados que outros, a depender do coletivo, em maior ou menor medida os quadros interpretativos sobre a pandemia são os mesmos em todos eles.

Diferem essencialmente mediante os discursos pelos quais são expressos. Estes foram habilmente manejados conforme a plataforma de mídia social na qual eram expostos – *Twitter e Facebook* (estudados em maior medida neste trabalho) e *lives* (complementares neste trabalho) – e de acordo com o público que se desejava atingir, como exposto logo acima – de identidade compartilhada (moradores), simpatizantes (pessoas de fora das comunidades, mas que conhecem e defendem a perspectiva das periferias), ou em disputa (público internacional ou nacional que desconhece esta perspectiva). Ademais, os discursos foram, no decorrer no período analisado, estrategicamente atualizados para demonstrar a concatenação entre quadros elaborados na pandemia e essas desigualdades estruturais.

Apesar das diferenças, de maneira geral, os discursos parecem apontar congruências entre os quadros dos diferentes coletivos de comunicação das periferias. Isso, por seu turno, evidencia, por um lado, as vivências semelhantes entre as periferias urbanas do Brasil e a constituição do que é ser *periférico* perpassando todas elas. Por outro lado, mostra a proximidade e a formação de redes pelas periferias brasileiras conectadas pelas vivências e interpretações comuns. Ao mesmo tempo que a manutenção dessas redes aparenta ser um desafio, é também um sopro de esperança em meio ao caos.

Considerações Finais

É importante evidenciar que o propósito desta dissertação não foi romantizar as ações realizadas pelos coletivos nas periferias; ao contrário, assim como está nítido nos quadros interpretativos da pandemia, as ações foram realizadas em decorrência da inação estatal, mas com o entendimento de que eram uma tarefa dele. As periferias têm sido estudadas em diversas áreas do conhecimento como espaços de precariedade e violência. Neste trabalho foi dado destaque para as suas ações e as percepções que elas têm de si próprias especialmente na tentativa de trazê-las como também um lugar de potências, criatividade, com perspectivas e entendimento de mundo diferentes. Além disso, foi relevante trazer de novo à baila, o estudo da ação coletiva nas periferias, negligenciada nos últimos anos na Ciência Política.

A diferenciação entre enquadramentos interpretativos, quadros interpretativos e discursos, proposta no capítulo 1, foi um processo importante para o desenvolvimento desta dissertação e pode oferecer contribuições teóricas e metodológicas para essa literatura. Do ponto de vista da teoria dos enquadramentos interpretativos, diferencia os enquadramentos – compreendendo-os como construções de significado históricas, processuais e contínuas –, dos quadros – tais construções aplicadas a determinado evento, em troca constata com as informações oferecidas pelo contexto –, e dos discursos – ação concreta, expressão dos quadros no mundo, que podem ter um perfil mais estratégico, sendo performados de diferentes maneiras a depender do público para o qual se fala e do meio de transmissão da mensagem. Da perspectiva metodológica, acredito que essa diferenciação nos permita avaliar de maneira mais assertiva aquilo a que realmente temos acesso nos dados, e o que é possível alcançar em nossas análises. A reflexão colocada é que, se da maneira como tem sido feito os estudos, não conseguimos alcançar de fato os enquadramentos, qual seria a melhor forma de fazê-lo? Me parece que a combinação de métodos é um bom primeiro passo.

As contribuições propostas permitiram que a análise fosse feita com mais consciência sobre aquilo que de fato poderia ser alcançado com os dados. Com atenção à importância de observar se os quadros da pandemia dos coletivos de comunicação das periferias refletem, reforçam, ou transformam os enquadramentos das periferias que já vinham sendo construídos, especialmente com relação ao Estado e a si próprias. Foi possível notar mudanças tanto nos quadros no decorrer do período analisado, à medida que o contexto oferecia novas informações, como nos discursos, considerando as performances comunicativas mobilizadas pelos atores para dialogar com o público das periferias e com o externo.

No cerne deste trabalho estava a preocupação em colaborar para os estudos sobre ação coletiva nas periferias. Desse modo, apontei os principais quadros interpretativos sobre a pandemia de COVID-19 elaborados pelos coletivos de comunicação das periferias, em específico, e das periferias de modo geral. Ficou perceptível que os quadros, especialmente aqueles relacionados à maneira como veem o Estado, alimentaram as mesmas percepções já existentes anteriormente nos enquadramentos. Isso não só reflete a manutenção de um tipo de tratamento do Estado com as pessoas nas comunidades; mas também joga luz sob o quão caótico é o período analisado. A crise, que coloca a todos em situação de alerta, a falta de soluções, e o curto espaço de tempo para reagir às dificuldades impostas fizeram com que os coletivos, e demais organizações que atuaram na pandemia em geral, se valessem de conhecimentos prévios para a ação imediata.

Mesmo com a mudança do contexto diante da imposição de uma crise, causada também por um fator externo (a pandemia), de maneira geral, a visão dos coletivos com relação ao Estado é crítica. Essa crítica está relacionada à violência policial, à negação de direitos e à falta de implementação e acesso a serviços e políticas públicas. Fatores esses já levantados pela literatura anteriormente, conforme abordado no capítulo 2, são elementos que inclusive afetam a ação coletiva nos territórios periféricos. A ação violenta do Estado, seja pela truculência policial ou pela inação diante de situações de emergência e/ou violação de direitos, tem efeitos deletérios na vida das pessoas e dificulta a organização coletiva nas comunidades. Lembrando que a organização coletiva é fator essencial para a disputa na arena pública e até mesmo a inserção em espaços participativos ou outros repertórios de interação mais colaborativos com o Estado. Ainda assim, o cenário pandêmico trouxe algo de novo para os quadros, o qual ainda não está definido se/como será incorporado aos enquadramentos, que é a dimensão do Estado negacionista e a desorganização estatal interfederativa para solucionar a crise.

A literatura já apontava que a compreensão da organização e ação coletiva nas comunidades, assim como da construção da identidade coletiva nesses territórios passa pela relação conflituosa e ambígua com o Estado. Embora boa parte dos trabalhos tenham se dedicado a identificar uma suposta autonomia dos movimentos das periferias, o que fica evidente é que, embora majoritariamente conflituosa, a interação com o Estado é elemento que perpassa as lutas e identidades nas periferias. O que vem sendo apontado mais recentemente é que existe um processo criativo de transformação da concepção de *periferia* e *periférico* – levado a cabo pelos próprios moradores e do qual participam os coletivos aqui estudados – que os caracteriza a partir das suas potencialidades e não das precariedades.

De igual modo, a percepção que eles têm de si aqui observadas se somam a esses trabalhos que mostram a importância dos coletivos e espaços de cultura e de comunicação para a constituição e reforço do orgulho de *ser periférico*. Como já estava sendo observado, para além da dimensão de pertencer ao mesmo território, importa para eles as vivências comuns de ausência de acesso a direitos e serviços públicos e o mesmo tratamento negligente do Estado. É uma característica que vem permitindo a constituição de uma identidade periférica que parece cruzar todo o país. Isso foi fator fundamental para a atuação em rede desses coletivos e estreitamento dos laços entre eles durante a pandemia – uma mesma ação era replicada em outros territórios, havia troca de experiências nas *lives*.

Esta dissertação contribui para jogar luz para essas formas organizativas que acompanham muito do que vem sendo discutido na Ciência Política, mas que não foram analisadas. É interessante que, a despeito da baixa inclusão ou adesão dos movimentos periféricos à dinâmica participativa no Estado, eles tenham também se articulado em rede e mobilizado diferentes repertórios para realizar a sua incidência. São repertórios que merecem uma análise mais cuidadosa, porque levam em conta esse passado de relações conflituosas, mas que ao mesmo tempo reafirma o entendimento de que o Estado tem a obrigação de atender de maneira adequada também às periferias.

Nos quadros de todos os coletivos foi destacada a importância da atuação dos coletivos e das comunidades no combate ao novo coronavírus. Vale destacar que isso vem acompanhado da percepção de que as periferias conseguiam entender melhor os riscos da doença, sabiam lidar melhor com a situação, e que sabiam usar sua criatividade e experiência para otimizar e organizar as ações, no comparativo com o que vinha sendo feito pelos governos (federal, estaduais e municipais).

Merece destaque, ainda, a diversidade de repertórios (*online e offline*) utilizados pelos coletivos para disseminar informações confiáveis sobre a COVID-19 e as medidas de prevenção, assim como o reconhecimento das tentativas de levá-las para o cotidiano das periferias, facilitando a compreensão dos moradores. Os coletivos tiveram que aprender a realizar ações solidárias – grandes captações e distribuições de mantimentos – no decorrer da pandemia; mas também foram ágeis em reinventar o uso das suas mídias sociais para comunicar durante a pandemia. *Lives*, telejornais digitais, aplicativos, *podcasts*, a quantidade de conteúdo produzida nesse momento com o intuito de alcançar o maior número de pessoas foi impressionante.

Em paralelo, vale apontar que todas essas ações foram realizadas colaborativamente entre as pessoas/coletivos das comunidades, por vezes até entre diferentes comunidades, e com

empresas ou personalidades públicas (atrizes/atores, comediantes, cantoras/es). Mais raras foram as ocasiões nas quais o conteúdo informativo produzido pelo governo foi meramente reproduzido (não adaptado ou criticado). Apesar de em alguns casos haver parcerias com instituições públicas, como a Fiocruz, não foi observado (ao menos não de maneira significativa) ações conjuntas com os governos. Ao iniciar a pesquisa, esperava-se que pudesse haver um grau de interação colaborativa maior com o governo municipal, já que 2020 foi ano eleitoral nos municípios, mas isso não foi verificado. Isso não significa que não houve qualquer tipo de interação. Especialmente por ocasião da falta de água em algumas comunidades, os coletivos que compõem o Gabinete de Crise do Alemão, por exemplo, buscaram cobrar soluções, diante da importância do acesso à água para o combate ao novo coronavírus.

Ficou perceptível algumas mudanças entre um coletivo e outro, talvez decorrentes tanto das particularidades de cada território a depender do momento da pandemia – o Norte do país começou a ter alta de casos e mortes bem antes do resto do país, por exemplo –, quanto das questões estruturais de cada um que os afeta mais diretamente – é o caso das periferias do Sudeste que parecem denunciar mais a violência policial; ao passo que os do Norte e Nordeste destacam mais as questões de infraestrutura urbana. Ademais das diferenças nas performances dos discursos, considerando justamente estilos linguísticos e referências culturais mais próximos de cada comunidade, além das distinções na forma como o discurso era elaborado ora mirando um público interno ora externo às periferias.

Acredito que algumas questões sobressaem na conclusão deste trabalho que instigam reflexões futuras. A primeira delas é compreender de maneira mais aprofundada como essas situações de crise, nas quais se debatem ideias em movimento, podem contribuir para o aprofundamento dos debates sobre enquadramentos interpretativos de ação coletiva. O que ficou evidente nesta pesquisa foi a multiplicidade de quadros elaborados tanto para interpretar a crise quanto para imaginar soluções, ou até mesmo o que está por vir. Apesar de ter apontado como um fator interessante, que ao mesmo tempo oferece desafios e também uma constelação de oportunidades, a conexão entre crises e enquadramentos precisa ser mais bem trabalhada. Isso é relevante até para compreender se/como os quadros de um momento de crise, como no caso da pandemia, são incorporados aos enquadramentos; e se/como repercutem na construção ou reelaboração de repertórios de ação dos movimentos.

A segunda é que a dimensão da constituição de redes nas periferias é levantada em vários momentos do texto. Tanto no capítulo 2, na formação de vários movimentos com temas específicos, como é o caso dos grupos de mães, e na construção do *ser periférico* que agora parece ultrapassar as fronteiras dos territórios; como no capítulo 3, a centralidade da formação

das redes para articular as ações nos territórios. Na verdade, as redes aparecem já desde o início: o que suscitou esta pesquisa foi a constituição da rede dos coletivos de comunicação das periferias no combate à pandemia, a partir do manifesto. Tanto a formação dessas redes quanto a manutenção delas no pós-pandemia são temas que merecem um olhar mais atento e cauteloso. Do mesmo modo, pode ser interessante acompanhar como esses coletivos que realizaram as ações de solidariedade, apesar de acreditarem que esta não era sua função e aparentemente não terem histórico de interação com o Estado (além dos editais de fomento à cultura), se comportarão frente a esse mesmo Estado no futuro.

Por fim, nos resta questionar o que significa, em termos de construção democrática para o Brasil, os quadros interpretativos dos coletivos das periferias durante a pandemia refletirem os mesmos enquadramentos sobre o tratamento do Estado com relação às periferias – que carregam, maior ou menor medida, as mesmas interpretações desde a ditadura militar. A despeito de termos passado por um processo de redemocratização e por um longo período de avanços em garantias sociais – ainda que nos últimos anos estejamos vivendo o desmantelamento de boa parte delas –, a literatura sobre as periferias urbanas mostra e esta dissertação reforça que existe boa parcela da população que esteve às margens desse percurso.

Acredito que os estudos sobre movimentos sociais, em especial na Ciência Política, precisam *pegar a visão*, das contribuições oferecidas por esta dissertação. Isso viabiliza a compreensão dos limites ao se analisar interação entre Estado e sociedade. O que está caracterizado aqui parece estar entre os repertórios contenciosos, que, por vezes, não consideram qualquer tipo de interação mais colaborativa, e os repertórios de interação que miraram em movimentos que foram bastante abertos e inseridos nos canais participativos e redes colaborativas no Estado. São sujeitos que, sob a perspectiva de acesso a garantia e direitos não interagem, porque são políticas que não chegaram para eles; mas que sim se relacionam do ponto de vista da marginalização e criminalização desses territórios, o que nos obriga a reposicionar o olhar sobre os limites da redemocratização do país. Estão em conflito justamente porque disputam qual é o papel desse Estado, mas que, se o disputam, o reconhecem como lugar para colocar as suas lutas e demandas.

A pandemia veio como um vendaval e jogou luz sobre todas essas desigualdades; mas depois dos autofalantes, para dar voz, e dos holofotes, para jogar luz, é a vez de entender que as periferias são o centro, para aprender como *fazer do nosso jeito*.

Referências Bibliográficas

LIVROS, ARTIGOS, REPORTAGENS

ABERS, R.; KUNRATH, M.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, v. 105, p. 15–46, 2018.

ABERS, R.; ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, Special Issue: The Political Ramifications of Covid-19. v. 00, n. 0, p. 1–17, 2021.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, 2014.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, v. 28, p. 52–84, 2011.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. **A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)**: Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia. Brasília-DF: Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020a. Disponível em: <www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio>.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. **Agir, interpretar, imaginar: movimentos sociais frente à pandemia**. 12o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 19-23 de outubro de 2020, 2020b.

ACCIARI, L. Care for those who care for you! Domestic workers' struggles in times of pandemic crisis. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 12, n. 1, 2020.

ADERALDO, G. **Reinventando a “cidade”: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo**. Tese—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2013.

AGAMBEN, G. **O Estado De Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social e Sociedade*, n. 109, p. 68–92, 2012.

ALMEIDA, D. Os desafios e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 649–679, 2017.

ALMEIDA, D. **Representação precisa de participação: extinção de conselhos expõe desejos antidemocráticos**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/05/representacao-precisa-de-participacao.shtml>>. Acesso em: 07/04/2021.

ALMEIDA, D. Bolsonaro (não) me representa. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Eds.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 427-440.

ALMEIDA, D.; VIEIRA, A. K.; KASHIWAKURA, G. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto do impeachment. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 1, p. 140–170, 2020.

ALMEIDA, B. **Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta**. Tese—Rio de Janeiro-RJ: Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

ALMEIDA, L. Quilombo: território de insurgência. **Brasis**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasis.org/centro-oeste>>

ALMEIDA, L. Álcool em gel? Minha casa alaga pelo ralo. **Revista Piauí**, 19 mar. 2020.

ALMEIDA, R. *et al.* As repercussões das operações urbanas em Belo Horizonte: o caso da ocupação Izidoro. **E-xacta**, v. 10, 2017.

ALMEIDA, R. Novos coletivos no espaço público: o papel da dimensão espacial na configuração de novas formas de associativismo civil dos jovens contemporâneos. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia 9 a 12 de julho de 2019, UFSC - Florianópolis, SC Grupo de Trabalho 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos Novos**, p. 1–19, 2019.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49–86, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, 2012.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: Da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383–398, 2012.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Eds.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

BALBINO, J. **Pelas margens: vozes femininas na literatura periférica**. Dissertação—Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

BARBERIA, L. *et al.* **BOLETIM 4 - Falta de coordenação entre governo Federal e estados enfraquece a política de distanciamento social. A flexibilização sem critério pode agravar a pandemia: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade**. [s.l.] Rede de Pesquisa Solidária, 30 abr. 2020a.

BARBERIA, L. *et al.* **BOLETIM 15 - Auxílio emergencial do governo tem impacto positivo na renda dos mais vulneráveis, mas não diminui mobilidade. A ausência de uma estratégia integrada do setor público enfraquece a efetividade das medidas contra a pandemia.: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade**. [s.l.] Rede de Pesquisa Solidária, 10 jul. 2020b.

BENFORD, R. An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. **Sociological Inquiry**, v. 67, n. 4, p. 409–430, 1997.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 611–639, ago. 2000.

BENTES, A. A luta contra o coronavírus nas aldeias da região norte. **Brasis**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasis.org/norte>>

BLACK, J.; CHATTOPADHYAY, S.; CHISHOLM, R. Solidarity in times of social distancing: migrants, mutual aid, and COVID-19. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 12, n. 1, 2020.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1969.

BLYTH, M. The transformation of the swedish model. **World Politics**, v. 54, p. 1–26, [s.d.].

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

BORJA, J. Movimientos urbanos de las clases populares: movimiento reivindicativo, movimiento democrático, dualidad de poder. **Papers. Revista de Sociología**, v. 3, p. 39, 1974.

BOSCHI, R. **Movimentos coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSCHI, R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1987.

BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. V **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais**, p. 20, 1981.

BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, R. (Ed.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1983.

BRITO, M. **História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2017.

CABRAL, G. Truculência nas ruas materializa autoritarismo nada gradual. **Folha de S. Paulo**, n. 01, p. 3, 2019.

CARDOSO, R. Introdução. In: KOWARICK, L. (Ed.). **Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313–350, 2008.

CARVALHO, M. A ação do Estado nas favelas do Rio de Janeiro: a experiência da UPP Borel. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia - Curitiba, Paraná**, p. 19, 2011.

CASTAÑEDA, M. Midiativismo: tecnologias, práticas e contextos nas lutas no Rio de Janeiro. **30a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016.

CASTAÑEDA, M. Organização Política, Burocracia e Plataformas Digitais: Coletivos Midiativistas no Facebook. **X Congresso de Administração e Contabilidade**, 2019.

CASTELLO, G. *et al.* **BOLETIM 17 - A fome persiste nas comunidades ao lado do aumento de novas dimensões da violência. A descrença nas decisões de flexibilização do distanciamento físico dificulta a contenção da pandemia: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade**. [s.l.] Rede de Pesquisa Solidária, 24 jul. 2020.

CASTRO, B. **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a a experiência social da pandemia**. 1. ed. Campinas-SP: UNICAMP, IFCH, 2020.

CASTRO, J.; OLIVEIRA, A. “É nós protagonizando na tela”: experiência local do coletivo de comunicação popular Tela Firme na periferia de Belé, Pará. **Política e Cultura Revista**, v. 11, n. 2, p. 190–215, 2018.

CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, 2009.

CAYRES, D. **Sociedade civil e Estado: a autonomia revisitada**. Dissertação—Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CEFAI, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11–48, 2009.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas ... o que nos ensina o pragmatismo (parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129–142, 2017a.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (parte I). **Novos Estudos** 2017, v. 36, n. 01, p. 187–213, 2017b.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLIER, D.; COLLIER, R. Framework: critical junctures and historical legacies. In: **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement and regime dynamics in Latin America**. 2. ed. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2002. p. 27–39.

COLOSSO, P. **Disputas pelo direito à cidade: mais novos personagens Paolo Colosso**. Tese—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2019.

CORREIA, A. P. **Mulheres da periferia em movimentos: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo**. Dissertação—Guarulhos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2015.

COSTA, L. C. Redes de aquilombamento contra a COVID-19: uma análise das estratégias de coletivos populares na grande Recife. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 47, p. 116–134, 2020.

CUFA. **PROPOSTAS DE MEDIDAS PARA REDUZIR OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID19 NOS TERRITÓRIOS DAS FAVELAS BRASILEIRAS**, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cufa.org.br/noticia.php?n=MjYx>>

CUFA; DATA FAVELA; LOCOMOTIVA. **Coronavírus nas favelas**. 2020.

CUNHA, N. da; MELLO, M. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 3, p. 371–401, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Ed.). **Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**, p. 95–110, 2004.

D'ANDREA, T. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2013.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, p. 19–36, 2020.

DAS, V.; POOLE, D. (EDS.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford, 2004.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. Tese—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2001.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 117–136, 2002.

DELLA PORTA, D. How progressive social movements can save democracy in pandemic times. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 12, n. 1, 2020a.

DELLA PORTA, D. Movimentos sociais em tempos de Covid-19: outro mundo é necessário. **OpenDemocracy**, 2020b. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/pt/movimentos-sociais-tempos-de-covid-19-mundo-necesario/>>

DEWEY, J. **El arte como experiencia**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1934.

DIAS, M. *et al.* Movimentos sociais na luta por moradia em Belo Horizonte: estudo de caso das ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana. **Canoas**, v. 5, 2017.

DIAS, T. “É uma batalha de narrativas”: os enquadramentos da ação coletiva em torno do **impeachment de Dilma Rousseff no Facebook**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2017.

DIAS, T.; VON BÜLOW, M.; GOBBI, D. Populist framing mechanisms and the rise of right-wing activism in Brazil. **no prelo**, [s.d.].

DINIZ, E. Associativismo e participação social. In: BOSCHI, R. (Ed.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. (Ed.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ENTMAN, R. Framing toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ENTMAN, R. Framing U.S Coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, p. 6–27, [s.d.].

ESCUDERO, C. **Os impactos da pandemia de COVID-19 nas organizações da sociedade civil: conjuntura, desafios e perspectivas**. Brasília-DF: IPEA, maio 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2010.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2008.

FELTRAN, G. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, v. 79, p. 201–233, 2010.

FERIGATO, S. *et al.* The brazilian government's mistakes in responding to Covid-19 pandemic. *Correspondence*, v. 396, n. 1636, 2020.

FERNANDEZ, M. *et al.* **Estados diante da pandemia de Covid-19: Uma discussão sobre distanciamento social e baixa arrecadação**. JOTA, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/estados-diante-da-pandemia-de-covid-19-19082020>>

FERNANDEZ, M.; PINTO, H. Estratégia de atuação intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o consórcio nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. *Revista Saúde em Redes*, v. 6, p. 7–21, 2020.

FERREIRA, C. Feminismos web: Linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, v. 2015, n. 44, p. 199–228, 2015.

FLAUZINA, A. L. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2006.

FLAUZINA, A. L. Democracia genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (Eds.). **Brasil em Transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 63–82.

FNRU. **O combate à pandemia Covid-19 nas periferias urbanas, favelas e junto aos grupos sociais vulneráveis: propostas imediatas estratégias de ação na perspectiva do direito à cidade e da justiça social**. 2020. Disponível em: <<https://analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/noticias/documento-politico-unificado-de-combate-a-covid-19/>>

FNRU; IBDU. **Monitoramento da atuação do poder público com comunidades e grupos vulnerabilizados no contexto da pandemia**. 2020a.

FNRU; IBDU. **Panorama nacional: monitoramento da atuação do poder público no contexto da pandemia da Covid-19 a partir das vivências de grupos e comunidades**. 2020b.

FRANCO, I. *et al.* Mapping repertoires of collective action facing the COVID-19 pandemic in informal settlements in Latin American cities. *Environment & Urbanization*, p. 1–24, 2020.

FRAZÃO, W.; MIRANDA, D. **Periferia em Foco: Uma Experiência de Comunicação Popular no bairro da Cabanagem, em Belém-Pará**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 2019.

FREITAS, A. Nós somos rostos e histórias, mas somos invisíveis. *Brasis*, 2020. Disponível em: <<https://www.brasis.org/sul>>

FÜSSY, P. [BigDataSur-COVID] Liberating COVID-19 data with volunteers in Brazil. **DATACTIVE - The politics of data according to civil society**, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/06/bigdatasur-covid-liberating-covid-19-data-with-volunteers-in-brazil/>>. Acesso em: 14 jan. 2021

- GAMSON, W. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GERBAUDO, P. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745–753, 2018.
- GOFFMAN, E. **An essay on the organization of experience frame analysis**. 1. ed. Nova Iorque: Northwestern University Press, 1974.
- GOODWIN, J.; JASPER, J. Caught in a winding, snarling vine: the structural bias of political process theory. **Sociological Forum**, v. 14, n. 1, p. 27–54, 1999.
- GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. Why emotions matter? In: GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. (Eds.). **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago: Chicago University Press, 2001.
- HAY, C. Construcvist Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (Eds.). **The Oxford Book of Political Institutions**. Oxford: Oxford Handbooks Online, 2008.
- HOLANDA, N.; LIMA, V. Movimentos e ações político-culturais do Brasil em tempos de pandemia do Covid-19. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 12, n. 1, 2020.
- JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. (Ed.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- JACOBI, P. Movimentos urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **BIB**, v. 23, p. 18–34, 1987.
- JASPER, J. A strategic approach to collective action: Looking for agency in social-movement choices. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 9, p. 1–16, 2004.
- KAPLAN, S. Framing contests: strategy made under uncertainty. **Organization Science**, v. 19, n. 5, p. 729–752, 2008.
- KLINTOWITZ, D. et al. Contexto territorial e ação coletiva no enfrentamento da covid-19. **Opera Mundi**, 2020. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/analise/65231/contexto-territorial-e-acao-coletiva-no-enfrentamento-da-covid-19>>
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KLEIN, C. Flipping the city: space and subjectivity in São Paulo periphery. **City & Society**, v. 31, p. 142–163, 2019.
- KRIEGER, M. *et al.* Desigualdade urbana e redes de solidariedade: as periferias e favelas no enfrentamento à pandemia. **Estadão**. 25 maio 2020.
- KOWARICK, L. Introdução - as lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: KOWARICK, L.; BONDUKI, N. (Eds.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Ed.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR, H. **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2016.

KUNRATH, M. Solidariedade é fundamental, mas não é suficiente. **UFRGS Jornal da Universidade**, 18 jun. 2020.

KUNRATH, M.; COTANDA, F.; PEREIRA, M. Interpretação e ação coletiva: enquadramentos no estudo dos movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143–164, 2017.

KUNRATH, M.; RUSKOWSKI, B. Condições e mecanismos do engajamento militante - um modelo de análise. **Condições e mecanismos do engajamento militante - um modelo de análise**, v. 21, p. 187–226, 2016.

LARRAIN, J. Stuart Hall and the Marxist Concept of Ideology. **Theory, Culture & Society**, v. 8, n. 4, p. 1–28, nov. 1991.

LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n. 6, p. 91–109, 2003.

LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**, v. 5, p. 37–55, 2004.

LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: Argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157–187, 2015.

LEEUWEN, T. **Discourse and practice**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

LEITE, A. E. **Mesmo céu, mesmo CEP: produção literária na periferia de São Paulo**. Dissertação—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, N. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais**. Tese—Rio de Janeiro-RJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1989.

LIMA, Q. Blogueiras feministas e o discurso de divulgação do feminismo no ciberespaço. **VI Seminário de Estudos em Análise de Discurso - Porto Alegre, Rio Grande do Sul**, 2013.

LINDSTEDT, N. Shifting frames: collective action framing from a dialogic and relational perspective. **Sociology Compass**, v. 12, n. 1, 2017.

LIRA, A.; CASTRO, F.; AMORIM, C. Coletivo Tela Firme: comunicação e cidadania na periferia da Amazônia. **I Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia - Belém, Pará**, p. 1–17, 2017.

LOCOMOTIVA; DATA FAVELA; CUFA. **Pandemia na favela: a realidade e 14 milhões de favelados no combate ao coronavírus**. 2020.

LOURENÇO, A. C. M. P. **“Daqui nós não saímos e daqui ninguém nos tira”:** direito e ação coletiva no caso da remoção no Canal do Anil. Dissertação—Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008.

LUPION, B. A favela não está em home office. **DW Brasil**, 24 jun. 2020.

LYRA, C. #Ocupe Estelita: a resistência cultural pelo direito à cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 3, 2015.

MACHADO, L. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: **Rio: A Democracia Vista de Baixo**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

MACHADO, L.; LEITE, M. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: **Rio: A Democracia Vista de Baixo**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004.

MAGALHÃES, A. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistência**. Curitiba: Appris, 2019.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.; RESENDE, V. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. 1. ed. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, L. [BigDataSur-COVID] The pandemic and the new socio-digital order in the Global South: The case of São Paulo. **DATACTIVE - The politics of data according to civil society**, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/06/bigdatasur-covid-the-pandemic-and-the-new-socio-digital-order-in-the-global-south-the-case-of-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 jan. 2021

MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.). **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MAIA, G. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito - UFSM**, v. 8, n. 1, 2013.

MASCARO, A. **Crise e pandemia**. 1. ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1. ed. 1. N-1 edições, 2019.

MEDEIROS, J. **Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos**. Tese—Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MEDEIROS, J. Do “Feminismo Popular” Ao “Feminismo Periférico”: Mudanças Estruturais Em Contrapúblicos Da Zona Leste De São Paulo. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 311, 2019.

MEDEIROS, D.; MORADO, D. Ações de garantia ao direito à moradia em Belo Horizonte diante da pandemia do coronavírus. **Labcidade**, 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-de-garantia-ao-direito-a-moradia-em-belo-horizonte-diante-da-pandemia-do-coronavirus/>>

MEDRADO, A. [BigDataSur-COVID] Resilient Media in Times of Crisis: Experiences from the Global South (1/2). **DATACTIVE - The politics of data according to civil society**, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/08/bigdatasur-covid-resilient-media-in-times-of-crisis-experiences-from-the-global-south-1-2/>>. Acesso em: 14 jan. 2021

MENDONÇA, R. Contratos comunicativos e ação situada: uma abordagem pragmática | E-Compós. 2008.

MENDONÇA, R.; FREITAS, F.; OLIVEIRA, W. Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. **Análise Social**, n. 211, p. 244–271, jun. 2014.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187–201, 2012.

MIRANDA, D. Do baile (também) à ALERJ, o funk em expansão: contribuições da semiótica da cultura para pensar deslocamentos de sentidos na comunicação da periferia. **IV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul - S. Cruz do Sul-RS**, p. 1–15, 2013.

MISCHE, A. **Partisan Publics**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MOBILIZA; REOS PARTNERS. **Impacto da Covid-19 nas OSCs brasileiras: da resposta imediata à resiliência**. 2020.

MODELLI, L. **Blogs coletivos feministas - um estudo sobre feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet**. Dissertação – Bauru-SP: UNESP, 2016.

MOUTINHO, L.; ALVES, V.; MATEUZI, M. “Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo”: visibilidade e afetos na cena negra periférica paulistana. **Revista TOMO**, n. 28, p. 265–291, 2016.

MUNIZ, J.; PATRICIO, L. Segurança pública ou proteção? Na corda bamba da cidadania nos 30 anos da Constituição. p. 1–18, 2018.

NASCIMENTO, É. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. Dissertação—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2011.

NUNES, E. O nordestino é, antes de tudo, um mestre da viração. **Brasis**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasis.org/nordeste>>

NUNES, J. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 257–277, 2013.

OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E COVID-19. **Boletim de Junho - Cadê o plano de enfrentamento à Covid-19 e garantia de direitos?** [s.l.] Observatório Direitos Humanos e Covid-19 (várias orgs.), 1 jun. 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Observatório-DH-COVID19_Boletim-Junho.pdf>.

OLIVEIRA, S. de. **“Trabalhadores favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte**. Tese—Rio de Janeiro-RJ: FGV - CPDOC, 2014.

OXFAM. **More questions than answers: emergent agency in a time of Covid**. [s.l.] OXFAM, 2020.

PARDO, M. L. **Teoría y metodología de la investigación lingüística. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos**. Argentina: Tersites, 2011.

PARDO, N. **Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana**. Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

PASSOS, N. **#Elasótem16anos: análise discursiva crítica de postagens em rede social sobre caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2019.

PARRA, H.; POPPI, R. Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil. **Liin Revista**, v.13, n.1, 2018.

PARISIER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PENTEADO, C.; OLIVEIRA, M. Autodenominação " Coletivo ": o que essa escolha pode nos informar. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia 9 a 12 de julho de 2019, UFSC - Florianópolis, SC Grupo de Trabalho 22 - Movimentos Sociais Contemporâneos Novos**, 2019.

- PEREZ, O. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577–596, 2019.
- PEREZ, O.; SOUZA, B. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e as práticas dos coletivos. **41 Encontro Anual da ANPOCS**, 2017.
- PIRES, R. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. Brasília-DF: IPEA, abr. 2020.
- PISMEL, A.; OLIVEIRA, A.; TEIXEIRA, A. C. Movimento sociais driblam omissão do governo na pandemia. **Entendendo Bolsonaro**, 13 dez. 2020.
- PIVOTTO, J. [BigDataSur-COVID] Argentina-Brasil: La resignificación del uso de la tecnología en épocas de pandemia. **DATACTIVE - The politics of data according to civil society**, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/07/bigdatasur-covid-argentina-brasil-la-resignificacion-del-uso-de-la-tecnologia-en-epocas-de-pandemia/>>
- POLLETTA, F.; JASPER, J. Collective Identity and social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 283–305, 2001.
- PORTO, M. **Enquadramentos de Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002.
- QUINTELA, D. **Maternidade e ativismo político: a luta das mães por democracia e justiça**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2017.
- RAIMUNDO, S. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. PhD Thesis—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2017.
- RAMALHO, K. Ser periférico: trajetórias materiais, perspectivas simbólicas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/ser-periferico-trajetorias-materiais-perspectivas-simbolicas/>>
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica: O Texto como Material de Pesquisa**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011.
- RAMOS, I. **Entre “perifeminas” e “minas de artilharia”: participação e identidades de mulheres no hip hop e no funk**. Dissertação—São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2016.
- RESENDE, V. Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 178–184, 2011.
- RESENDE, V. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Brasília-DF: Pontes Editores, 2017. p. 11–51.
- RESENDE, V.; REGIS, J. **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- RESPONSA. **Coronavírus: a voz das periferias**. Rio de Janeiro: Resposta, 2020.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36–51, 2018.

ROCHA, L. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. **Quartet & Faperj.**, p. 226–230, 2013.

ROCHA, L. **Sobre como o poder público resolve a questão da moradia: a urbanização, a remoção e o reassentamento de favelas em Natal-RN (2001 – 2017)**. Dissertação—Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018a.

ROCHA, L. DE M. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, n. 65, p. 475–494, 2018b.

RODRIGUES, F.; TEMER, A. C. Fazendo do nosso jeito: apropriação de estratégias de comunicação pela Central Única das Favelas. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, p. 1–9, 2010.

ROHM, R.; MARTINS, J. [BigDataSur-COVID] The LGBTQ+ community during the COVID-19 pandemic in Brazil. **DATACTIVE - The politics of data according to civil society**, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/06/bigdatasur-covid-the-lgbtq-community-during-the-covid-19-pandemic-in-brazil/>>. Acesso em: 14 jan. 2021

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, T. Lutas por moradia: integração, reconhecimento e ativismo político. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia - Florianópolis-SC**, p. 1–16, 2019.

SANTOS, G. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)**. Tese—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2017.

SARMENTO, R. **Das sufragistas às feministas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. Tese—Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. Situando os debates sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil - Introdução. **Política e Sociedade**, v. 5, p. 13–35, 2004.

SCHMIDT, V. Reconciling ideas and institutions through discursive institutionalism. In: BÉLAND, D.; COX, R. (Eds.). **Ideas and politics in social science research**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. Case selection techniques in case study research - a menu of qualitative and quantitative opinions. **Political Research Quarterly**, v. 61, p. 294–308, 2008.

SEWELL, W. Historical Events as Transformations of Structures: Inventing Revolution at the Bastille. **Theory and Society**, v. 25, n. 6, p. 841–881, 1996.

SILVA, F.; OLIVEIRA, M. Reflexões sobre práticas e reconfigurações políticas dos coletivos de comunicação “Nós mulheres da periferia” e “Periferia em Movimento”. **VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”**, p. 1–21, 2019.

SILVA, M. K. **Muito além das “pedaladas”: uma análise dos enquadramentos da cobertura política do site Deutsche Welle Brasil sobre o impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação—Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2020.

SNOW, D. *et al.* Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464, ago. 1986.

- SNOW, D. *et al.* **The wiley-blackwell encyclopedia of social and political movements**. [s.l.: s.n.].
- SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, frame resonance and participant mobilization. In: **International social movement research**. v. 1, p. 197–217, 1988.
- SOUSA, T. *et al.* **BOLETIM 13 -Estratégias Diferenciadas e Falta de Padrão nas Testagens Dificultam o Enfrentamento da Pandemia, Enfraquecem as Decisões de Flexibilização e Aumentam a Insegurança da População: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade**. [s.l.] Rede de Pesquisa Solidária, 26 jun. 2020a.
- SOUSA, T. *et al.* **BOLETIM 20 - Sem estratégia, o governo federal estimula a fragmentação do país e deixa de coordenar a resistência à COVID-19.: Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade**. [s.l.] Rede de Pesquisa Solidária, 14 ago. 2020b.
- SPEAR, R. *et al.* Innovations in Citizen Response to Crises: Volunteerism & Social Mobilization During COVID-19. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 12, n. 1, 2020.
- STEINBERG, M. The talk and back talk of collective action: a dialogic analysis of repertoires of discourse among nineteenth-century. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 736–780, nov. 1999.
- TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 17-45, 2009.
- TARROW, S. **The language of contentious**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, p. 8-34, 2013.
- TATAGIBA, L. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo - primeiras reflexões. **Colombia Internacional**, v. 71, p. 63–83, 2010.
- TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S.; TRINDADE, T. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399–426, 2012.
- TELLES, V. Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. (Ed.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- TELLES, V. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5–6, p. 97–126, 2009.
- TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: Chicago University Press, 2006.
- TILLY, C. **Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 05–34, 2000.
- VIAL, A.; CAVALLIERI, F. O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pouso's e o Programa Favela-Bairro. **Coleção Estudos Cariocas**, n. No. 20090501, 2009.
- VIEIRA, D.; SANTOS, J. Rimando a pandemia. **Nexo Jornal**, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Rimando-a->

pandemia?fbclid=IwAR2QGEuNTuMcVPQT2Hi9C3AIE0ppAK5_7SNpi09ySmFGaKKvXT6tFMI0y nM>

VON BÜLOW, M. The survival of leaders and organizations in digital age - lessons from the Chilean student movement. **Mobilization: An International Journal**, v. 23, p. 45–64, 2018.

VON BÜLOW, M. **Os impactos da pandemia no ativismo digital**: Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia. Brasília-DF: Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020a. Disponível em: <www.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio>.

VON BÜLOW, M. **Os condenados da terra: os mais pobres mobilizam-se frente à pandemia**. The HuffPost Brasil, 24 mar. 2020b. Disponível em: <<https://resocie.org/2020/04/02/os-condenados-da-terra-os-mais-pobres-mobilizam-se-frente-a-pandemia/>>

VON BÜLOW, M.; DIAS, T. O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 120, p. 5–32, 2019.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Eds.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ZINGALES, N. **[BigDataSur-COVID] A Brazilian cautionary tale on pandemic negationism: Open data is an essential safeguard for evidence-based policy-making** DATACTIVE - The politics of data according to civil society, 10 set. 2020. Disponível em: <<https://data-activism.net/2020/09/bigdatasur-covid-a-brazilian-cautionary-tale-on-pandemic-negationism-open-data-is-an-essential-safeguard-for-evidence-based-policy-making/>>. Acesso em: 14 jan. 2021

LIVES, ENTREVISTAS E PODCASTS

ARQUEPERIFA. **Lugar de Quarentena**. Disponível em: <<https://anchor.fm/arqueperifa/episodes/1---Coletivos-Culturais-da-Quebrada-ed76kt>>

SILVA, O. **Organizações sociais comunitárias no enfrentamento dos efeitos da Covid-19**, 27 jul. Entrevista com: BARRETO, M.; GONÇALVES, A.; SILVA, W. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/397405070321390/videos/215642736404412/>>

IPOL/ UnB. **As periferias urbanas no contexto de enfrentamento à Covid-19**. Entrevista com: BENEDETTO, C.; DAS GRAÇAS, M. 7 maio 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/1148395128559440/videos/169583151056952/>>

CRP/SP. **Ações dos movimentos sociais nas periferias durante a pandemia**. Entrevista com: BRAZ, S. *et al.* 21 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzP90hIS900&list=UU_NwEqVtJHrGV052QgI8nKA>

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Periferias contra a pandemia**. Entrevista com: CÁSSIA, R. *et al.* 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/103963946481173/videos/1753208944826776/>>

EMERGE. **O enfrentamento da pandemia e da crise econômica pelos jovens comunicadores de comunidades**. Entrevista com: MARTINS, G.; ARAÚJO, D. 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N7Ez-b_w_Mc>

ONG FASE. **Encontro Virtual - Mapeamento de ações emergenciais e de incidência da sociedade civil na pandemia**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ONGFase/videos/999317520495465>>

FGV. **Webinar | Um olhar objetivo sobre a Covid-19: Sociedade Civil**, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0hixQuIZfQ4>>

UNFPA. **Periferias e a Covid-19: impactos e respostas**. Entrevista com: FRANCO, A.; ZEZE, P.; CASTELLO, G. 26 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YdQ8YaM27Rw>>

MACIEL, M. **Covid-19: o impacto e os desafios do coronavírus nas periferias brasileiras**, 2020. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/11537432/o-impacto-e-os-desafios-do-coronavirus-n>>

MACIEL, M.; CASTRO, P. **Coronavírus e a periferia**, 2020. Disponível em: <https://www.spreaker.com/user/11537432/coronavirus-e-a-perifa_2>

IPOL/UnB. **Protesto e Proteção: O desafio de organizar manifestações no contexto da pandemia**. Entrevista com: MACIEL, M.; DECOTHÉ, M. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ipolunb/videos/319704842393499>>

PPGS/UFRGS. **Live Cidades, periferias e movimentos sociais no contexto da COVID-19 2ª edição**. 24 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sociologiaufrgs/videos/272529727393507>>

UNESCO. **Fórum DATA Favela - Favela no combate ao coronavírus**, 24 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ij2cXjXVc94>>

KONDZILLA. **Os impactos do coronavírus na favela - Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfmmyDKPpLA>>

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Interrompemos a programação (?)**, 2020. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/periferia-doc2020/>>

RAMOS, L.; SANTIAGO, R. **Papo Ninja com Lázaro Ramos e Raul Santiago**, 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mTX9SZNv9qg>>

RODRIGUES, B.; SOUZA, R.; MARTINS, E. **Campanha Periferia Viva**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ArmazemdoCampoPE/videos/666179570849178>>

ROMÃO, W.; MOURA, I.; JERRY. **Comunicação Pública na Cidade - Pensando Campinas**, 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ProfWagnerRomao/videos/2601912156713892>>

UOL DEBATE. **Enfrentamento do coronavírus nas favelas**. Entrevista com: SANTANA, B. et al. 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mHRJ0WMDpql>>

OXFAM. **Coronavírus e a vida nas periferias**. Entrevista com: SILVA, R.; CARVALHO, L. 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AadvSrYao4Y&feature=emb_title>

AÇÃO PARAMITA. **Roda de Conversa | Favela, autoorganização e Covid-19**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.acaoparamita.com.br/36-roda-de-conversa-favela-autoorganizacao-e-covid-19/>>

INCT/IDDC. **Movimentos sociais e pandemia**, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OtvnIujL9Fk>>

OXFAM. **Ativismo e solidariedade nas periferias**, 28 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4voxKj4deRI>>

UNFPA. **Webinário #18 | Periferias e a Covid-19: impactos e respostas**, Entrevista com: ZEZÉ, P.; FRANCO, A.; CASTELLO, G. 26 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YdQ8YaM27Rw>>

Anexo 1 - Tabela com listagem completa de temas

Categoria	Descrição	Quantidade
Atuação dos coletivos	Citações que retratam a atuação dos coletivos como algo positivo.	1761
Violência policial	Citações que criticam a violência policial nas periferias	1549
Fonte - comunidade	Citações que identificam a comunidade e/ou os coletivos como a fonte de informação de determinado assunto	1249
Doações	Citações que mobilização para doações, relatos dos momentos de entregadas doações, falam sobre a importância das doações	1212
Divulgação casos e mortes	Citações que informam sobre quantidade de casos e/ou mortes por coronavírus nas periferias	811
Isolamento - desafios	Citações que retratam como as condições de vida nas periferias torna o isolamento social impossível	738
Crítica ao governo estadual	Citações que criticam a ação do governo estadual nos territórios e/ou condução da pandemia em geral	661
Medidas de Prevenção - Apoio	Citações que indicam apoio/importância das medidas de prevenção	627
Conscientização	Citações que buscam conscientizar as pessoas sobre os riscos do vírus, explicar sobre a doença	520
Atuação comunidade	Citações que relatam a atuação da comunidade não-organizada em coletivos, de maneira espontânea	493
Lives	Citações que divulgam uma live como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	371
Crítica aos políticos/governos	Citações que criticam os governos/políticos de maneira geral, sem identificar esfera federativa ou cargo público	350
Covid-19 impacta mais pretos e pobres	Citações que afirmam que a Covid-19 impacta mais pessoas pretas e pobres	297
Crítica ao governo federal	Citações que criticam a ação do governo federal nos territórios e/ou condução da pandemia em geral	292
Luto pelos nossos	Citações que expressam sentimento de luto pelas mortes nas periferias, tanto por Covid-19 quanto por violência policial	285
Solidariedade	Citações que solidariedade e apoio a iniciativas solidárias realizadas de forma espontânea pela comunidade (não inclui doações)	264

Categoria	Descrição	Quantidade
Fome	Citações que expressam a fome e/ou insegurança alimentar como um agravante da pandemia e impeditivo do isolamento social	261
Saúde	Citações que falam sobre a situação da política pública de saúde (falta de materiais, atendimento médico, testes, atenção básica, filas, etc.)	207
Sem identificação	Citações as quais não foi possível identificar do que se tratavam (ex.: mensagem que só continham onomatopeias)	187
Auxílio emergencial	Citações que mostram as dificuldades financeiras enfrentadas e a importância da aprovação do auxílio emergencial	186
Favela é resistência	Citações que não falam especificamente sobre atuação da comunidade ou dos coletivos, mas de maneira geral que a favela sempre resistiu e cuidou dos seus.	185
Falta de organização no governo	Citações que afirmam que os governos não têm organização nem planejamento interfederativo para combater a pandemia	176
Condições trabalhistas	Citações que retratam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores das periferias na pandemia.	173
Nunca deu nada pra noiz	Citações que expressam que o governo nunca fez nada pela periferia	166
Racismo	Citações que caracterizam as ações do Estado como racistas e/ou genocidas	165
Ódio/revolta com a violência	Citações que expressam o sentimento de ódio e/ou revolta com a violência do Estado	159
Outros assuntos	Citações que tratam de outros assuntos, sem relação com os temas de interesse deste trabalho	146
Desigualdade social	Citações que expressam diferenças na forma e/ou possibilidade de isolamento social entre ricos e pobres	135
Mobilização - offline	Citações que relatam ações feitas nas ruas que não estão relacionadas à distribuição de doações, como protestos.	124
Crítica ao governo municipal	Citações que criticam a ação do governo municipal nos territórios e/ou condução da pandemia em geral	114
Audiovisual	Citações que divulgam uma produção audiovisual como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	109

Categoria	Descrição	Quantidade
Dicas de cuidado com a saúde diária	Citações que incentivam o cuidado com a saúde diária (realização de atividades físicas, terapia)	109
Produção cultural	Citações que divulgam a produção cultural das periferias de maneira geral, não relacionadas com a pandemia	108
Cansaço/desânimo	Citações que expressam sentimento de cansaço e/ou desânimo com o contexto	107
Água	Citações que identificam o acesso à água como um direito negado e/ou impeditivo para cumprir as medidas preventivas	104
Whatsapp	Citações que divulgam o WhatsApp como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	102
Descumprimento das Medidas Preventivas	Citações que denunciam o descumprimento das medidas preventivas nas periferias	91
Apoio aos profissionais da saúde	Citações que demonstram apoio aos profissionais da saúde	89
Limpeza da comunidade	Citações que relatam a limpeza da comunidade como uma ação preventiva e realizada pela própria comunidade	86
Renda	Citações que colocam a falta de renda como um fator que impede o cumprimento das medidas preventivas	86
Fonte órgãos oficiais do governo	Citações que identificam órgãos do governo como a fonte de informação de determinado assunto	82
Alertas contra Fake News	Citações que buscam alertar a comunidade sobre informações falsas e/ou contraproducentes veiculadas	82
Podcast	Citações que divulgam podcasts dos coletivos como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	81
Paralisação de atividades	Citações que relatam a paralisação completa das atividades de comércio, trabalho, etc. como fundamentais para combater a pandemia	81
Falta de energia	Citações que identificam a falta de energia elétrica como uma dificuldade para cumprir do isolamento nas periferias	80
Educação	Citações que relatam como a pandemia afetou o sistema de ensino	78
Pandemia afeta mais as mulheres	Citações que afirmam que as mulheres foram as mais afetadas pela pandemia	77

Categoria	Descrição	Quantidade
Jornal digital	Citações que divulgam jornais digitais dos coletivos como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	71
Fonte - imprensa não-periférica	Citações que identificam a imprensa não-periférica como a fonte de informação de determinado assunto	59
Periferia informa	Citações que relatam os coletivos informando sobre a situação da pandemia nas periferias para “fora” das periferias.	53
Governo negacionista	Citações que criticam a atuação negacionista do governo frente à pandemia	53
Humor com o Corona	Citações que informam sobre a pandemia utilizando o humor	48
Infraestrutura urbana/casas	Citações que expressam as condições da infraestrutura urbana e/ou das casas como fator que dificulta cumprir as medidas preventivas	41
Vidas negras importam	Citações que exaltam as potências do povo negro e defendem a preservação de suas vidas	40
#ForaBolsonaro	Citações que pedem o impeachment de Bolsonaro	38
Ação solidária de institutos	Citações que mostram trabalhos de institutos ou organizações do terceiro setor em parceria com as comunidades	37
Funk	Citações que divulgam funks como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	31
Crítica à imprensa não-periférica	Citações que criticam a imprensa não periférica por não divulgarem dados reais ou não expressarem a realidade das periferias de maneira correta	30
Crença religiosa salva	Citações que expressam a importância da fé para combater a pandemia	29
Coleta de informações pela comunidade	Citações que relatam ações da comunidade para coletar informações sobre si própria, como um senso autônomo.	26
Transporte	Citações que relatam dificuldades enfrentadas no transporte público e este como um fator que impede o cumprimento de medidas preventivas	25
Prioridades do governo	Citações que criticam a dificuldade dos governos estabelecerem prioridades ou que o combate à pandemia não é prioridade	24
Saneamento Básico	Citações que identificam o saneamento básico como um direito negado e/ou impeditivo para cumprir as medidas de prevenção	23

Categoria	Descrição	Quantidade
Propostas do governo	Citações que relatam propostas feitas pelo governo para combater a pandemia	23
Violência doméstica/sexual	Citações que relatam casos e aumento da violência doméstica e/ou sexual	23
Revolta com o descumprimento	Citações que expressam sentimento de revolta com pessoas que descumprem o isolamento social	22
Propostas das periferias	Citações que relatam propostas feitas pelos coletivos e/ou comunidades para combater a pandemia	21
Medo de contrair a doença	Citações que expressam sentimento de medo de contrair a Covid-19	20
Faixas	Citações que divulgam colocação de faixas nas comunidades como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	19
Mapeamentos	Citações que divulgam mapeamentos e/ou listagens de iniciativas das periferias	19
Adia Enem	Citações que pedem o adiamento do Enem	17
Defenda o SUS	Citações que expressam a importância do SUS	17
Crítica à empresas	Citações que criticam a atuação de empresas na pandemia, relacionadas a condições trabalhistas	16
Apoio ao governo municipal	Citações que expressam apoio ao governo municipal na condução da pandemia	16
Negacionista	Citações que expressam opiniões negacionistas sobre a gravidade da pandemia	15
Mobilização - online	Citações que mobilizam virtualmente, pedindo compartilhamento, divulgação, uso de hashtags, tuitaço	14
Ação polícia necessária	Citações que defendem que a ação da polícia nas comunidades é necessária	13
Apoio ao governo estadual	Citações que expressam apoio ao governo estadual na condução da pandemia	13
Atuação cursinhos voluntários	Citações que divulgam ações parceiras de cursinhos voluntários nas comunidades	13
Crítica a religiosos	Citações que criticam posicionamentos de religiosos (padres, pastores) sobre a pandemia	12
Macroeconomia	Citações que falam sobre o caos na economia brasileira de maneira geral	12
Orgulho LGBT	Citações que expressam orgulho LGBT	12

Categoria	Descrição	Quantidade
Remoção	Citações que relatam e criticam operações de remoção nas periferias durante a pandemia	12
Apoio às famoses	Citações que expressam concordância com alguma atitude de pessoas famosas	11
Precariedade sistema prisional	Citações que expressam a precariedade do sistema prisional e o impacto disso na vida das pessoas das periferias (ex.: visitação)	10
Condições de acesso à internet	Citações que relatam dificuldade de acesso à internet nas comunidades	10
Editais	Citações que divulgam editais de fomento à coletivos de comunicação	10
Apoio ao governo federal	Citações que expressam apoio ao governo federal na condução da pandemia	9
Situação povos indígenas	Citações que relatam a situação precária dos povos indígenas	9
Rap	Citações que divulgam rap como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	8
Situação pessoas em situação de rua	Citações que relatam a situação precária de pessoas em situação de rua durante a pandemia	8
Insegurança	Citações que demonstram sentimento de insegurança por viver nas comunidades	7
Eleições 2020	Citações que informam sobre as eleições em 2020	7
As mortes da periferia são invisíveis	Citações que afirmam que imprensa não-periférica e governo não divulgam as mortes nas periferias	7
Apoio à ciência	Citações que manifestam apoio às atividades científicas	6
Democracia para todos	Citações que afirmam que não basta defender a democracia, é preciso ela atinja a todos/as	6
Ilegalidades na Família Bolsonaro	Citações que questionam ilegalidades com as quais está envolvida a família Bolsonaro	6
Crítica à famoses	Citações que criticam as atividades de algumas pessoas famosa	6
Medo alagamento	Citações que expressam sentimento de medo com os alagamentos no período de chuva	6
Apoio à imprensa não-periférica	Citações que expressam apoio à imprensa não-periférica, especialmente o trabalho dos jornalistas	5
Supersalários	Citações que criticam os altos salários de políticos e servidores públicos, deveriam ser cortados na pandemia	5

Categoria	Descrição	Quantidade
Precariedade sistema de justiça	Citações que expressam a precariedade do sistema de justiça para combater a violência policial contra as periferias	4
Reunião com executivo	Citações que relatam a ação dos coletivos de se reunirem com o executivo para pensar ações	4
Lambes	Citações que divulgam os lambe-lambes como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	4
Periferia entende mais os riscos	Citações que afirmam que as periferias são mais capazes de entender o risco do vírus do que os ricos	4
Favela sustenta o sistema	Citações que afirmam que a favela é a base do sistema produtivo e que sem ela nada funcionaria	3
Crítica à esquerda	Citações que criticam posicionamentos de políticos de esquerda	3
Autofalante ou carro de som	Citações que divulgam autofalantes ou carros de som como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	3
Dificuldades burocráticas	Citações que expressam dificuldades para resolver algum trâmite burocrático	2
Apoio ao legislativo	Citações que expressam apoio ao legislativo	2
A culpa é do PT	Citações que apontam o PT como culpado pelo caos na saúde pública	2
PT saberia atuar	Citações que defendem que o PT saberia o que fazer na pandemia	2
Panfletos	Citações que divulgam panfletos como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	2
De volta pra minha terra	Citações que relatam pessoas que precisaram voltar para sua cidade natal na pandemia	2
Aproximação com os EUA (gov)	Citações que criticam a proximidade da política brasileira com a dos EUA	2
Fonte - políticos	Citações que identificam políticos como a fonte de informação de determinado assunto	2
Crime organiza	Citações que relatam atividades do crime organizado para viabilizar isolamento social nas periferias	2
Crítica ao agronegócio	Citações que criticam o agronegócio	1
Crítica à OMS	Citações que criticam posicionamentos da OMS	1
Não precisa do auxílio emergencial	Citações que afirmam não precisar do auxílio, diminuindo sua importância	1

Categoria	Descrição	Quantidade
Incentivo à participação	Citações que incentivam as pessoas a participarem de discussões políticas que impactam seu cotidiano	1
Impactos empresas	Citações que relatam o impacto negativo da pandemia nas empresas	1
Poema	Citações que divulgam poemas como meio de informar a comunidade sobre a pandemia	1
Isolamento - vantagens	Citações que expressam vantagens no isolamento social	1
Apoio à esquerda	Citações que expressam apoio aos posicionamentos de políticos de esquerda	1
Campo-cidade	Citações que mostram a importância da parceria entre campo e cidade	1
Brasil já está em crise	Citações que expressam a crise econômica, em oposição a argumentos contra políticas públicas	1

ANEXO 2 - Metodologia

Coleta

A coleta de dados das *hashtags* no Twitter foi realizada em duas etapas, em ambos os casos a coleta foi feita diretamente na *API*⁷⁷ da plataforma. A primeira etapa, realizada nos dias 20 de março de 2020, 24 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, coletou as publicações através de um código de programação em *R*, na modalidade *search*⁷⁸. A segunda etapa coletou publicações via *streaming*⁷⁹ na, mediante código de linguagem de programação *Python*, ininterruptamente a partir do dia 27 de março de 2020 até o dia 30 de junho de 2020.

É importante destacar que cada uma das duas modalidades de coleta retornam um conjunto de dados diferente. Via *streaming* em *Python*, é possível alcançar vários metadados para além do texto da publicação (geolocalização, usuário, usuário a quem está respondendo ou retuitando – se for o caso –, data, link, link para imagens, etc.), já via *search* em *R*, a coleta retorna bem menos desses metadados. Além disso, naquele caso, a amostragem dos dados concedida pela *API* é maior, o que significa que o banco de dados fornecidos ao final é proporcionalmente maior. Todavia, como o cerne desta pesquisa era o conteúdo das publicações, essa diferenciação não afetou a análise dos dados.

A coleta *streaming* deveria retornar um arquivo JSON em documento “.txt”, o qual seria convertido, para a análise, em planilhas CSV. Contudo, devido a um problema técnico, o arquivo “.txt” que armazenava a coleta foi sobrescrito – ou seja, o código, ao invés de acrescentar novos dados um abaixo do outro, começou escrevê-los um por cima do outro – no dia 15 de junho de 2020. Com isso, foi preciso exportar todo o terminal do computador e realizar a limpeza diretamente do terminal, deixando somente os dados⁸⁰. Somente depois disso foi feita a exportação para arquivo de texto e conversão do JSON em uma planilha CSV.

Como dito, o dado extraído de cada tuíte, que contém qualquer uma (podendo ser uma, mais de uma ou todas) das *hashtags* selecionadas, contém também o conteúdo da mensagem,

⁷⁷ *Application Programming Interface (API)* são uma série de comandos que permitem que usuários e desenvolvedores se comuniquem com os *sites* e requisitem dados hospedados em seus servidores. Muitos dos aplicativos utilizados para coleta de dados em redes sociais são, na verdade, interfaces que se conectam diretamente com a *API* das redes e solicitam os dados. Contudo, a própria *API* já retorna uma porcentagem pequena dos dados, no Twitter varia de 1% a 10%. Conforme o tipo de coleta, o uso dos aplicativos diminui ainda mais a quantidade e qualidade dos dados requisitados, porque eles aproveitam apenas parte das possibilidades de requisição.

⁷⁸ Este modo de coleta extrai publicações feitas em até 10 dias que antecedem o dia da coleta.

⁷⁹ Nessa modalidade de coleta, o computador segue requisitando dados para a *API* em tempo real até que se deseje parar de coletar.

⁸⁰ Quando o código não encontra uma publicação por determinado período ele imprime um mensagem na tela informando isso. No arquivo “.txt” não vemos esta mensagem, por exemplo. A limpeza do terminal é justamente excluir essas mensagens e deixar apenas os dados coletados

usuário, dados do usuário, número de retuítes e favoritos, entre outras informações. Por isso, foi feita a leitura, limpeza dos metadados e transformação em arquivo CSV utilizando código de programação em *Python*.

Análise quantitativa

A análise quantitativa consistiu na elaboração dos gráficos, com base nas informações extraídas da análise qualitativa. O próprio Atlas.ti exporta dados quantitativos das análises feitas: quantidade de citações para cada código criado, quantidade de citações por documento analisado e coocorrência de códigos em todo o banco de dados. Todos os gráficos foram criados através de código de programação em *Python*. Abaixo as informações relativas à criação de cada um dos gráficos:

Gráfico 1 - Direitos e serviços: após a definição dos quadros que são encaixados no quadro grande “Direitos e serviços”, selecionamos os 20 mais citados. A contagem das citações é feita automaticamente pelo Atlas.ti no banco de dados completo.

Gráfico 2 e 3 - Direitos e serviços ao longo do tempo: seleção dos 10 quadros mais utilizados em toda a amostra. Para estes gráficos foram utilizados apenas os dados coletados via *hashtags* (*search* e *sreaming*), devido à impossibilidade de separar por período nas outras modalidades de coleta. A indicação dos períodos é feita através dos documentos analisados no Atlas.ti, que já estavam separados conforme as datas.

Gráfico 4 - Estado: após a definição dos quadros que são encaixados no quadro grande “Estado”, selecionamos os 15 mais citados. A contagem das citações é feita automaticamente pelo Atlas.ti no banco de dados completo.

Gráfico 5 - Estado ao longo do tempo: seleção dos quadros referentes às críticas aos governos (federal, estaduais e municipais) e alguns quadros de direitos e serviços mais utilizados em toda a amostra. A indicação dos períodos é feita através dos documentos analisados no Atlas.ti, que já estavam separados conforme as datas.

Gráficos da Figura 1: a coocorrência de códigos é uma estatística gerada pelo Atlas.ti, foi feita a seleção dos quadros de crítica aos governos (federal, estaduais e municipais), mais utilizados no quadro grande “Estado” e observada a coocorrência deles com outros quadros do mesmo

quadro grande, com os quadros de direitos e serviços e com os quadros da pandemia. Ao final, selecionamos as 6 principais coocorrências de cada quadro de crítica ao governo.

Gráfico 5 - Coletivos e Comunidades: após a definição dos quadros que são encaixados no quadro grande “Coletivos e Comunidades”, selecionamos os 15 mais citados. A contagem das citações é feita automaticamente pelo Atlas.ti no banco de dados completo.

Gráficos da Figura 2: a coocorrência de códigos é uma estatística gerada pelo Atlas.ti, foi feita a seleção dos quadros mais utilizados no quadro grande “Coletivos e Comunidades” e observada a coocorrência deles com outros quadros do mesmo quadro grande, com os quadros de direitos e serviços e com os quadros da pandemia. Ao final, selecionamos as 6 principais coocorrências de cada quadro mais utilizado em “Coletivos e Comunidades”.

Gráfico 6 - Pandemia: após a definição dos quadros que são encaixados no quadro grande “Pandemia”, selecionamos os 15 mais citados. A contagem das citações é feita automaticamente pelo Atlas.ti no banco de dados completo.

Gráfico 7 - Quadros mais citados (geral): esse gráfico foi criado mediante a seleção dos 20 quadros mais utilizados em todo o banco de dados. A contagem das citações é feita automaticamente pelo Atlas.ti no banco de dados completo.

Gráficos 8 - 15: foram extraídos os 10 quadros mais citados por cada coletivo, a partir de contagem de citações feita automaticamente pelo Atlas.ti nos documentos com as amostras de Twitter e Facebook das páginas dos coletivos.

O banco de dados completo e todos os códigos utilizados nesta pesquisa podem ser encontrados em: <https://doi.org/10.7910/DVN/6IGG09>